



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC –**  
**CAMPUS I - SALVADOR**  
**PRÓ-REITORIA ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**STRICTU SENSU**



**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS –MPEJA**

**MÁRCIA CRISTINA SILVA BARROS**

**DO PAPEL RECICLADO AO PAPEL SOCIAL: A ARTE TERAPIA E A ARTE  
EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES DA EJA COM  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

**SALVADOR - BA**

**2021**

MÁRCIA CRISTINA SILVA BARROS

**DO PAPEL RECICLADO AO PAPEL SOCIAL: A ARTE TERAPIA E A ARTE  
EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES DA EJA COM  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos-MPEJA, Departamento de Educação-Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Área de Concentração 1- Educação, Trabalho e Meio Ambiente, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Patrícia Carla da Hora Correia

SALVADOR - BA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

B277d

Barros, Márcia Cristina Silva

Do papel reciclado ao papel social: a arte terapia e a arte educação no processo de inclusão de estudantes da EJA com deficiência intelectual / Márcia Cristina Silva Barros. - Salvador, 2021.

147 fls.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Patrícia Carla da Hora Correia.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Campus I. 2021.

CDD: 374

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Reconhecido Homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1009, DOU de 11/10/13, seção 1, pág. 13.)  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MPEJA

DEDC - CAMPUS I  
Departamento de Educação



UNEB  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**“DO PAPEL RECICLADO AO PAPEL SOCIAL: A ARTE TERAPIA E A ARTE EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES DA EJA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL”**

**MÁRCIA CRISTINA SILVA BARROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Educação de Jovens e Adultos – Mestrado Profissional - MPEJA, Área de Concentração I – Educação, Trabalho e Meio Ambiente, em 26 de março de 2021, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Profa. Dra. PATRICIA CARLA DA HORA CORREIA (UNEB)  
Doutorado em educação  
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. NANCI SANTOS NOVAIS (UFBA)  
Doutorado em Corrientes Experimentales en la Escultura Contempo  
Universidade Politécnica de Valencia - Espanha

Prof. Dr. CÉSAR COSTA VITORINO (UNEB)  
Doutorado em Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pelo dom da vida e aos irmãos da Espiritualidade Maior sempre presentes ao meu lado, me ensinando o mantra: “Força, Coragem e Fé” – que me ergue, sustenta e alimenta a perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, Expedito Fadigas Barros (In Memoriam) e Edenice Leal Silva Barros (Dedé), pelo Amor incondicional e extrema dedicação, orientação e carinho recebido durante toda minha vida.

Aos meus filhos, Leonardo e Rafael, pela ajuda e compreensão com minhas dificuldades tecnológicas e colaboração efetiva nas necessidades apresentadas, além do amor que nos une, da admiração sempre demonstrada e do carinho, afeto e estímulo sentidos em cada crítica amorosa recebida.

À minha orientadora, Professora Doutora. Patrícia da Hora Correia, pela compreensão e cobranças necessárias ao longo do desenvolvimento da pesquisa, buscando me manter alerta e consciente das minhas obrigações de mestrandia.

Sou extremamente grata aos onze estudantes da APAE (CEFAP) que, alegres e espontaneamente, participaram de todo o processo da pesquisa: oficinas, rodas de conversa, entrevistas, me ensinado muito mais sobre a vida. Além as profissionais desta instituição, equipe composta por: Gildicele Passos- coordenadora-; as psicólogas Márcia Rocha, Bianca Rebouças; a Assistente Social Andréa Galvão e a Professora de Artes Maria de Fátima Porto, que colaboraram solidariamente com a pesquisa e as oficinas e com muita gentileza e profissionalismo, abriram as portas daquela Escola Especializada.

Agradeço ainda aos gestores-colegas-amigos da Escola Estadual Castro Alves pela compreensão que tiveram, durante o período que lá lecionei, flexibilizando meu horário e vibrando com cada conquista realizada, assim como

Gratidão também ao meu ex-aluno, hoje Professor Doutor da UFBA, Hélio da Silva Messeder, pelas orientações iniciais na composição do projeto e às amigas e colegas Valéria Nanci Santana (UFBA) e Naiara Mota (MPEJA), que me ajudaram em todas as fases dessa dissertação, sempre me estimulando a não desistir no meio do caminho, assim como meu amigo e colega jornalista, Ney Sá, com seu amparo tecnológico e fraterno, imprimindo textos e ouvindo pacientemente minhas queixas. Enfim, sou grata a todos que colaboraram de forma direta ou indireta para a realização desta dissertação, esperando que a mesma sirva, de algum modo, para o meio socioeducativo

---

## **FRASE QUE ME MOVE**

“Todo mundo deve inventar alguma coisa, a criatividade reúne em si várias funções (...) o que cura, fundamentalmente, é o estímulo à criatividade”.

Nise da Silveira (1945, p.125.)

---

Nota: neste trabalho, optei pela grafia das palavras: Arte Educação e Arte Terapia de forma binária, embora ambas sejam encontradas, em diversos textos, com ortografias diferentes.

BARROS, Márcia Cristina Silva. Produção de papel reciclado com Arte terapia e Arte Educação na inclusão de sujeitos com Deficiência Intelectual da EJA. 2020. Dissertação (Mestrado). 145 páginas. Departamento de Educação, Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

### RESUMO

A dissertação, apresentada no Mestrado em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), contemplando os três itens da área 1, que são: Educação, Trabalho e Meio Ambiente, aborda o processo de inclusão do estudante da EJA com Deficiência Intelectual, usando a Arte Terapia através do papel reciclado artesanalmente, entre os alunos do CEFAP- Centro de Formação e Apoio Profissional, da APAE- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, situada no bairro de São Joaquim, na cidade do Salvador/Bahia, tentando responder a questão: como a produção artesanal de papel reciclado, sob o viés da Arte Terapia e da Arte Educação, pode contribuir para a inclusão Deficiente Intelectual da EJA no mercado de trabalho?. Utilizei como metodologia a abordagem qualitativa tendo como tipo de pesquisa a Pesquisa-Ação e usando como instrumento de pesquisa, entrevistas semiestruturadas questionário inicial e final e a observação prática nas oficinas de produção de papel reciclado. A pesquisa tem como aporte teórico: a EJA- Educação de Jovens e Adultos, os pressupostos da Educação Especial, a Arte Educação; e a Arte Terapia. Contando como o apoio da gestão da CEFAP/APAE, tanto do corpo docente, professores, artesãos, profissionais técnicos, quanto dos estudantes pesquisados: jovens e adultos matriculados nesse centro educacional, o trabalho pode servir para criar uma nova perspectiva para estas pessoas, dentro e fora da escola, ocupando seu lugar, assumindo seu papel social, a partir do desenvolvimento do ofício de papeleiro.

**Palavras-Chave:** EJA. Deficiência intelectual. CEFAP/APAE. Arte Educação. Arte Terapia

BARROS, Márcia Cristina Silva. Production of recycled paper, with Art therapy, and Art Education in the inclusion of subjects with Intellectual Disabilities from EJA (Young and Adults Education). 2020. Dissertation (Master's). 145 pages. Department of Education, Campus I, State University of Bahia, Salvador, 2021.

### **ABSTRACT**

The dissertation, presented in the Master in Youth and Adult Education (MPEJA), covering the three items in area 1, which are: Education, Work and Environment, addresses the inclusion process of students from EJA with Intellectual Disabilities, using Art Therapy through artisanal recycled paper, among students from CEFAP- Professional Training and Support Center, from APAE- Association of Parents and Friends of the Exceptional, located in the São Joaquim neighborhood, in the city of Salvador / Bahia, trying to answer the question how artisanal production of recycled paper, under the bias of Art Therapy, and Art Education can contribute to the inclusion of EJA Intellectual Disabled in the labor Market?. Using action research as a methodology and using semi-structured interviews, initial and final questionnaire, as a research tool, and practical observation in the workshops for the production of recycled paper, the research has as theoretical support: Young and Adult Education, Especial Education, Art Education; and Art Therapy,. Counting on the support of the management of CEFAP / APAE, both from the faculty, teachers, craftsman, technical professionals, and from the students surveyed: young people and adults enrolled in this educational center, the work can serve to create a new perspective for these people, inside and outside the school, taking their place, assuming their social role, from the development of the paper craft.

Keywords: EJA. Intellectual Disability. CEFAP / APAE. Art Education. Art Therapy

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Sujeitos da pesquisa.....	94
<b>Quadro 2 -</b> Planos das oficinas (Parte I e II) .....	103
<b>Quadro 3 -</b> Cronograma de execução.....	103
<b>Quadro 4 -</b> Quadro da execução das oficinas.....	105

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Participação nas oficinas.....	107
--	-----

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b> Etapas da pesquisa-ação.....	98
--	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Fotografia 1:</b> CEFAP/APAE (Calçada).....	87
<b>Fotografia 2:</b> Estudantes respondendo aos questionários da pesquisa.....	109
<b>Fotografia 3:</b> Estudantes preparando a polpa de papel para reciclagem, colocando cor e textura.....	110
<b>Fotografia 4:</b> Formatando as folhas de papel: socialização de materiais.....	111
<b>Fotografia 5:</b> Formatação da nova folha de papel, entre as molduras.....	113
<b>Fotografia 6:</b> jovens e adultos da APAE numa roda de conversa sobre reciclagem de papel.....	114
<b>Fotografia 07:</b> Manufatura das folhas a partir das polpas de papel tingidas.....	115
<b>Fotografia 8:</b> Resgate da autoestima ,mostrando sua 1ª folha de papel reciclado.....	118
<b>Fotografia 9:</b> Estudante e sua polpa produzida para reciclagem de papel.....	120
<b>Fotografia 10:</b> Orientando a formatação de polpas para produção de novas folhas.....	121
<b>Fotografia 11:</b> Jovem produzindo polpa para produção de papel reciclado.....	123
<b>Fotografia 12:</b> Jovem observando a polpa batida no liquidificador para produzir papel.....	124
<b>Fotografia 13:</b> Sujeitos rasgando papéis para posterior reciclagem.....	125
<b>Fotografia 14:</b> Estudantes fazendo cartões com papel reciclado produzido por eles.....	126
<b>Fotografia 15:</b> Folhas de papel reciclado coloridas, secando no varal.....	127
<b>Fotografia 16:</b> Jovem estendendo no varal folha de papel reciclado produzida por ele.....	128
<b>Fotografia 17:</b> Jovens formatando polpa para produzir nova folha de papel.....	129
<b>Fotografia 18:</b> Alunos respondendo ao questionário final, nas folhas de papel que produziram.....	130
<b>Fotografia 19:</b> Produtos confeccionados com folhas de papel reciclado.....	132

## **LISTA DE SIGLAS**

- APAE-** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- ASBART-** Associação Brasileira de Arte Terapia
- CEFAP -** Centro de Formação e Apoio Profissional
- CNE -** Conselho Nacional de Educação
- DI-** Deficiência Intelectual
- DM -** Deficiência mental
- DNA-** Ácido desoxirribonucleico
- ECA-** Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA -** Educação de Jovens e Adultos
- IBGE -** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB -** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- LDBN -** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC-** Ministério da Educação e Cultura
- MPEJA -** Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos
- NEE-** Necessidades Educativas Especiais
- ONU-** Organização das Nações Unidas
- PPP-** Projeto Político Pedagógico
- QI-** Quociente de Inteligência
- SEC-** Secretaria de Educação e cultura
- SEESP-** Secretaria de Educação Especial
- UCSAL-** Universidade Católica de Salvador
- UFBA -** Universidade Federal da Bahia
- UNEB -** Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 MEU PERCURSO: DE MÃOS DADAS COM A ARTE EDUCAÇÃO E A ARTE TERAPIA PARA A EJA.....	21
1.2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	25
<b>2 O BREVE PERCURSO DA EJA E SUA ITINERÂNCIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>27</b>
2.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA COMO NOVO DILEMA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	32
2.2 A EJA E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	53
2.3 A EJA INCLUSIVA: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À SALA DE AULA.....	59
2.4 O MEC E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	61
<b>3 RECICLANDO COM A ARTE EDUCAÇÃO E A ARTE TERAPIA.....</b>	<b>65</b>
3.1 BREVE HISTÓRICO DA ARTE TERAPIA E SUAS APLICAÇÕES NA INCLUSÃO SOCIAL.....	69
3.2 PROCESSOS DE RECICLAGEM TERAPÊUTICA DA ARTE TERAPIA NA APRENDIZAGEM DO ALUNO DA EJA.....	72
3.3 RECICLANDO COM A ARTE EDUCAÇÃO.....	74
3.4 A PRODUÇÃO DE PAPEL RECICLADO COM DEFICIENTE INTELECTUAL E O OFÍCIO DE “PAPELEIRO” .....	77
<b>4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: “PAPELIANDO” .....</b>	<b>81</b>
4.1. PESQUISA QUALITATIVA.....	81
4.1.1 A PESQUISA-AÇÃO COM OS JOVENS ESTUDANTES DA APAE.....	82
4.2 LOCUS DA INVESTIGAÇÃO - O CEFAP DA APAE/SALVADOR:DA IMPLANTAÇÃO AO COMPROMISSO COM A SOCIALIZAÇÃO E APRENDIZAGENS .....	87
4.2.1 SUJEITOS DA PESQUISA: ESTUDANTES DA EJA NA APAE.....	92
4.3 DINÂMICA DA PESQUISA.....	95
4.3.1 ARCABOUÇO TEÓRICO DA PESQUISA.....	96
4.3.2 PROCEDIMENTO DA PESQUISA.....	97

4.4 COLETA DE DADOS.....	106
<b>5 RESULTADOS DA PESQUISA: RECICLAGEM, ARTE E INCLUSÃO.....</b>	<b>107</b>
5.1 ARTE TERAPIA COM PAPEL RECICLADO: O OFÍCIO DE PAPELEIRO, DO MUNDO DO TRABALHO, NA /PARA A ESCOLA.....	112
5.2 RECICLANDO PAPÉIS SOCIAIS: CRIATIVIDADE, CONSCIÊNCIA DE SI, E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL.....	116
5.3 IMPACTOS SOCIOPEDAGÓGICOS EFETIVADOS (VISÃO DOS PARTICIPANTES E DA PESQUISADORA) .....	120
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>134</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>140</b>
APÊNDICE A: TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COPARTICIPANTE .....	141
APÊNDICE B: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	142
APÊNDICE C: QUESTIONÁRIOS PARA AS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS DO CEFAP/APAE.....	145
APÊNDICE D: PRODUTO DA PESQUISA.....	146

## 1 INTRODUÇÃO

Diante das dificuldades sociais enfrentadas na atualidade, cada dia fica mais evidente a necessidade de investirmos no autoconhecimento, para fomentar a socialização, usando todos os recursos disponíveis para estarmos integrados na sociedade de forma saudável e equilibrada em três aspectos principais: conosco, com o outro e com o ambiente que nos cerca. Facilitar esse entendimento é uma das propostas que abraço na vida, enquanto Arte Educadora e Arte Terapeuta.

Nessa perspectiva, percebo que o recurso mais próximo é a Educação, seja através da escolarização ou pela via do conhecimento informal que está disponível em todas as instâncias da vida. Quando conseguimos aliar a educação à arte, chamada Arte Educação, e também quando aprendemos a lidar com as ideias de cuidar do nosso bem-estar emocional através da Arte Terapia, nos tornamos multiplicadores do equilíbrio social, da nossa partilha com o semelhante e com o meio onde vivemos.

O estudo aqui desenvolvido, busca ampliar a percepção de que, para o sujeito, estudante da EJA com Deficiência Intelectual(D.I.) e em busca de inclusão no mercado de trabalho, as ferramentas da Arte Educação e da Arte Terapia, podem ser importantes, assim como para qualquer cidadão que deseja estar incluído socialmente, e estas duas vertentes, diferentes mas complementares, se mostram mais necessárias ainda, para este grupo social, aluno da EJA com D.I., geralmente colocados à margem da sociedade, por serem jovens e adultos, em dissonância de série/idade, e por não trazerem expostos traços físicos ou fisionômicos que identifiquem suas limitações cognitivas, são muitas vezes ignorados ou vistos como indolentes e não como deficientes.

Assim, baseando-me nas premissas da Lei da Inclusão, da Política Nacional de Educação e na LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – estudei os pressupostos da EJA Educação de Jovens e Adultos, e a aplicação desta no âmbito da Educação Inclusiva com alunos especiais, respaldadas na Lei 9394/96 da LDB/1996, que fortalece e assegura questões ligadas à Educação Especial nas instituições.

A estas regras legais, associei a vontade de aplicar os conhecimentos profissionais obtidos nas áreas educacionais e terapêuticas, adquiridas nas minhas graduações: Jornalismo (UFBA/1982), em Arte Educação (UFBA/2000) e Pós-graduação em Arte Terapia (UCSAL/2004), ensino na EJA (a partir de 2005), no ensino público estadual (desde 2011), buscando ampliar as experiências e servindo à comunidade.

Assim ingressei em 2018, no Mestrado Profissionalizante em Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia (MPEJA/UNEB) e observando a problemática da inclusão social do aluno da EJA com Deficiência Intelectual, surgiu a ideia de investigar e compreender como a produção artesanal de papel reciclado, sob o viés da Arte Terapia e da Arte Educação, pode contribuir para a inclusão Deficiente Intelectual da EJA no mercado de trabalho? Dessa forma entender de que modo técnicas de Arte Terapia e da Arte Educação podem desvelar o potencial humano implícito em um grupo de 11 estudantes da CEFAP/APAE promovendo a inclusão social.

Sob o viés terapêutico, a reciclagem de papel remete a enxergar em si um novo papel social: o que antes foi rejeitado e descartado como refugo, pode ser reaproveitado como Arte, incorporando a Arte Educação, que é a utilização da Arte como instrumento de expansão de conhecimento de forma lúdica, especialmente para o estudante da EJA que, vivenciando a defasagem série/idade, muitas vezes não tem acesso ao rico universo da Arte. Essa investigação que associa Arte Educação e Arte Terapia envolve diversos aspectos, emocionais, psicológicos, políticos e sociais, que nos remetem à resiliência, termo extraído da física, usado na psicologia para significar a capacidade de resgatar a autoestima e auto avaliação positiva de si mesmo, reerguendo-se dos embates individuais e sociais.

Como objetivo geral busquei através desta dissertação, compreender como a Arteterapia, através da produção artesanal de papel reciclado, contribui para a inclusão social da pessoa com Deficiência Intelectual na EJA, associando ainda Arte Educação, à Educação Inclusiva com os estudantes da EJA, modalidade de ensino que abrange pessoas que, geralmente têm a autoestima prejudicada, devido à sua condição de atraso na idade/série no processo de aprendizagem.

Sobre os objetivos específicos dessa pesquisa, assim podemos enumerá-los:

a) Aplicar a Arte terapia como instrumento potencial na socialização do estudante da EJA com Deficiência Intelectual;

b) Descobrir, como a Arte Educação, desenvolvendo a criatividade desses sujeitos, pode auxiliá-los no aspecto cognitivo de aprendizagem;

c) Elaborar como produto final do mestrado profissional, um manual didático (cartilha ilustrada), para professores, com as atividades do plano de formação executado, buscando despertar no Deficiente Intelectual da EJA, sua capacidade de participar socialmente do processo de cuidado ambiental do Planeta, a partir da reciclagem artesanal e doméstica de papel.

Essas metas, que trabalham o aspecto emocional, melhorando a autoestima destes sujeitos, podem fazê-los despertar para sua capacidade profissional de exercer a função social de papeleiro. Nesse sentido, buscou-se descobrir como juntas, a Arte Educação e a Arte Terapia, duas formas de

utilização da Arte, seja como instrumento terapêutico ou pedagógico, podem ajudar na inclusão do Deficiente Intelectual, ao equilibrá-lo emocionalmente e estimulá-lo criativamente.

Os objetivos específicos dessa pesquisa a sugerem que a Arte Terapia, através da produção artesanal de papel, com a aplicação de técnicas e produtos da Arte Educação, possa resgatar a autoestima a partir desses instrumentos facilitadores na inclusão social através de uma oportunidade de emprego, em se tratando de pessoa em processo de conhecimento e desenvolvimento pessoal e social, como somos, e estamos, todos nós.

Relacionando aspectos históricos e legais da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e da Arte Terapia com a produção artesanal do papel reciclado, com o olhar da Arte Educação, como instrumento para a inclusão social da pessoa com deficiência, acredita-se que é possível tecer linhas de raciocínio no tecido emocional do sujeito, ajudando-o a ressignificar seu papel no mundo, analisando como a produção desse papel interfere na sua postura, do seu papel social na família, na escola e diante da sociedade em geral.

Entende-se que esse ganho só é possível graças à Arte, seja no âmbito da Arte Terapia ou da Arte Educação, atividades complementares entre si, que para o sujeito da EJA podem ser fundamentais visto que a Arte Educação consegue, de maneira lúdica, desenvolver aspectos cognitivos e socializantes, e a Arte Terapia auxilia na sua interação com o mundo e do desenvolvimento da criatividade que resgata a autoestima, especialmente para a pessoa com deficiência que pode, através de sua produção artesanal, ser vista, ser inserida na sociedade pela valorização do seu trabalho, da sua produção.

Para alcançar esses objetivos, discutimos os pressupostos epistemológicos, históricos e legais da EJA e da Educação Especial na perspectiva inclusiva, buscando relacionar as características da Arte terapia com a produção artesanal de papel reciclado, para a inclusão social da pessoa com Deficiência Intelectual, que por muito tempo foi excluída e marginalizada em todas as esferas educativas, auxiliando nesses sujeitos o despertar da consciência para a importância de sua participação na sociedade, que através da Arte Educação tendo como produto final, a confecção de artefatos de papel, reciclado remetendo à educação ambiental, permitindo inclusive, a confecção de uma cartilha de reciclagem artesanal de papel, que possibilite outros grupos reproduzi-la em oficinas didáticas.

Perceber e demonstrar essa transformação através da Arte terapia com papel reciclado, certamente tem sido a meta desse trabalho, buscando ser não apenas gratificante, mas, principalmente enriquecedor, ampliando o potencial criativo dos estudantes, observando que através da reciclagem

de papel, com o olhar arte-terapêutico, podemos transformar a visão desses sujeitos com Deficiência Intelectual da EJA, entendendo que reciclar é modificar a propriedade de algo, buscando melhorar seu rendimento, não apenas material, mas também reconhecendo os processos subjetivos que essa prática conduz, implicando num reconhecimento do próprio valor, resgate do amor próprio, ressignificando seu papel social, ampliando seus horizontes enquanto indivíduo criativo, produtivo.

Ao usar a Arte como instrumento educativo, o processo ensino-aprendizagem pode ser estimulado, porque é mais do que simplesmente ter contato com materiais plásticos para produzir imagens ou objetos artísticos, ou ainda conhecer as correntes artísticas da história da Arte. A Arte Educação favorece os aspectos: sociais, psicológicos e cognitivos dos sujeitos que passam a interpretar seu papel social e individual sob outro olhar.

Sobre a reciclagem, certamente esta prática faz parte da qualidade de vida do Planeta e a colaboração de cada cidadão é necessária para promover esse equilíbrio. Usar a arte como instrumento de reciclagem é um meio que pode, além de cumprir a função de criar consciência ambiental, proporcionar uma forma de renda, com o olhar voltado para a sustentabilidade, definida e respaldada segundo o artigo 1º da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, onde entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes de cuidado com o meio ambiente, pondo a Educação Ambiental em conceito interdisciplinar nos currículos escolares, sendo o papel um dos elementos mais fáceis de reciclar e reaproveitar: pois é produzido em abundância e descartado constantemente, sem muito cuidado ou critério.

Esse aspecto do descarte, pode ser associado à marginalização do estudante da EJA com deficiência, a quem geralmente falta oportunidade de inclusão social e sobra preconceito e exclusão. Pelo viés da Arte Educação e da Arte Terapia, usando a reciclagem de papel artesanalmente, como instrumento de resiliência da pessoa com deficiência, acredito que podemos agregar valor, tanto à tarefa realizada pelo sujeito, quanto ao objeto que ele pode produzir: cartões, caixas, folhas para escrita ou embalagens que ao ser exposto, e comercializados, representando a ressignificação do que antes era visto como lixo e pode ser utilizado como objeto artesanal, lúdico ou utilitário.

Este trabalho de investigação, terá uma abordagem qualitativa utilizando como aporte teórico a Pesquisa Ação, fundamentada por Michel Thiollent (1986). Além de entrevistas, usarei as oficinas de reciclagem artesanal, rodas de conversa e confecção coletiva de produtos com papel, que serão a base da análise de todo o processo. Abordando os fundamentos da Arte Educação que estimula a

expansão da criatividade, e da Arte Terapia propõe o autoconhecimento, tocaremos ainda numa breve reflexão sobre a Educação Ambiental. a partir da produção artesanal de papel reciclado.

O público alvo dessa pesquisa, serão os estudantes com Deficiência Intelectual, matriculados em turno integral (manhã e tarde) no CEFAP- Centro de Formação e Apoio Profissional unidade da APAE\_ Associação de Pais e Amigos do Excepcional, localizada na Av. Jequitaia, 135, no Bairro da Calçada da Cidade de Salvador/Bahia. Foram selecionados onze (11) alunos com Deficiência Intelectual em busca de aprendizado profissionalizante e inserção no mercado de trabalho. Destes onze sujeitos, sete (7) pertencentes ao gênero feminino e quatro (4) ao masculino, na faixa etária entre 18 a 40 anos.

Para embasar teoricamente este estudo, iremos trabalhar as seguintes categorias: Arte Educação: Ana Mae Barbosa (2005) na abordagem triangular de: apreciar, contextualizar e produzir, e, Camila Vieira (2017) que aborda a importância do professor de Arte reconhecendo seu papel de ampliar conhecimento e desenvolver a criatividade. No âmbito da Arte Terapia, usarei os pressupostos de Sara Païm e Gladys Jarreau (1996) apresentando a teoria e a técnica arteterapêutica, Selma Ciornai (2004) que destaca o papel socializante dessa técnica e Sonia Tommasi (2012) que percebe a Arte Terapia como importante instrumento para reequilíbrio emocional dos sujeitos, individualmente e em suas interações sociais.

Para falar sobre EJA- Educação de Jovens e Adultos, unindo especialmente os campos da Educação Especial e Inclusiva, além da Convenção de Direitos Humanos da ONU- (1948) nos trechos em que trata sobre os direitos das pessoas com Deficiência e dos textos da Declaração de Salamanca (1994) que regulamenta as leis de inclusão, usarei os autores: Marcos Mazzota (2003), que foca nas políticas públicas para a Educação Especial, Windys Ferreira (2007) que explana sobre vários aspectos da inclusão do deficiente, além Debora Diniz (2007), explicando sobre o que é deficiência e Maria Margarida Machado (2004) que foca na memória contemporânea da EJA, mostrando a história e a necessidade de valorizar o a importância desse segmento educacional, que ainda tem pouco investimento no Brasil.

Pela abrangência dos quatro campos de atividades desse trabalho, esse processo foi feito em bases teóricas, de acordo com as áreas distintas, porém interligadas. Além desses autores acima, pesquisei em diversas fontes quais sejam: EJA- Paulo Freire (1987), Miguel Arroyo (2002) Antônio Amorim (2012), Tânia Dantas (2013); EJA e Educação Inclusiva - Patrícia da Hora Correia (2015); Helena Maria Lima da Silva (2014) Maria do Carmo Abadio (2007) Terezinha Miranda (2014); Arte Educação: Isabel Zanetti, Marina Machado (2004). Arte Terapia - C.G.Jung (1967), Nise da Silveira

(2004), Ângela Philipinni e Cristina Allessandrini (2003). Educação Ambiental/reciclagem- Denise Nagem (2006), Heloísa Roesler (2008), Lourdes Cedran (1997).

Por sua vez, no levantamento a respeito do Estado da Arte e Estado do conhecimento, verifiquei que ainda não existem estudos com Arte Terapia, que se tenham como foco os estudantes da EJA com Deficiência Intelectual e que utilizem, de maneira concomitante, a produção de papel reciclado artesanalmente e a Arte Terapia, analisando seus conteúdos internos.

Porém nos repositórios encontrei artigos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso que ajudaram a ampliar essa pesquisa, tão abrangente quanto inovadora, como por exemplo: o TTC de Taís Rutz, do Instituto de Artes Visuais da Universidade Federal de Pelotas-RS (2017) sobre Educação Inclusiva e o ensino da Arte; a monografia de Denise Nagem para, especialização em Arte Terapia para o ISEPE/RJ (2006); a dissertação de mestrado em Arte Terapia para a Universidade Cândido Mendes (Niterói/RJ), defendida por Ana Paula Fagundes Miguel (2017), a conclusão de curso de Sissi Neves sobre Arte Terapia e Saúde, na Universidade de Passo Fundo/RS (2016); artigos de Robson Xavier , sobre a socialização do Deficiente Mental através da Arte (Revista Integração-DF -2000); além de vários artigos publicados em revistas especializadas, escritos por colegas e professores do PROGEI e da UNEB. Ressalta-se, então, a relevância dessa pesquisa pelo ineditismo e abrangência de campo.

As oficinas foram aplicadas durante o final de 2019, e o plano era publicar a cartilha de papel reciclado, para que envolvendo os familiares e a comunidade, pudéssemos apresentar uma “feira de artesanato” aberta ao público, culminando com a venda desses produtos. Porém, logo no início de 2020, veio a pandemia do COVID-19 (o corona vírus) e a implantação da quarentena impediu os encontros presenciais. Mas, felizmente, a pesquisa foi realizada e acreditamos que, com a cartilha em andamento, quando retornarmos às aulas será dado prosseguimento deste projeto de inclusão do deficiente intelectual, através do ofício de papeleiro.

### 1.1 MEU PERCURSO: DE MÃOS DADAS COM A ARTE EDUCAÇÃO E A ARTE TERAPIA PARA A EJA

Desde 1997, quando participei de um curso teórico e prático de reciclagem artesanal de papel, oferecido pelo SENAC e ministrado pela artesã papeleira Maria Araújo (mais conhecida pela alcunha “Maria Papyrus”), achei muito interessante o processo de transformar o “lixo” em algo útil, ressignificando um objeto. Ao criar uma microempresa de reciclagem artesanal de papel, chamada

“Papel com Arte” (1998), percebi os efeitos psíquicos que aquela produção de papéis realizava em mim, tornando-me mais resiliente, abrindo os canais da criatividade e da minha compreensão de mundo, além de ser economicamente viável e satisfatório, principalmente por participar ativamente do cuidado ambiental, coordenando diversas oficinas de reciclagem artesanal em comunidades e ONGs.

No penúltimo semestre do curso de especialização em Arte terapia, em dezembro 2003, num dos trabalhos em grupo, surgiu outra oportunidade de aplicar essa abordagem terapêutica, usando a reciclagem artesanal de papel, com crianças e adolescentes da OSID – Obras Assistenciais de Irmã Dulce – na sede de Simões Filho. A partir dos relatos desses sujeitos, o sentimento de renovação foi despertado nessa prática, resgatando a autoestima, além de trazer para a consciência a necessidade de cuidar do planeta, sendo parte ativa nesse processo: reciclando, refazendo.

Em 2004, ao concluir a Especialização em Arte terapia, pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), desenvolvi em consultório, uma prática terapêutica com a produção artesanal de papel reciclado, com a perspectiva de analisar a produção de papel reciclado como instrumento arte terapêutico. Em consultório o processo consiste em oferecer consignas (perguntas) sobre as quais o paciente escreve sobre o assunto questionado, expondo na escrita seus sentimentos.

Depois de algumas sessões (cerca de dez encontros), esses papéis acumulados foram rasgados, triturados em liquidificador, gerando uma polpa de papel, que é a base com a qual são produzidas novas páginas, com cores, texturas e perfumes, escolhidos pelo sujeito, como forma de representar-se através desses elementos, e nessas novas folhas, são reescritas as mesmas perguntas, e outras que sempre surgem, com um novo olhar, observando as mudanças emocionais e psicológicas que o processo de reciclagem causa no sujeito.

A aplicação dessa técnica terapêutica, promoveu excelentes resultados, tanto em consultório particular quanto em grupos, levando-me a apresentar essa abordagem em vários congressos e seminários de Arte terapia quais sejam: II Seminário de Medicina e Arte (Othon Salvador/BA-2005); VIII Congresso Nacional de Arte terapia (UFES-Universidade Federal do Espírito Santo-2005) e IX Congresso Nacional de Arte terapia na UFPE- Universidade Federal de Pernambuco-2007), onde apresentei estudos de caso em processo terapêutico com produção artesanal de papel reciclado, sob o título: “da lagarta à borboleta: ressignificando seu papel no mundo”, através de palestras e oficinas, que obtiveram enorme frequência de público e aceitação acadêmica.

Tamanha aceitação abriu portas para inúmeras outras oficinas, objetivando não apenas processos terapêuticos mas também o ganho financeiro dos participantes de comunidades carentes ,

onde pessoas de baixa renda, excluídas socialmente, puderam ampliar a renda família, através do aprendizado nessas oficinas da reciclagem artesanal de papel, ministradas nas cooperativas, como por exemplo a oficina realizada na SIS- Sociedade Irmãos Solidários, localizada no Alto do Cabrito-Subúrbio Ferroviário de Salvador, em 2009.

No ano seguinte, fui convidada a participar do Projeto Ambumóvel, promovido pela FABAMED, em parceria com o Centro de Redução de Danos da Faculdade de Medicina da UFBA, assistindo e auxiliando na reintegração de menores em risco social (crianças e adolescentes de rua). Durante um (1) ano numa equipe multidisciplinar de psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, arte educadores e arte terapeutas, atendemos meninos e meninas de 10 a 17 anos, que nas oficinas de papel reciclado, melhoraram a consciência da autoestima, ressignificando suas vidas, através da produção de objetos com esse material, criando com essas folhas elementos decorativos e utilitários, que foram mostrados e comercializados, numa exposição artística no Casarão São Dâmaso, nº 28, no Pelourinho, Salvador/Ba, (de dezembro 2010 a janeiro de 2011), cujo resultado foi, além do desenvolvimento da autoestima e ressocialização desses sujeitos, com o ofício de “papeleiro”.

A partir dessas experiências exitosas, usando a reciclagem artesanal de papel como instrumento arte terapêutico, surgiu o convite da ONG italiana, “Il Mondo Volontário”, para que essa técnica fosse aplicada em dois grupos distintos: no Nordeste italiano, nas cidades de Staranzano e Monfalcone, com mulheres italianas, sérvias e croatas, que necessitavam refazer a autoestima, sendo algumas refugiadas dos então recentes conflitos no Leste Europeu. E em Londres, com crianças, estudantes das séries iniciais (de 7 a 9 anos) da escola pública Oakington Manor School, filhas de operários de várias partes do mundo, ressocializados na Inglaterra.

Durante uma semana em cada país, entre junho e julho de 2012, desenvolvi esse processo terapêutico, cujo ganho maior foi perceber nesses sujeitos, o despertar da capacidade de se recuperar dos traumas vividos. Na Itália, após uma palestra na biblioteca da cidade de Staranzano, estas mulheres escreveram sobre suas dores e concepções de mundo, depois rasgaram estes escritos, além de outros papeis, e com esse material triturado e tingindo produziram novas folhas de papel onde reescreveram uma nova visão de mundo, a partir desse processo de transformação do papel, observando em si a possibilidade de ressignificar seu papel social. Na capital do Reino Unido/UK (Inglaterra) Londres, não foi diferente, as crianças em sua maioria mulçumanas e indianas, cujos pais, também oriundos de países em conflitos, ali refugiados, ou operários da construção civil, a partir de rodas de conversas, onde escreveram e desenharam suas dores e experiências traumáticas, pela

mudança para um novo país, rasgaram produzindo a polpa, escolhendo cores e texturas da nova folha de papel, onde reescreveram suas expectativas de maneira mais positiva.

Em agosto de 2014, como conclusão da disciplina Documento de Percurso, pleiteando vaga no Programa de Pós-Graduação de Arte Visuais, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (PPGAV/EBA/UFBA), ministrei oficina de papel reciclado com cerca de 15 sujeitos da EJA da Escola Municipal Rui Barbosa, em Igatu, na cidade de Andaraí (Chapada Diamantina) e a produção de papel artesanal, foi apresentada numa instalação artística, durante a Exposição Coletiva “Livro Caminhante” na Galeria Arte & Memória, sob a curadoria da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viga Gordilho, onde os alunos revelaram-se agradecidos, não apenas por expor sua criatividade mas, principalmente, por terem aprendido através da reciclagem artesanal, como se tornarem mais resilientes e participativos no cuidado ambiental, tema muito forte na região.

Reconhecendo os ganhos que a Arte Terapia através da produção do Papel reciclado trouxe para todos os grupos onde apliquei essa abordagem seja com: adultos e crianças de variadas idades, países e classes sociais, e diante de tamanhas experiências, comprovando a eficácia desse processo terapêutico, pensei em como essa técnica poderia contribuir para a inclusão de estudantes com Deficiência Intelectual matriculados na EJA (Educação de Jovens e Adultos), na escola onde leciono atualmente: o CEFAP- Centro de Educação, Formação e Acompanhamento Profissionalizante, da APAE- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

Encarei essa proposta como um grande desafio pois ainda não tinha ousado aplicar esse processo terapêutico com deficientes, acredito que estes sujeitos têm um grande potencial de aprendizagem, e capacidade de desenvolvimento emocional, que podem ser aproveitados para adaptação profissional, a partir dessa abordagem, gerando inclusive a possibilidade de renda, com a venda dos produtos confeccionados com o papel reciclado. Porém, o mais importante é a possibilidade de resgatar a autoestima, que ocorre em todo processo terapêutico, e buscar entender como esse processo pode lhes proporcionar maior segurança emocional, melhor capacidade de cognição e aprendizagem, além da abertura para a socialização, o que pode facilitar o processo de inclusão, objetivo principal deste projeto.

Acredito que a aplicação dessa pesquisa, pode possibilitar a compreensão de como a Arte terapia através da produção artesanal de papel reciclado, contribui para a inclusão social da pessoa deficiente na EJA. A partir da discussão dos pressupostos epistemológicos, legais e histórico da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, tornando possível avaliar os efeitos desse processo, usando além da prática, a abordagem da representação social com

o método do pré-teste e pós-teste, pesquisa qualitativa e entrevistas semiestruturadas, antes e depois do processo.

Sendo estas pessoas, os sujeitos com os quais exerço minha profissão de Arte Educadora e Arte Terapeuta, baseando-me nas leis e nas fundamentações teóricas que regem a inclusão, o ensino na EJA, a Arte Educação e a Educação Ambiental, é possível descobrir se a Arte terapia, através da produção artesanal de papel reciclado pode contribuir para a inclusão da pessoa com deficiência intelectual na EJA.

Nessa perspectiva, o Arte terapeuta e Arte Educador, deve colocar-se como alguém capaz de provocar reflexões e ouvir as inquietações do estudante, através da pesquisa-ação e usando entrevistas semiestruturadas, encaminhando as questões individuais e coletivas, para um entendimento de si e do outro, através da empatia, buscando o desenvolvimento humano e maior qualidade de vida, observando também que, o cuidado com o meio ambiente é fundamental para a vida no Planeta e que a reciclagem de papel pode ainda gerar renda, ampliando a participação e inclusão social.

## 1.2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O presente trabalho de investigação está organizado nas seguintes etapas - denominados capítulos- a seguir. O primeiro destes, (introdução) apresenta o tema do proposto, relatando a trajetória da arte educadora, arte terapeuta e papeleira, mostrando a relevância do projeto com bases teóricas abrangentes, revelando as experiências com a Arte Educação, a Arte Terapia e a aplicação de ambas, concomitantemente no processo de inclusão social do Deficiente Intelectual, matriculado da EJA do CEFAP/APAE,

No segundo capítulo, promove-se um encontro com os teóricos e os pressupostos legais da EJA que escrevem sobre a Deficiência Intelectual, desenvolvendo-se uma breve história da EJA e a descrição do que é Deficiência Intelectual, incluindo as leis que regem a inclusão e os instrumentos legais que dispõem a participação social do deficiente na comunidade onde vive.

Busca-se associar a importância inclusão e da expressão artística como resultado de uma mente criativa, especialmente para sujeitos com baixo índice de cognição, como os Deficientes Intelectuais, que estão matriculados no sistema de educação de jovens e adultos, da APAE/CEFAP, estudantes que se preparam para entrar no mercado de trabalho, mas que enfrentam o preconceito social, além das dificuldades inerentes à condição psicofísica e emocional da pessoa com deficiência.

O capítulo terceiro, traz uma abordagem sobre os fundamentos da Arte Terapia e da Arte Educação, que, embora possuam concepções diferenciadas, nesse trabalho de pesquisa, serão

aplicadas sob um mesmo viés, com o mesmo objetivo: buscar a inclusão da pessoa com deficiência despertando inclusive a sua consciência socioambiental visando sua inclusão no mercado de trabalho.

Descreve-se ainda a importância da Arte Educação, através da proposta de abordagem triangular de Ana Mae Barbosa, versando sobre o valor da criatividade.

O quarto capítulo traz a metodologia que foi utilizada, denominada : Papeliando, detalhando o desenrolar da pesquisa, expondo o processo inicial do Estado da Arte e do Estado do Conhecimento, revelando como foi utilizada a metodologia de análise interpretativa de Michel Thiollent (2006), arcabouço teórico sobre a Pesquisa Ação, explicando a prática a ser seguida, para realizar as entrevistas e questionários iniciais e finais, com clareza e dados que muito contribuem para o andamento da pesquisa,

Apresenta-se no quinto capítulo, os resultados das análises dos dados trazendo o resultado da pesquisa . Protegendo a identidade dos participantes, são usadas siglas, a partir das letras iniciais da cor e fragrância, escolhida por eles, para usar nas folhas de papel reciclado que cada um produziu, porém, mantendo na escrita, as falas originais dos estudantes. Através de tabelas, gráficos, e fotos, mostra-se o processo desenvolvido e os resultados encontrados, na realização da pesquisa, que ocorreu ao longo de vários encontros, com: rodas de conversa, entrevistas escritas e oficinas artesanais, para a produção de folhas de papel reciclado e objetos a partir destas.

Nas considerações finais, sexto capítulo, associando a expectativa inicial com a fundamentação teórica e a aplicação da pesquisa, foram agregadas informações obtidas nas entrevistas e, a partir da análise dessas respostas e da observação comportamental dos sujeitos conclui-se o resultado da pesquisa, sob o viés da Arte Educação e da Arte Terapia, com os estudantes com Deficiência Intelectual da EJA

## 2 O BREVE PERCURSO DA EJA E SUA ITINERÂNCIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nesse capítulo, analisaremos a trajetória da Educação para Jovens e Adultos no Brasil, observando que esta modalidade de ensino, passou por transformações necessárias do nosso sistema educacional. Discutiremos essas mudanças, que constituem a EJA, a partir dos fatos históricos que proporcionaram o desenvolvimento desse campo educacional e suas implicações na sociedade, incluindo a Educação Especial e a Educação Inclusiva que envolve diretamente as pessoas com deficiência.

A princípio, podemos lembrar que, durante o século XIV e todo o período colonial, a partir do final da distribuição das capitânicas hereditárias no Brasil, “na educação brasileira regular e institucionalizada, estudar nas poucas escolas que havia, era privilégio das classes mais altas, onde os filhos recebiam instrução escolar desde a infância, descartando a necessidade de escolarização para jovens e adultos. As classes pobres não tinham direito à escola, e muito raramente, recebiam instrução escolar de forma indireta” (GHIRALDELLI JR. ,2008, p. 24).

Nesse período a educação brasileira dividiu-se em três fases, onde se observaram os jogos de interesse: na primeira fase, a predominância das escolas dos jesuítas que tinham por objetivo maior, catequizar os nativos da terra (os indígenas) com os dogmas da religião católica; na segunda fase, prevaleceram as reformas do Marques de Pombal em 1759 (com a expulsão dos jesuítas), visando sistematizar a colonização; e na última fase, a chegada da família real portuguesa, com D. João VI (1808-1821), onde a educação passou a ser secundária, valorizando apenas o interesse do estado .

Após a proclamação da Independência do Brasil, em 1822, outorgaram a primeira constituição brasileira, onde no artigo 179, constava: a “instrução primária deve ser gratuita para todos os cidadãos”. Apesar dessa lei de gratuidade, a classe pobre não era favorecida, pois estes não tinham acesso à escola. Embora, no decorrer dos séculos, várias reformas tenham sido realizadas, a Educação brasileira, seguiu mais no discurso do que na prática. Como exemplo, temos em 1882, o grande jurista Rui Barbosa que, apresentando propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino brasileiro, baseando-se em exaustivo diagnóstico da realidade da época, revelou a vergonhosa precariedade do ensino no Brasil (CNE,2006).

Nossa segunda constituição, criada em 1934, no primeiro governo Vargas, não teve êxito, devido ao caráter inquieto do presidente que, através de um golpe militar, estabeleceu um regime ditatorial chamado Estado Novo. Assumindo a escrita da nova Constituição em 1937, Francisco Campos, sugeriu que não caberia mais ao Estado o papel central em relação ao ensino/aprendizagem, , abrindo mão da responsabilidade da educação pública, esta constituição de 1937 foi criada com o

objetivo de favorecer o Estado pois o mesmo tira a sua responsabilidade; uma população sem educação (educação para poucos) torna a sociedade mais suscetível a aceitar tudo que lhe é imposto; logo se entende que esta constituição não tinha interesse que o conhecimento crítico se propagasse, mas buscava favorecer o ensino centralizado.

Nos anos 40, o governo lançou a primeira campanha de Educação de adultos, tal campanha propunha alfabetizar os analfabetos em três meses; ali surgiu o trabalho de um dos maiores precursores da alfabetização de jovens e adultos, o educador pernambucano Paulo Freire que, partindo da realidade e vivência do estudante, através de uma educação democrática e libertadora, buscava eliminar a educação elitista. Houve muitas críticas e também elogios a esta campanha, entre educadores, políticos e sociedade em geral, revelando ser esta uma opção de mínimo atendimento à EJA.

Devido sua grande experiência nesse campo, o método Paulo Freire pretendeu superar a dicotomia entre teoria e prática, no processo de conhecimento, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, e conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Freire afirmava que alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra e observou que, o sujeito humilde e iletrado, ao chegar na escola, sentia-se culpado por sua condição de inferioridade, mas aos poucos descobria que não era um incompetente, mas sim um “fazedor de cultura”, orgulhando-se dessa nova posição social, e da humanidade lhe fora roubada.

Com o fim desta primeira campanha, Freire foi o responsável em organizar e desenvolver um programa nacional de alfabetização de adultos, porém durante o regime militar (anos 60), o trabalho de Freire foi visto como ameaça ao regime, voltando a EJA a ser controlada pelo governo, que cria então um movimento de alfabetização, usando um método semelhante ao desenvolvido por Paulo Freire, chamado: Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBRAL - que tinha como objetivo principal erradicar o analfabetismo , através da leitura e da escrita, usando como instrumentos: elementos de codificações, cartazes com famílias silábicas, quadros, fichas, porém, não priorizava o diálogo, nem se preocupava em desenvolver a formação crítica dos educandos.

Segundo Bello (1993), a proposta do MOBRAL era baseada nos interesses políticos da época e revelava a fase ditatorial pela qual passava o Brasil. Repassando o sentimento de bom comportamento para o povo, justificando os atos da ditadura, esta instituição através de seus diversos Programas, abrangeu grande parte das populações carentes.

Desde o início do Séc. XX, o processo de industrialização gerou a necessidade de se ter mão de obra especializada, surgindo então cursos de capacitação para os jovens e para alfabetizar os trabalhadores, contribuindo para a criação das escolas para adultos e adolescentes nos centros urbanos, forçando a população da zona rural migrar para as cidades na expectativa de melhor qualidade de vida. Durante muitos anos as escolas noturnas eram a única forma de alfabetizá-los, onde chegavam cansados após um dia árduo de serviço, comprometendo a atenção e o aprendizado. Muitas dessas escolas na verdade eram grupos informais, onde poucos que já dominavam o ato de ler e escrever o transferia a outros, percebendo-se uma lenta valorização da EJA. O aumento das escolas de EJA também teve fins políticos, pela necessidade de aumentar a base eleitoral, pois o voto era permitido apenas a homens alfabetizados.

A história da Educação de jovens e adultos é ainda muito recente. Em 1974 o MEC propôs a implantação dos CES (Centros de Estudos Supletivos), tais centros tinham influências tecnicistas devido à situação política do país naquele momento, e só depois o ensino supletivo foi implantado. Em 1985, teve fim o MOBREAL, surgindo a Fundação EDUCAR que apoiava tecnicamente e financeiramente as iniciativas de alfabetização existentes com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB.5692/71 com um capítulo dedicado especificamente para a EJA.

Nos anos 80 foram difundidas várias pesquisas sobre a língua escrita que de certa forma refletiam na EJA, com a promulgação da constituição de 1988 o Estado ampliou o seu dever com a Educação de jovens e adultos. De acordo com o artigo 208 da Constituição de 1988: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Emergiram, na década de 90, algumas iniciativas em favor da Educação de jovens e adultos. Quando o governo incumbiu também os municípios a se engajarem nesta política, ocorreram parcerias entre ONG's, municípios, universidades, grupos informais, populares, Fóruns estaduais, nacionais e através dos Fóruns. Só a partir de 1997 a história da EJA começou a ser registrada no intitulado “Boletim da Ação Educativa”, notando-se a partir daí um foco maior na busca de uma sociedade igualitária e uma Educação eficaz, comprovando a necessidade de que todas as áreas da Educação sejam focadas e valorizadas sem distinção, sem prioridades.

Nos dois períodos de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), foi dada uma ênfase maior à EJA. Dentre as principais iniciativas para a área, destacaram-se: o desenvolvimento do Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (PBA) e do

Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Pro Jovem); além da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) ligada ao Ministério da Educação (MEC); e a implantação do FUNDEB, que passa a abarcar a EJA.

Segundo dados do Ministério da Educação e Cultura, o MEC, 2017: O Brasil Alfabetizado foi desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Estes ainda podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal.

Objetivando promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil, este programa reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. (MEC, 2017). A criação do Programa Brasil Alfabetizado gerou ações de caráter social para a Educação de Jovens e Adultos, tais como: o Projeto Escola de Fábrica que oferece cursos de formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos. O PROJOVEM que está voltado ao segmento juvenil de 18 a 24 anos, com escolaridade superior a 4ª série (atualmente o 5º ano), mas que não tenha concluído o ensino fundamental e que não tenha vínculo formal de trabalho. E finalmente o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2006).

Nesse sentido, entende-se que a educação de adultos se torna mais que um direito. Na verdade, é a chave para o século XXI; sendo tanto consequência do exercício da cidadania, como uma possibilidade de plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, requisitos da cidadania.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/96 a EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade de ensino, que tem por objetivo oportunizar a formação escolar para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio nas idades apropriadas por motivos diversos. Embora as iniciativas políticas voltadas para essa modalidade sejam antigas, apenas em 1996 foi aprovada a integração da EJA na LDB.

Percebe-se que, além de ser uma política educacional, a EJA é principalmente uma política social, promovendo a escolarização e consequentemente viabilizando aos alunos melhores oportunidades de trabalho, melhor qualidade de vida e com isso sejam respeitados na sociedade. Essa definição da EJA mostra seu potencial de educação inclusiva e compensatória.

Enquanto modalidade de ensino a EJA- Educação de Jovens e Adultos- apresenta uma trajetória de desafios, principalmente por ser considerada por alguns apenas uma alternativa para minimizar o problema social no país. Porém, durante grande período, essa modalidade, não foi (e ainda não é) considerada prioridade educacional, sendo rotulada como política compensatória para suprir a perda de escolaridade em idade própria (AMORIM, 2011).

Nota-se que, as propostas de EJA, por muito tempo assimilaram o papel de “educação mínima”, direcionada àqueles com “possibilidades também precárias de desenvolvimento e aprendizagem”, sendo identificada como a educação dos “carentes, marginalizados e excluídos” (Dantas, 2007, p.76).

Sendo assim, acredita-se que o ponto de partida importante para avançarmos em direção a uma EJA adequada às demandas específicas de articulação, possibilitando a construção de novos saberes significativos para educadores e educandos, é a superação dos preconceitos e o reconhecimento dos jovens e adultos pouco escolarizados como sujeitos de aprendizagem, produtores e disseminadores de conhecimentos, que trazem suas demandas que podem se expandir para a satisfação de necessidades básicas (e não mínimas) de aprendizagem. E são básicas porque consideram as especificidades dos grupos, a diversidade de experiências dos indivíduos e dos coletivos.

Segundo Gadotti e Romão (2007), o conceito de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem mudando no decorrer da História da educação do nosso país, mudando sua significância a partir do contexto histórico da época. Assim, em julho de 1997, realizou-se em Hamburgo, a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA V), aprovando a “Declaração de Hamburgo” entendendo a Educação de Adultos como um direito de todos e destacando a importância de considerar diferentes necessidades e especificidades dos sujeitos atendidos por essa modalidade de ensino.

Essa Declaração destacou a importância da diversidade cultural, trazendo para a EJA temas como: a cultura da paz, da educação para a cidadania, desenvolvimento sustentável, a educação de gênero, a educação indígena, das minorias, a terceira idade, a educação para o trabalho, o papel dos meios de comunicação e a parceria entre Estado e sociedade civil. A EJA, desse modo, [...] Engloba

todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade (CONFINTEA V, 1997).

Em 07 de julho de 2000 o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB 11/2000 – homologado pelo Ministro da Educação–, considerando o caráter próprio desta modalidade de educação, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, normatizando a educação de pessoas jovens e adultas em todas as suas modalidades, definindo diretrizes nacionais que devem, obrigatoriamente, ser observada na oferta da EJA, nas etapas fundamental e média, nas formas presencial e semipresencial, com a certificação de conclusão de etapas da educação básica, em instituições que integrem a organização da educação nacional.

O Parecer 11/2000 descreve essa modalidade de ensino por suas funções: reparadora, pela restauração de um direito negado; equalizadora, de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade na forma pela qual se distribuem os bens sociais; e qualificadora, no sentido de atualização de conhecimentos por toda a vida. O objetivo do Parecer 11/2000 é esclarecer o conteúdo das Diretrizes Curriculares Nacionais tirando dúvidas que cercavam os envolvidos no assunto e fazê-las viger sobre a EJA.

## 2.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA COMO NOVO DILEMA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A modalidade de ensino que se refere à Educação de Jovens e Adultos, a cada novo cenário de governo que busca resolver o problema decorrente das lacunas do sistema de ensino regular, para os estudantes em defasagem de idade/série, tem se arrastado por décadas, a partir de novas propostas políticas, para a escolarização desses sujeitos, sendo diversas vezes reformulada ou renomeada, adaptadas conforme os interesses político-sociais.

Nas diferentes fases do desenvolvimento histórico da sociedade, a história da evolução da EJA no Brasil foi-se confundindo e se configurando como complementação de estudos e suplementação de escolarização. Quando se trata da EJA voltada para alunos da Educação Especial, torna-se ainda mais evidente a carência de professores capacitados e escolas aptas a incluir estes estudantes adultos e com algum tipo de deficiência física ou intelectual. O desejo de descobrir qual o verdadeiro papel das instituições de ensino, tem dado destaque ao trabalho do educador, especialmente nos países em via de desenvolvimento, como o Brasil, onde pessoas do povo estão sendo incluídas nas instituições

de ensino, ampliando o sentido de cultura educacional, buscando compreender questões pedagógicas, estimulando a formação crítica dos estudantes, sejam eles tidos como “normais” ou “especiais”, nomenclaturas errôneas, ainda usadas para definir pessoas sem ou com algum tipo de deficiência (FERREIRA, 2009).

A definição das áreas de atuação das escolas, enquanto instituições, têm sido o foco do Séc. XXI, selecionando os setores: científico, cultural e social. Segundo Amorim (2007), o mundo se encontra numa crise estrutural e a escola, assim como outras instituições sociais, sofrem um abalo nas suas bases, afetadas também pela globalização econômica, como revela o geógrafo Milton Santos (1999), fato que contribui para a mudança de paradigma, com o surgimento de novas visões de mundo e participação de novos atores sociais, incluindo as pessoas deficientes.

O sentido científico, deveria estar diretamente ligado aos dados culturais, econômicos, ao sistema produtivo e ao desenvolvimento da ciência, pois a escola tem interfaces importantes no processo do desenvolvimento humano. Para ele, a ciência é o resultado de um conjunto de relações que se compreendem com base na realidade, enquanto a escola, promove a reflexão em torno da ciência e dos avanços do conhecimento, defendendo que ambas: escola e ciência, precisam caminhar juntas, para fortalecer novos conceitos e práticas que favoreçam a evolução da sociedade (Popkenwitz, 1994).

O sentido cultural, tanto quanto o sentido científico, é marcante no meio educacional, pois o legado acumulado o longo dos anos, transmitido entre as gerações, vem mostrando a necessidade de criar-se currículo que privilegiam as questões das culturas locais e regionais, a partir do sentido de comunidade, sem perder de vista a oralidade, a escrita, a difusão da língua, como conhecimentos técnicos e científicos aos quais todos são acessíveis visando despertar outro tipo de cultura com novas possibilidades e outra concepção de conhecimento e novas crenças no meio educacional, mostrando a responsabilidade histórica na manutenção, preservação e transmissão dessa herança cultural e educacional, afirma Amorim (2007).

Nas tramas sociais e educacionais, as escolas pertencem a um sistema próprio, e têm também suas próprias estruturas através das quais desenvolvem sua dinâmica organizacional, carecendo de reconstrução. Cada organização social, têm aspecto subjetivos e objetivos cujos significados só se completam a partir de uma interação dinâmica e mediatizada (QUIANO,2000), que trata a escola como organização pensante e atuante no contexto histórico e precisa ser questionada num mundo repleto de diferenças sociais, culturais, tecnológicas e econômica (FGV, 1999), para que possamos

responder por exemplo, qual a verdadeira missão da escola e quais crenças as comunidades têm sobre o papel da escola, enquanto instituição, que apresenta um papel cultural social, política e filosófica.

No sentido social a escola é condutora do desenvolvimento da sociedade (AMORIM, 2007), sendo afetada diretamente por fatores externos tais como: a globalização da economia; a explosão demográfica; degradação ambiental e cultural, onde estão inseridos seus sujeito. Nesse sentido, o interesse coletivo deve ser o principal objeto de estudos das escolas contemporâneas, buscando resposta às questões da comunidade escolar, visando trazer ao aluno novas perspectivas do seu futuro social, estendendo suas raízes, compreendendo os espaços culturais, seus sentimentos e seu papel nas manifestações sociais.

Afirma Amorim (2007) que, um dos grandes avanços da área educacional é revelar que a transmissão do conhecimento ocorre dentro da realidade onde é produzido e depois transformada em livro didático, uma das formas através da qual este conhecimento pode se propagar, daí vem a possibilidade. Com base na psicologia social, defende que os tabus dificultam o entendimento do papel da escola e que só através da vivência junto aos diferentes agrupamentos sociais e valorização do mundo individual do aluno, sem preconceitos, o ensino pode ser ampliado.

Definindo a escola como uma organização complexa, Amorim (2016) defende que a missão da escola, enquanto instituição pensante e atuante no campo das relações humanas e produção do saber, precisa saber lidar com as pessoas e seus processos contando com o auxílio da psicologia social e organizacional que nos ajude a compreender a sociedade com suas crenças e a missão da instituição escolar como intermediária do ensino formal. Em seus estudos e publicações, Professor Amorim não esconde que seu objetivo e desejo é buscar uma nova visão da escola, com enfoque social onde se pode investigar sobre quais valores e crenças, manifestados nas práticas educativas, despertando para o valor da escola, enquanto missão educacional capaz de colaborar na construção de uma sociedade mais justa e melhor.

Analisando o histórico da EJA, vemos que a prática do improvisado nessa modalidade de ensino é usual, especialmente no processo de alfabetização e letramento do aluno, geralmente desenvolvida por professores oriundos do ensino regular, nem sempre preparados para ensinar na EJA. Pesquisas revelam que, dentro de um contexto socioeconômico, político e cultural o sistema educacional deveria buscar maior qualificação, mas ainda deixa a desejar, carecendo de um processo de intervenção na melhoria da qualidade formativa atual. usando roteiros que adequem materiais ao objetivo e o objetivo ao estudo, reagrupando, classificando, e analisando essas categorias que, interpretadas com inferências qualitativas, baseando-se no contexto e nas significações (AMORIM, 2012).

No Brasil, o ensino para deficientes começou timidamente, como bem situa Januzzi (1985, p.25), ao revelar:

[...] quanto à educação de deficientes, provavelmente surgiu pelo trabalho promovido por algumas pessoas sensibilizadas com o problema, que encontraram apoio governamental, precário, é verdade, mas num momento em que a elite intelectual estava preocupada em elevar o país ao nível do século. [...] Na realidade o que prevaleceu foi o descaso por essa educação, e pela educação popular como um todo. Alguns estados brasileiros, tais como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, começam a organizar escolas para os denominados deficientes mentais e que vão sendo empreendidos estudos nesta área, da parte de vários profissionais, tais como: médicos, psicólogos e professores. Isso possibilitou a estruturação de algumas entidades com o fim de atuarem pedagogicamente com os denominados deficientes.

Mas, a exemplo do restante do mundo, a grande maioria das pessoas com Deficiência Intelectual, no Brasil, ficava abandonada nas ruas ou era internada em hospitais psiquiátricos. Tais pessoas eram tidas como “loucas”, evidenciando-se a dificuldade de discernir a diferença entre “doença mental” e “deficiência mental”. Era tudo muito confuso, pois não se tinha conhecimentos mais profundos das causas e das formas de intervenções pedagógicas possíveis, no tocante a tais pessoas.

A educação dos deficientes intelectuais não despertou interesse de parte dos órgãos públicos, ficando a cargo de iniciativas particulares. Somente a partir do século XX foram realizadas as primeiras experiências educacionais, em alguns pontos do país, como podemos citar: - Ulysses Pernambucano de Melo Sobrinho, que fundou a primeira escola para os, então, denominados anormais, em Recife - PE (1925), constituindo a primeira equipe multidisciplinar no país para atender às pessoas com deficiência mental; 33 - Pacheco e Silva que, em 1929, fundou a Escola Pacheco e Silva, com o objetivo de tratar, de forma médica e pedagógica, os internos do hospital psiquiátrico do Juqueri (SP); - Helena Antipoff, que fundou, em 1932, a Sociedade Pestalozzi e, em 1935, o Instituto Pestalozzi, como órgão da Secretaria de Educação de Minas Gerais, cujo titular era o Dr. Noraldino Lima.

A clientela atendida [...] era toda uma variedade de alunos que não correspondiam aos parâmetros da ordem e da moral existentes na sociedade e institucionalizados na escola: cinquenta alunos do Abrigo de Menores Afonso Morais, colocados em regime de semi-internato, para “minorar a miséria moral em que se achavam [...]. Nessas escolas, encontravam-se alunos desde: “a idiotia e imbecilidade, até graus de inteligência superior, oferecendo, porém, em sua maioria condutas antissociais de extrema agressividade; caracterizavam-se alguns por apreciáveis aptidões especiais (mecânica, pintura, poesia, liderança, sociabilidade) (JANUZZI, 1985, p.90-91). - Norberto Souza

Pinto, pedagogo, que se preocupou com a escolarização do “deficiente mental”, introduzindo as classes especiais em estabelecimentos de ensino regulares, responsabilizando o professor pelo diagnóstico:

[...] porque os próprios inspetores ou professores notarão essas anomalias facilmente, desde que tais profissionais fossem capazes de valorizar “fins e métodos de ensino; que houvessem mais familiaridade entre o educador e o educando”; enfim, se existisse compreensão, simpatia e um pouco de senso comum (JANUZZI, 1985, p. 68).

A presença forte da Psicologia na educação do deficiente intelectual foi bastante evidenciada a partir de cursos de reciclagem para professores, realizados pela Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais, dando ênfase à Psicologia e à Biologia, como relata Januzzi (2006, p.112): A educação do deficiente mental sofreu todo o enfoque psicológico desta escola. Ao abri-la, Francisco Campos trouxe da Europa um grupo de psicólogos-professores: Theodore Simon, colaborador direto de Binet na elaboração da escala métrica de inteligência [...].

Na década de 50, do século XX, surgiram várias escolas especializadas no país. Foi um período no qual predominou a concepção científica da deficiência, acompanhada pela atitude social do assistencialismo, reproduzida pelas instituições filantrópicas de atendimento às pessoas com deficiência (BRASIL, 2006).

Historicamente, a Educação Especial se configurou como um sistema educacional paralelo, com escolas e classes especiais, compostas por alunos com o mesmo tipo de deficiência, atendidos por professores especializados. Esta modalidade de educação para pessoas com deficiências foi ampliada e adotada, criando um sistema escolar separado para esses alunos, que eram considerados como necessitados de atenção especial. (AINSCOW, 2009).

Torna-se cada vez mais necessária a compreensão dinâmica da realidade, para compreender os fenômenos sociais complexos, apresentando características significativas da vida real, devendo sempre se perguntar qual o papel desempenhado pela da EJA, numa atuação que envolva todos os estudantes, visando conhecer e realizar um processo de intervenção na melhoria dessa realidade formativa existente, interpretando o contexto, usando fontes variadas de informação, representando os diferentes e/ou conflitantes pontos de vista da situação (LÜDKE E ANDRÉ, 1986).

Através de um breve histórico da EJA (DUQUES, 2017), revela-se que os modelos econômicos e políticos influenciaram diretamente a implantação dessa forma de ensino, lembrando que a lei que garante educação para todos só foi instituída no final do séc. XX, conquistada por lutas sociais, embora a educação de qualidade ainda esteja restrita às classes mais abastadas.

Desde 1920, no processo de urbanização brasileira, as reformas educacionais criaram escolas noturnas para adultos (Reforma João Alves), que culminaram em 1940 com a consolidação da EJA na política nacional e em 1960 difundiu a ideias de educação popular, democratizando a educação básica, estendendo a EJA do primário para o ginásial, conquista interrompida com o golpe de 64, cedendo ao controle ditatorial, que criou em 1967 o MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização- promovido em campanha nacional, mas que pela dureza do regime militar, distanciou-se da proposta inicial, passando a atender a ideais políticos, até que em 1971, criou-se a LDB- Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

Com o fim do governo militar, extinguiu-se o MOBRAL e criou-se a Fundação Escolar, depois extinta em 1990, até que em 1996, foi criada a nova LDB, que incluiu a EJA no ensino regular e alterou para 18 anos a idade para ingressar no Ensino Médio.

A educação evoluiu para acompanhar o processo de democratização e participação da sociedade, aprofundando a relação entre gestor, grupo técnico-pedagógico e professores da escola, todos buscando consciência político-social, desenvolvendo um trabalho que privilegie as relações interpessoais ressignificando as questões do universo educativo, comprometendo-se com uma educação de qualidade, enquanto agentes formadores compartilhando experiências significativas, lembrando que a EJA constitui alternativa para aos cidadão que não tiveram oportunidade de estudar no tempo regular, dentre estes os sujeitos com deficiência..

Na rede municipal a EJA é amparada pelo Conselho Municipal de Educação (CME) e possibilita a inserção de cidadão no processo de escolarização ainda que, muitas vezes de forma precária, quando a Secretaria de Educação não apresenta estratégias para manter o aluno na escola, muitas vezes garantindo o ensino da EJA apenas no noturno, desenvolvendo nas cidades um grande número de analfabetos.

A partir dessa realidade entende-se que a carência de escolarização é uma constante em muitas cidades, seja nas capitais ou cidades do interior, havendo uma grande distância entre a necessidade de atendimento e a oferta efetiva de matrícula, agravando mais ainda quando os matriculados não conseguem concluir o processo de escolarização nas classes da EJA (AMORIM, 2016).

A EJA carece de cuidados específicos, que observem a dinâmica dos acontecimentos, detectando as prioridades e as possibilidades de intervenção no âmbito da EJA, tratada com descuido, o que compromete o ensino e conduz à evasão, contribuindo para o analfabetismo e péssima qualidade de vida dos educandos.

Diante da necessidade de buscar melhorias nesse sentido, criam-se mecanismos legais que, como Projetos Educacionais que definam políticas públicas, com seções destinadas à EJA, que, por exemplo, ofereçam essa modalidade nos três turnos na sede e na zona rural, assim como cursos de aperfeiçoamento para professores atuantes na EJA, buscando adequar as metodologias às reais necessidades dos alunos, considerando também a melhoria da infraestrutura das escolas, garantindo material didático específico para a EJA, repensando na prática pedagógica, elaborando programas que atendam também a classe dos estudantes com deficiência que desejam trabalhar e buscam incentivo e motivação para suas aspirações (OLIVEIRA, 2007).

Pesquisas mostram que o analfabetismo nacional não está atrelado unicamente ao indivíduo, mas também à ineficiência do nosso sistema educacional de políticas públicas insuficientes e inadequadas à nossa realidade, tornando cada vez menor a procura da EJA, mas para a pessoa com deficiência, que geralmente é estigmatizada e prejudicada por suas limitações, essa necessidade é ainda mais premente.

Nas questões de gestão na EJA, debate-se ainda a transferência do diurno para o noturno, sem critério algum, sem articulação dos gestores e o corpo docente, onde a EJA é completamente esquecida, desenvolvendo-se à margem, sem inclusão no próprio âmbito escolar, levando os estudantes a revelarem que se sentem pouco importantes dentro da escola, onde tudo é voltado para os cursos regulares, ignorando os alunos da EJA, que carecem um olhar a mais atento dos gestores e professores (AMORIM, 2016).

Pesquisadores da Educação, constataram que a gestão da EJA é ainda precária e isso implica em difíceis condições de trabalho de formação, que compromete a educação ofertada à sociedade, revelando ainda que há uma estreita relação entre a gestão e a formação dos educadores de jovens e adultos, (BARDIN, 1988), indicando a carência de investimento financeiro, material e pedagógico para a melhoria dos processos de gestão escolar, que garanta: a melhoria dos processos formativos da EJA, com formação inicial e continuada direcionadas ao jovem/adulto; criação de cursos de graduação voltados para essa modalidade de ensino em parceria constante com as esferas municipais, resgatando a dimensão política da educação (AMORIM, 2001).

A Educação de Jovens e Adultos, atualmente, representa a oportunidade de reparar-se uma dívida social para com aqueles que foram a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas, e não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela. “Ser privado desse acesso é de fato, a perda de um instrumento para inserção na vida social contemporânea”. (BRASIL, 2000, p. 05).

Desse modo, o parecer reconhece os avanços das políticas públicas em garantir a universalização da Educação e, ao mesmo tempo, considera que condições histórico-sociais comprometem o empenho dos poderes públicos em assegurar uma educação básica para todos. Noutras palavras, uma resposta para: [...] “uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela [...] em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto” [...]. (BRASIL, 2000, p. 5).

A ideia que o Parecer CEB 11/2000 apresenta é que” a inclusão na sociedade, ou seja, no mercado, só pode ser alcançada via investimento pessoal, adquirindo características individuais apreciadas pelo capital, como a capacidade [...] para enfrentar o emprego, o desemprego, e o auto emprego” [...] (PAIVA, 2001, p. 56).

Aprovado pela Lei nº 13.005, em junho de 2014, o Plano Nacional de Educação determina metas e estratégias para a política educacional do Brasil até 2024. Sua meta 4 é “universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao AEE), preferencialmente na rede regular de ensino”. Esse objetivo diz respeito ao público-alvo da educação especial, modalidade da educação transversal a todos os níveis de ensino.

Já o sustentável, plano de ação criado em setembro de 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. O ODS 4, que trata de educação de qualidade, coloca como desafio “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. Na estratégia 4.5 é ainda mais específico: “até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade”.

O cumprimento das metas do PNE precisa ser objeto de monitoramento contínuo, não só pela sociedade civil, mas principalmente pelo Ministério da Educação (MEC). Assim como, enquanto Estado-membro da ONU que se comprometeu a adotar a Agenda 2030, o Brasil deveria estar empenhado no desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo. No entanto, ainda não é possível determinar quantas crianças e adolescentes público-alvo da educação especial temos hoje no país e, principalmente, quantas ainda estão fora da escola. Continuada (BPC) e a condições especiais de aposentadoria, por exemplo.

As políticas e práticas de educação pautadas nos paradigmas da segregação e da integração, historicamente, responsabilizavam as próprias crianças, adolescentes e jovens com deficiência intelectual por seu “fracasso escolar”. Assim, a exclusão se dava com base no diagnóstico. No entanto, há alguns anos, a compreensão da deficiência baseada na perspectiva médica e em aspectos clínicos deu lugar ao modelo social. De acordo com essa perspectiva, a deficiência não está no indivíduo, mas na relação entre seus impedimentos de longo prazo e as barreiras existentes no ambiente. Esse novo conceito fundamenta a inclusão, que concebe a educação como um direito que prevê não somente a garantia à presença de todas as pessoas na escola, mas também à acessibilidade, ou seja, à eliminação dos obstáculos que impedem a plena participação dos estudantes.

Se compreendemos a deficiência a partir desse modelo social, quando um estudante – tenha ele deficiência ou não – “não aprende”, devemos reconhecer que a origem do problema não está em suas características intelectuais, mas, sim, em possíveis barreiras presentes na escola.

Mas, na prática, quando alunos com hipótese ou diagnóstico de deficiência intelectual “não aprendem”, nossa tendência é continuarmos responsabilizando-os por isso. E por que é assim? Porque nosso modo de entender e fazer educação continua baseado na lógica binária normalidade/anormalidade.

Durante muito tempo, buscou-se enquadrar as pessoas em padrões de desenvolvimento considerados “normais”. A expressão “retardo mental”, outrora usada em referência a pessoas com deficiência intelectual, é derivada dessa ideia. Retardo remete a atraso. Atraso em relação a quê? Ao que é “normal”. A noção de idade mental segue a mesma lógica. Compara-se o que se observa em uma criança com deficiência a padrões e atribui-se a ela uma “idade mental” diferente da cronológica.

Essa comparação pode ser feita a partir do que o observador reconhece como normal ou por meio de testes mais sofisticados, geralmente baseados no chamado quociente de inteligência – o QI. Mas, além de ultrapassada (considerando que não é mais aceita nem mesmo pela Organização Mundial de Saúde), essa análise contraria o princípio básico da educação inclusiva de que somos todos diferentes, singulares e únicos. O uso do QI como padrão balizador de quem é mais ou menos intelectualmente capaz é refutado pela teoria das inteligências (FERREIRA, 2013).

Um estudante com deficiência intelectual não tem idade mental diferente da cronológica, nem é menos inteligente que os demais. Ele é diferente, como todos os outros. Com algumas características que se sobressaem, talvez. Mas é importante lembrar que na educação inclusiva a diferença é reconhecida como um valor e cada um tem o direito de ser como é. A barreira maior está como traduzir isso na prática cotidiana da sala de aula.

A obra do psicólogo bielorusso Lev Semenovitch Vygotsky (1986) tem sido muito usada na busca por estratégias pedagógicas inclusivas para todos. Para Vygotsky, a condição humana não é dada pela natureza, mas construída ao longo de um processo histórico-cultural pautado nas interações entre homens e meio. Ou seja, os aspectos biológicos não são determinantes. Segundo ele, o desenvolvimento de qualquer pessoa, tenha ela deficiência ou não, depende das oportunidades de aprendizagem e das relações que estabelece. Vale mencionar que o estudioso dedicou boa parte de sua vida à observação e à educação de crianças com deficiência, principalmente intelectual.

Vygotsky (1986) defendia que o desenvolvimento cognitivo em cada etapa da vida não apresenta aspectos estanques e universais. Para ele, o que existe é uma multiplicidade de possibilidades de acordo com a experiência de cada sujeito. Enquanto o biólogo suíço Jean Piaget (1980) afirmava que as aptidões intelectuais acompanham o desenvolvimento orgânico, o psicólogo argumentava que o aprendizado não se subordina totalmente às estruturas intelectuais da criança. Na relação entre aprendizado e desenvolvimento, o primeiro vem antes, provocando “saltos” na compreensão e no conhecimento.

Enquanto Piaget (1980) sugeria que o professor esperasse até que o estudante estivesse “pronto” para avançar no processo de aprendizagem, Vygotsky, ao contrário, defendia que os alunos fossem encorajados a superar suas habilidades, valorizando o potencial dos alunos com deficiência intelectual, afirmando que estratégias pedagógicas adequadas são capazes de provocar avanços que não ocorreriam espontaneamente. É a isso que se refere um de seus principais conceitos, o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

A ZDP nada mais é do que a distância entre o desenvolvimento real, determinado por meio da solução independente de problemas, e o desenvolvimento potencial, determinado pela resolução feita com a ajuda de um adulto ou em colaboração com companheiros (VYGOSTKY, 1986).

As questões sobre a capacidade de aprendizagem, estudadas por Vygotsky, pode ser aplicada não apenas em crianças, mas também com adultos e pessoas com deficiência. Nos seus estudos ele divide o desenvolvimento humano em dois níveis: o real, e o potencial, sendo o nível real as atividades que podem ser resolvidas sozinhas pelo aprendiz, indicando níveis completos de suas funções psicológicas e o nível potencial, é quando a criança ou deficiente, não consegue realizar uma atividade sozinha, mas sendo orientada por um adulto, ou pessoa que sabe mais, consegue resolver, sendo este nível, mais significativo para o futuro do aprendiz.

Este estudo conseguiu provar, através de testes de inteligência, que às vezes, um sujeito consegue resolver exercícios mais complexos sozinhos, e outras não, isto é, tudo depende da

capacidade individual e do estímulo que é dado. Esse espaço de aprendizagem detectado entre o que a criança não consegue resolver sozinha, e o que ela consegue com ajuda de adultos, Vygostky chamou de Zona de Desenvolvimento Proximal, conceito teórico cunhado ele, por volta de 1991, avaliando que este espaço psicológico, possibilita estudar e intervir nas funções psicológicas superiores, considerando a ZDP, uma região dinâmica que permite a reconstrução interna de uma atividade social partilhada, tão necessário nas interações sociais e constituição do indivíduo, tendo utilizado este conceito, de forma descritiva, em diferentes contextos tais como: interação escolar, jogos, imitação, etc.

Para Vygostky, “o processo de educação escolar é qualitativamente diferente do processo de educação em sentido amplo. Na escola, a criança está diante de uma tarefa particular: entender as bases dos estudos científicos, ou seja, um sistema de concepções científicas”. Segundo ele, a escola, promove uma variedade de relações interpessoais cuja importância para o processo de desenvolvimento está em auxiliar, em muito, a formação das funções psicológicas caracteristicamente humanas, ou seja, aquelas que fazem uso da mediação da linguagem.

Essas interações que o indivíduo estabelece com as pessoas que o cercam, seja na escola ou em outro ambiente, exercem, portanto, papel fundamental no desenvolvimento humano, pois é a partir da internalização dos signos socialmente construídos que as funções intrapsicológicas se constituem, o que vem a ressaltar a gênese social da consciência humana defendida por (VYGOTSKY, 1984, p.147).

Nesse aspecto, Vygostky conclui que o conceito de ZDP assume papel de destaque, pois a despeito de diferentes indivíduos apresentarem o mesmo nível de desenvolvimento real, o desenvolvimento posterior dos mesmos pode se diferenciar substancialmente. E que as interações sociais são importantes para o desenvolvimento psicológico, revelando que todos podem se desenvolver em níveis mais elevados de ensino, inclusive o deficiente intelectual, e que este tem possibilidades de avançar em seu processo de desenvolvimento a partir do ensino de qualidade (LEONARDO; LEONEL, 2014).

Em seus estudos Vygotski (1984) teorizou sobre a psicologia e apresentou importantes estudos no campo do desenvolvimento humano e da deficiência. Para ele, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal e não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem.

Defendia a educação dos deficientes, afirmando que o ensino deve primar pela formação humana do aluno com deficiência intelectual, utilizando estratégias e recursos adequados para promover o seu desenvolvimento psíquico. Para ele, devemos avançar até o limite do aprendizado, e sua compreensão do desenvolvimento humano partia do percurso filogenético e do ontogenético, necessários para que os indivíduos se tornem humanizados. Nesse contexto, é essencial uma formação que capacite o profissional para atuar de forma a superar suas defasagens e reconhecer suas potencialidades (LEONARDO; LEONEL, 2014).

Através dessa perspectiva, Vygotsky (1986) ressalta a importância da escola e do professor no processo de desenvolvimento dos alunos. Para ele, o educador, em primeiro lugar, deve conhecer bem o estudante a fim de planejar estratégias a partir de objetivos baseados em seu potencial, ou seja, naquilo que ele é capaz de fazer quando conta com ajuda, reconhecendo que a maioria das participantes o aluno com deficiência intelectual apresenta uma aprendizagem lenta, sendo o seu ritmo o responsável pelo processo ensino-aprendizagem. Revelando ainda, que para estes participantes o processo de escolarização do aluno com deficiência intelectual restringe-se ao desenvolvimento de funções psicológicas elementares.

Em uma de suas muitas obras, o psicólogo afirma: o comportamento atualizado é apenas uma infinitésima parte do comportamento possível. O homem está cheio de possibilidades não realizadas. Segundo ele, é essencial que o professor aposte no aluno. Desafie-o, oportunizando interações com o ambiente social e cultural – ou seja, com outros estudantes, com a comunidade e com o currículo – capazes de alavancar seu desenvolvimento (VYGOTSKY, 1986).

Quanto aos alunos com D.I., defendendo uma dinâmica da capacidade intelectual Vygotsky (1986) afirmava que todos os sujeitos, com ou sem deficiência, podem aprender e se desenvolver. As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado. Para ele a expressão “ensino” nada tem a ver com a ideia de transmissão de conhecimento. Ao contrário, experiência no processo de aprendizagem e desenvolvimento que pode ser facilmente associada ao que chamamos de flexibilização curricular. Em seu livro “Teoria e método em psicologia”, ele afirma que, principalmente para alunos com deficiência intelectual, é fundamental que o ensino tenha significado e seja de fato relevante em suas vidas (VYGOTSKY, 1986, p.130).

Para este psicólogo, o foco do educador deveria estar sempre nas possibilidades e não nos déficits dos estudantes, afirmando inclusive, que suas limitações poderiam representar potenciais propulsores de desenvolvimento. Esse é apenas um dos aspectos presentes em sua teoria que são reafirmados atualmente pela neurociência atual.

Em contraposição à ideia de que o ser humano é imutável, o que reduz expectativas quanto às possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência, Vygotsky partia do princípio de que todos nós e o ambiente em que vivemos estamos em permanente movimento. A neurociência confirma, reconhecendo a capacidade de transformação de qualquer organismo e de qualquer ser humano. Os trabalhos do psicólogo e a neurociência também concordam que a capacidade intelectual não é estática, mas dinâmica, podendo, portanto, evoluir. E que isso só pode acontecer a partir das relações intra e interpessoais que se dão mutuamente.

Vygotsky sustentava, também, através do que chamava de “lei da compensação ou superação”, que um impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, precisamente por tornar a atividade do organismo difícil, poderia atuar como um incentivo para aumentar o desenvolvimento e a atividade de outras de suas funções. A neurociência comprova que, quando expostas aos mesmos estímulos ou desafios, pessoas com tais impedimentos podem desenvolver mais conexões sinápticas em relação às outras, provando terem um maior potencial de ampliação da função cerebral.

Nesse contexto a escola assume papel primordial neste processo, extrapolando o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, devendo assumir também responsabilidade na promoção do desenvolvimento de sua capacidade intelectual. Principalmente no que se refere aos alunos com deficiência – particularmente intelectual –, considerando que o foco, na escola, é a aprendizagem. No caso da Educação inclusiva, é imprescindível o compromisso com a garantia do direito dos estudantes com deficiência onde seja exercida na escola, uma liderança capaz de reverberar essa agenda para toda a comunidade. O próprio gestor deve ser criativo na forma como articula soluções com sua equipe, com a coordenação pedagógica e com o poder público.

Sobre as escolas especializadas, o Presidente da Federação das APAES da Bahia (FEAPAES-BA), Narciso Batista, em artigo do jornal A Tarde em 23.01.2021, citando o decreto 10.502/2020, que propõe a ampliação desse tipo de estabelecimento de ensino, analisa as fragilidades e retrocessos do referido decreto, afirmando que: “o Brasil tem milhares de intuições especializadas com várias denominações, há que se respeitar a história de cada uma e as demandas locais. Muitos alunos estão na escola especializada com a justificativa de que a escola comum, não tem nem o mobiliário adequado para acomodação”.

Segundo esse presidente da APAES, “falta investimento em formação, lembrando que um professor de creche não teve curso de estimulação precoce, nem entende de anatomia corporal atípica” E continua: “O Movimento Apeano, não descarta a continuidade de algumas escolas especializadas,

porque alguns alunos podem ter mais comprometimentos intelectuais, comunicacionais e sociais, necessitando de um apoio multidisciplinar.”

Ele sugere um debate sobre as possibilidades de benefícios e ampliação de serviços para esse público mais vulnerável, reafirmando que a escola regular não exclui a escola especializada, que ele não considera como única opção para estudantes com deficiência, entendendo que a Educação brasileira enfrenta desafios para criar e manter um sistema educacional de qualidade, principalmente para estudantes com grau de deficiência acentuada, que não se beneficiam quando incluídos em escolas regulares e que apresentam demandas de apoios múltiplos e inclusivos, defendendo enfim, que ambas: escolas comuns e escolas especializadas, devem coexistir para a melhoria da educação inclusiva.

Observando os participantes da pesquisa sobre o aspecto emocional, os estudantes da EJA na APAE,- Escola Especializada para deficientes intelectuais, com síndrome de Down, autistas, entre outras condições cognitivas, se mostraram bem seguros e preparados, sugerindo que estudar num ambiente propício para suas necessidades físicas e/ou motoras, sendo assistidos por profissionais de várias áreas, qualificados e preparados para atender suas demandas individuais e sociais, proporciona maior estabilidade emocional e melhores resultados no aprendizado.

Ainda que a coleta de dados e os indicadores do Censo demográfico sejam aperfeiçoados para que tenhamos informações mais precisas sobre o segmento (para mais informações leia o artigo Brasil), a área da educação apresenta total carência de dados de pessoas com deficiência. Temos dados anuais, embora o intervalo de dez anos de cada censo não permita um monitoramento constante das estratégias dessas agendas e dos impactos das políticas públicas implementadas.

Além disso, para sabermos dessa população em idade escolar obrigatória que está atualmente fora de instituições de ensino, há a necessidade de dados demográficos comparáveis com os obtidos pelo Censo escolar, que apresenta anualmente a quantidade de estudantes matriculados nas escolas.

As metas do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), incluem o alcance à população deficiente que tem grande representatividade no Brasil, lembrando que a segregação é praticada quando as crianças com deficiência são matriculadas em instituições de ensino especializadas, assumindo características de exclusão, impulsionada pela adesão do Brasil aos preceitos da Escola Nova, em revisão das formas tradicionais de ensino, presentes na LDB, de 1961.

Apenas na constituição de 1988, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 foi garantido a pessoa com deficiência o direito à Educação Inclusiva na rede regular de ensino, com a premissa que a escola se adapte e se prepare para receber esse aluno, mudando o

foco, não para a deficiência, mas ao ambiente que assegure a inclusão, com recursos acessíveis e adequados às especificidades de cada aluno, enriquecendo a diversidade.

A partir dessa perspectiva, a resolução nº4/2009, da LDB, instituiu diretrizes operacionais para o AEE- Aluno de Educação Especial, e depois o INEP, que segue aferindo a cada dois anos as metas da Educação brasileira, avalia como as unidades de ensino estão aplicando essas regras e leis.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística –IBGE- em 2018, a população brasileira apresenta 15% de deficiência, sendo a maioria deficiência visual, seguida de deficiência motora, depois auditiva e, por fim, a deficiência intelectual. E enfrentar o desafio da inclusão desses milhões de alunos, tem sido uma prática das escolas e dos estabelecimentos voltados para a Educação especial, como as APAES, buscando a escolarização e proficiência desses sujeitos que têm garantido seus direitos de participação social.

Um possível encaminhamento para essa questão foi a adoção de perguntas sobre pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD), cujo objetivo principal é obter informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento.

Como a publicação do IBGE mostra, há muito o que se avançar na produção de indicadores sociais para que possamos construir um país mais equitativo, alcançando as metas de agendas nacionais e internacionais no que diz respeito à garantia do direito humano à educação para todas e todos, sem discriminação. O estabelecimento de uma deficiência (CDPD), em 2006, foi necessário para que a questão dos estudantes com deficiência a partir da perspectiva dos Direitos Humanos ganhasse força mundial. No texto aprovado pela Assembleia Geral da ONU, a definição de pessoa com deficiência é escrita numa equação simples, composta pelos termos barreiras e impedimentos.

Nesse documento a ONU afirma que: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais (Relatório da Assembleia Geral da ONU, 2006, p. 122).

Esse deslocamento da centralidade da deficiência para a relação não é trivial e possibilita hoje que repensemos a questão da não garantia do direito à educação às pessoas com deficiência a partir da principal barreira que tem impossibilitado tanto o acesso como, em muitos casos, negligenciado o direito de aprendizagem: a atitudinal ou social

Geralmente quando se refere ao direito de todas as crianças e adolescentes e jovens estarem na escola, não se destaca a presença desse público: os deficientes. Lembrando apenas que há uma modalidade específica para essa parcela da população que precisa de maiores cuidados. Entretanto a definição contemporânea de pessoa com deficiência, ao evidenciar seu caráter relacional, aponta para uma mudança substancial da própria concepção e modo de trabalho dessa modalidade. Hoje temos clareza de que nossos esforços devem ser direcionados à mudança do sistema educacional para que ele não deixe ninguém de fora e se torne cada vez mais um sistema educacional inclusivo.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), mais conhecido como Lei brasileira de inclusão (LBI), reafirma essa concepção que já estava sendo executada desde 2008 por meio da Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (MEC). A partir do estabelecimento dessa Política, foram realizados investimentos em termos de apoio técnico e/ou aporte financeiro no sentido de qualificar as escolas comuns.

Hoje, os dados de matrícula são bem diferentes daqueles de meados dos anos 2000. O último relatório do Censo Escolar, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), aponta que 90% do público-alvo da educação especial que frequenta a escola está matriculado em salas de aula comuns.

Porém, ainda que sejamos conservadores, além do IBGE, a Organização Mundial da Saúde (OMS), afirma que cerca de 15% da população brasileira teria algum tipo de deficiência. E, o número das crianças e adolescentes matriculados em nossas escolas ainda não chega a 4%. Ou seja, muitos ainda não conseguem usufruir os direitos plenos dos estudantes com deficiência, e muito precisa ser feito para, no mínimo, equiparar o acesso das crianças e adolescentes com e sem deficiência. Embora saibamos que não basta estar matriculado, pois o direito de aprendizagem, quando é parcialmente cumprido, de fato, não é cumprido.

Entendendo que a Educação Inclusiva é boa para todas e todos, é necessário um trabalho cotidiano, que instigue, induza e provoque educadores e gestores para gerarem mudanças em seus contextos escolares, imersos em uma cultura na qual o lugar dos estudantes com deficiência não é na escola comum. Mesmo que estes alunos estejam matriculados pela força da lei, o investimento deve permanecer voltado às adaptações curriculares organizadas a partir da deficiência.

Muitos pais matriculam seus filhos com Deficiência Intelectual nas escolas regulares, como forma de socializá-lo na comunidade escolar, outros preferem uma escola especial que esteja preparada para atendê-lo. Mas, geralmente, no ambiente escolar são tratados como pessoas infantis, e não como sujeitos de direitos plenos.

Em 2016, 10 anos após a promulgação da Convenção, algumas organizações fizeram um apelo forte para a manutenção de escolas exclusivas para pessoas com deficiência. No final das discussões, a demanda sobre a continuidade dessas escolas segregadas foi rejeitada tanto em termos de princípio como em termos pragmáticos pela maioria do Comitê da ONU. Observaram e destacaram as seguintes razões:

- Todas as crianças, independentemente de sua condição/impedimento, têm o direito de serem educadas em ambientes inclusivos. O Estado deve se certificar de que os sistemas de apoio necessários estão sendo garantidos para que isso ocorra sem discriminação ou exclusão;
- A escolha por escolas especiais ou inclusivas era uma meta irreal. Se o Estado se compromete com a criação ou manutenção de escolas especiais, ele não conseguirá, simultaneamente, proporcionar recursos no processo inclusivo. Na prática, portanto, os investimentos nas escolas especiais resultam em matrícula obrigatória nessas escolas e milita contra o princípio da inclusão.

Por tudo isso, sabemos que o desafio não é das crianças e adolescentes com deficiência em se adequarem e sim de como todos nós, envolvidos com a educação, estabelecemos saberes e práticas que possibilitem sair dessa perspectiva assistencialista e organizar novas respostas pedagógicas que sejam boas para todos e cada um dos estudantes, considerando suas especificidades e seus contextos, através de uma Educação que não deixa ninguém para trás.

Como afirmou Freire (2009, p.76), “Não é a educação que muda um país, mas é a educação que transforma as pessoas que por sua vez mudam o país”, assim as ações pedagógicas devem envolver educadores e gestores, onde possam ampliar repertório e construir atividades pedagógicas e/ou projetos educacionais que favoreçam a inclusão, contribuindo para atingirmos nacionalmente a meta de assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

O processo para melhorar nossos índices educacionais passa necessariamente pela inclusão e pela equidade por meio da educação. Elas, como destaca a Declaração de Incheon, são o alicerce de uma agenda de educação transformadora e de enfrentamento de todas as formas de exclusão e marginalização, bem como disparidades e desigualdades no acesso, na participação e nos resultados de aprendizagem.

Nenhuma meta de educação deverá ser considerada cumprida a menos que tenha sido atingida por todos. Portanto, comprometemo-nos a fazer mudanças necessárias nas políticas de educação e a concentrar nossos esforços nos mais desfavorecidos, especialmente aqueles com deficiências, a fim

de assegurar que ninguém seja deixado para trás. O desafio que está posto para todos nós é, portanto, envidar esforços no sentido de transformar nosso sistema educacional para que por um lado receba a todas e todos e persiga altas expectativas para cada um e por outro, iguale oportunidades e diferencie estratégias. Afinal, como afirma Mendes (2019), quem tem seus direitos negados ou negligenciados, tem pressa.

Uma das principais contribuições da definição é o conceito de deficiência. O documento reconhece, em seu artigo 1º, tratar-se de um conceito em evolução, que resulta da interação entre as pessoas e as barreiras que impedem a plena participação na sociedade em igualdade de oportunidades.

Todas as diretrizes da Convenção se baseiam nessa abordagem conhecida como modelo social da deficiência que, em linhas gerais, estabelece que “não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e nos serviços”. E é necessário perceber as diferenças entre o modelo social e o modelo médico de compreensão da deficiência para entender como esses paradigmas se manifestam no dia a dia da escola.

Apesar de difundido na década passada, o modelo social emergiu já nos anos 1980 como uma reação ao modelo médico (ou clínico). A principal característica do modelo médico era a descontextualização da deficiência, vista como um “problema na/da pessoa”. Mas qual é, de fato, a diferença entre os dois modelos e quais as implicações desta mudança na prática cotidiana? O modelo médico concebe a deficiência como um fenômeno biológico, ou seja, baseia-se unicamente em características individuais de ordem clínica, situadas na pessoa, desconsiderando qualquer interferência de fatores externos. Trata-se de uma abordagem que preconiza ações normalizadoras enquanto rotula os indivíduos como inaptos e ignora as estruturas sociais que impedem sua participação.

A origem do modelo médico é imprecisa e pode ser considerada tão antiga quanto o próprio interesse da medicina moderna sobre as deficiências. Para compreendê-lo melhor, é oportuno mencionar que o referido modelo respalda três paradigmas históricos no que diz respeito à atenção às pessoas com deficiência no contexto da educação. São eles: exclusão, segregação e integração.

Na exclusão, o direito à educação era negado. As pessoas com deficiência eram impedidas de acessar qualquer espaço ou atividade com essa finalidade. Na segregação, não podiam frequentar escolas ou salas de aula comuns, mas somente espaços segregados – as escolas ou classes especiais. Na integração, a seleção dos estudantes para a concessão restritiva do direito à educação, baseava-se na busca pela “normalização”.

Teoricamente – considerando os referenciais normativos – exclusão, segregação e integração são parâmetros ultrapassados, superados pelo paradigma da inclusão, que prevê o direito de todos à educação, de forma incondicional e irrestrita. Mas, na prática, o modelo médico ainda prevalece como referência na maioria dos contextos.

Ao contrário da integração, na qual o aluno deve se adaptar às condições da escola, a inclusão prevê que as unidades de ensino devam se transformar para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos. Garantir esse direito implica que o sistema de ensino seja reestruturado a partir de uma nova cultura, concretizada por meio de ações articuladas e da participação direta de todos. Essa nova perspectiva se baseia no reconhecimento da diferença como característica inerentemente humana e na compreensão da deficiência como fenômeno social.

Os primeiros registros que não somente criticam o modelo médico, mas também esboçam conceitos que apontam para o estabelecimento de outro, antagônico, vêm do Reino Unido, principalmente a partir das publicações do sociólogo Paul Hunt. É de sua autoria a primeira publicação por pessoa com deficiência com o objetivo de debater as limitações sociais vividas por essas pessoas para além das questões autobiográficas e médicas.

É também atribuída a ele a pioneira articulação política em torno do que ficou conhecido como movimento das pessoas com deficiência. Hunt desenvolveu suas ideias enquanto vivia em uma instituição para pessoas com deficiência. Lá, ele e outros residentes lutavam com a gestão pelo direito de assumirem o controle de suas próprias vidas e de contarem com representação no comitê administrativo. Como foram bem-sucedidos, outros seguiram o exemplo. Conforme relata Juddy Hunt, esposa de Paul, em uma carta escrita em 2011, essa luta particular “levantou perguntas fundamentais sobre o relacionamento entre a pessoa com deficiência e quem teoricamente a ajuda, a responsabilidade social sobre a deficiência, entre outras”.

A educação inclusiva pressupõe o reconhecimento e a valorização das diferenças. Ou seja, cada um tem o direito de ser como é. Nesse sentido, aspectos relativos ao diagnóstico dos estudantes, assim como qualquer outra de suas características, não podem ser neutralizados ou negados. Conhecê-los pode ajudar os educadores a identificar os apoios necessários para que o aluno participe plenamente e em igualdade de condições da vida escolar. Além disso, ter um laudo é direito do estudante. A Lei brasileira de inclusão (LBI) garante “oferta de rede de serviços articulados, com atuação intersetorial , para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência”, assegurando, especificamente, diagnóstico e atendimento clínico. (BRASIL/MEC-EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2001, p.128)

Mas essa nem sempre é a principal motivação para a busca exaltada por um diagnóstico. Muitas vezes, o que faz a escola correr atrás de um laudo é a expectativa ilusória de que ele irá trazer respostas sobre como trabalhar com aquele aluno em sala de aula. Acontece que não há prontas”. Ainda que apresentem pareceres diagnósticos iguais, duas pessoas podem reagir às mesmas intervenções de maneiras bem diferentes. É preciso combater e enfrentar o perigo desta homogeneização, achando que todos os Deficientes são iguais.

Há situações ainda piores, em que se espera que o diagnóstico confirme que “não é possível fazer nada” ou que o lugar daquele estudante não é a escola. Quando o laudo é interpretado como um atestado de incapacidade, a escola deixa de apostar nas potencialidades do aluno e ele pode representar uma importante barreira ao processo de inclusão educacional. É bastante comum que professores ou outros profissionais da escola justifiquem o próprio “não fazer”, ou que limitem as oportunidades de aprendizagem, usando-o como pretexto.

Apesar de sua importância, não conhecer o diagnóstico não inviabiliza a inclusão de nenhuma criança, adolescente ou adulto, qualquer que seja sua deficiência ou características. É muito mais produtivo procurar investir tempo e esforços fazendo do que esperando. Mas, fazendo o quê? Antes de qualquer coisa, buscando conhecer bem o aluno.

O ponto de partida para o planejamento de estratégias pedagógicas inclusivas deve ser, sempre, a singularidade do sujeito, com foco em suas potencialidades. Não importa se há ou não um diagnóstico de deficiência. Se, por um lado, é esperado que a grupo, por outro, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada estudante. Mas como o professor dá conta disso? Esse processo não precisa ser solitário. É fundamental que todos os envolvidos – inclusive os próprios alunos e familiares participem.

É importante, também, buscar identificar as barreiras à participação e à aprendizagem presentes na escola para superá-las. Vale ressaltar a relevância da participação do nesse processo, do aluno e seus familiares. Em articulação com a equipe escolar e a família, o AEE pode contribuir, por exemplo, com TAs , cujas possibilidades vão desde iniciativas simples, como o velcro que prende o livro ou o *tablet* à mesa para que não deslize com os movimentos involuntários do estudante, até a escolha e aquisição de *softwares* leitores de tela.

Informações clínicas podem contribuir, mas, na maioria dos casos, não são suficientes para apontar quais TAs são adequadas para cada contexto. Para isso, é preciso conhecer os alunos, como pessoas que são, a fim de reconhecer aspectos que precisam ser compensados por meio de recursos capazes de proporcionar ou ampliar suas habilidades funcionais O atendimento educacional

especializado é garantido aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Contudo, para ser atendido, o aluno não é obrigado a apresentar um diagnóstico. Em caso de hipótese de deficiência ou TEA, um relatório elaborado pelo professor de sala, validado pela coordenação pedagógica, com a participação de outros profissionais envolvidos, pode ser suficiente para o encaminhamento. Segundo a nota técnica 04/2014 do Ministério da Educação (MEC), não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico uma vez que o AEE se caracteriza por atendimento pedagógico, e não clínico.

Assim, exigir diagnóstico do estudante para declará-lo público-alvo da educação especial e, desse modo, garantir-lhe o atendimento de suas especificidades educacionais, é impor barreiras ao seu acesso aos sistemas de ensino, “configurando-se em discriminação e cerceamento de direito”.

Segundo afirma a psicóloga Márcia Melo Araújo (2010), havendo diagnóstico ou não, é preciso olhar além da deficiência. Parece ser uma tarefa oportuna avançar no terreno do trabalho coletivo nas escolas, partindo da demanda construída diante de alunos que em seus processos de escolarização desafiam o aprendizado e a convivência. (...) O trabalho pedagógico deve ser norteado por perguntas que nos façam repensar a escola, sua organização e projetos.

O papel da escola e do educador, é reconhecer o direito de cada um ser como é, garantindo oportunidades iguais para todos e estratégias diferentes para cada um, de modo que todos possam participar e aprender, independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça ou deficiência. Assim, a hipótese de deficiência nada mais é do que uma característica dentre tantas outras que compõe o universo da sala de aula e orientam o trabalho do professor como afirma a especialista em educação inclusiva (FERREIRA, 2012).

Numa perspectiva clínica de cada um dos sujeitos, os laudos, CIDs, famílias desestruturadas, culpabilização de sistemas educacionais e falta de preparo são termos e assuntos sempre presentes nas falas iniciais dos participantes, mas não existe receitas prontas ou caminhos certos para a resolução de seus desafios de conviver com D.I. Sempre abrindo possibilidades para que ocorra uma abordagem mais dialógica, como defende o grupo DIVERSA, que nos relatos do Seminário presencial 2018, traz vários artigos de especialistas mostrando que é possível incluir socialmente os Deficientes Físicos e Intelectuais.

A Deficiência Intelectual não é uma doença, mas uma limitação. A pessoa com Deficiência Intelectual deve receber acompanhamento médico e estímulos, através de trabalhos terapêuticos com psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais; as limitações podem ser superadas por meio

da estimulação sistemática do desenvolvimento, adequações em situações pessoais, escolares, profissionais e sociais, além de oportunidades de inclusão social. A pessoa com deficiência intelectual tem os mesmos direitos que todos os outros cidadãos. Ela tem direito a frequentar a escola regular e deve receber apoio da escola para superar as suas dificuldades/necessidades. Tem direito aos serviços de saúde, aos recursos da comunidade e a oportunidades de trabalho.

## 2.2 A EJA E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Se a Educação das crianças nas escolas públicas brasileiras é um desafio cada vez maior, pela falta de estrutura física adequada, deficiência na formação dos professores, indiferença da família em relação à vida escolar dos alunos e a apatia dos estudantes, problemas verificados nas escolas em geral, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o problema é ainda maior, pois grande parte destes alunos já integram o mercado de trabalho e ao chegarem à escola à noite, após a jornada de trabalho, apresentam de grande cansaço físico e mental.

E quando se trata da clientela da EJA-interventiva, formada de jovens e adultos a partir de 15 anos, com déficit cognitivo e/ou deficiência intelectual, os desafios são ainda maiores. Apesar dos grandes avanços alcançados nesta área, ainda são encontrados muitos problemas para a inclusão efetiva destes alunos ao cotidiano da escola, como falta de acessibilidade, inexistência de tecnologia assistiva, falta de preparo da comunidade escolar em acolher a pessoa com deficiência, entre outros.

Assim surge a necessidade de tentar trazer opções ou criar intervenções que auxiliem essa inclusão observando, a priori, como a EJA interventiva está contemplada no Plano Político e Pedagógico (PPP) de cada escola, e como a inclusão desses alunos se dá efetivamente na rotina escolar, se de forma integrada e eficiente ou de forma pontual e condescendente.

A inclusão é inseparável do âmbito educacional, garante discussões que direcionam possibilidades de superação dos desafios para a prática escolar, procurando a identificação e o atendimento das necessidades educacionais do aluno. Remetendo as orientações do Programa de Educação Inclusiva do MEC (SEESP/MEC, 2004 p.18-19) a escola tem: [...] objetivo de garantir, a todas as crianças e adolescentes, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, toda escola deve desenvolver e regulamentar os procedimentos para a identificação de necessidades educacionais presentes no seu alunado. Há que se identificar tais necessidades, para que se possam planejar os passos posteriores, do atendimento a essas necessidades, cabendo à escola prever o encaminhamento para favorecer a aprendizagem do aluno. Um dos aspectos fundamentais do processo de inclusão escolar é o reconhecimento da diversidade humana.

Apesar de todo esse respaldo legal, muitas vezes as pessoas com necessidades especiais sofrem preconceitos, discriminações e limitações sociais devido às características individuais e suas necessidades. Atualmente, tanto no Brasil como no mundo, a matrícula escolar dessas pessoas ainda ocorre de forma bastante isolada. E, considerando os aspectos legais apresentados por documentos nacionais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988; LDB nº 9.394/96; ECA, 1990) e documentos internacionais como Declaração de Salamanca (1994) e Declaração Mundial de Educação para todos (1990) que nasceu o interesse de estudar como a Arte terapia com a produção de papel reciclado, pode auxiliar no bem-estar desses estudantes.

Sabe-se que, para que a pessoa com necessidades especiais possa ter seus direitos garantidos é fundamental a estruturação de uma sociedade inclusiva, na qual todos os membros desta façam parte atuante, assumindo o exercício da cidadania com garantia de acesso aos diferentes serviços e espaços sociais. Lembrando que a educação é fator primordial para as mudanças necessárias na sociedade e nas escolas.

O rompimento com paradigmas alicerçados na homogeneidade e em currículos pautados única e exclusivamente nos conteúdos, deve ser a base para a construção de escolas inclusivas, onde gestores, educadores, famílias e a comunidade possam atuar em parceria, estimulando no aluno sua capacidade de aprender e de ser participante, engajado socialmente, inclusive nas questões que envolvem o meio ambiente.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 12) diz que: “Nas escolas inclusivas, os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) devem receber o apoio suplementar de que precisam para assegurar uma educação eficaz”. Desta forma, acredita-se que para a pessoa com deficiência aprenda e exerça seus direitos, é preciso modificações na sociedade e na escola. Por isso, as questões apresentadas sobre a educação do adulto Deficiente Intelectual e a importância do ambiente escolar para seu desenvolvimento, devem ser sempre debatidas.

Os estudos de Stainback e Stainback (1999), mostram que não apenas os alunos com necessidades educacionais especiais preferem trabalhar em grupo, mas o grupo como um todo ajuda ao aprendizado da pessoa com necessidades educativas especiais, lembrando ainda a Declaração de Salamanca (1994, p. 11) que diz: “[...] o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste na aprendizagem de todos os alunos juntos, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentarem”. É preciso reconhecer que a convivência uns com os outros, aceitando suas diferenças, pode levar esse aprendizado cooperativo para fora da escola, em sua vida na comunidade, observando

as dificuldades que cada aluno apresenta, e procurar ajudá-los e não simplesmente ignorá-los dentro da sala de aula.

Como a inclusão escolar é um processo, estratégias mais adequadas são de suma importância para que haja a remoção de obstáculos. É importante estudar o processo de inclusão escolar e a concepção sobre escola inclusiva, o estudo etiológico presente na Deficiência Intelectual, como suas características principais, cariótipo, a comunicação e aceitação do diagnóstico, saúde, desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem do adulto com DI e a superproteção da família abordando o processo e oferecendo atividades mais estimulantes ao estudante com DI.

A inclusão é um processo de adaptação quando se faz necessário que o indivíduo tenha acesso a seus direitos considerados básicos. Ao analisar a palavra inclusão, podemos traduzi-la como sendo a capacidade de entender e de também reconhecer todos os indivíduos, aprendendo a conviver com as diferenças. Sendo importante assinalar que não se refere a um modismo, ou apenas à tendência mais recente na educação.

A educação inclusiva faz parte de um sistema social e econômico em transformação e é fruto de um momento histórico. Para atender essas transformações, devemos nos reportar às suas origens históricas, a luta por direitos básicos presente nesse processo tem tido como principal objetivo a igualdade social das pessoas com quaisquer tipos de deficiências. Voivodic (2004, p. 21) afirma que: “A luta pelos direitos humanos encontra seus princípios na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948”.

Esses direitos foram retomados nos movimentos sociais na década de 1960, quando emergiu no mundo toda a defesa pelos direitos humanos aplicados a todos. Os familiares das pessoas com deficiência lutaram e lutam até hoje por oportunidades de estudo para essas pessoas. O processo de inclusão está diretamente ligado as lutas desses familiares. Voivodic (2004, p.22) afirma isso quando menciona em um trecho citado em seu livro que: A inclusão, historicamente, também está ligada a movimentos de pais de crianças com deficiência.

Na Europa os movimentos de pais de crianças com deficiência visavam convencer a sociedade e as autoridades públicas a incluírem seus filhos em situações comuns de ensino. Masini (2000, apud Voivodic, 2004. p. 34), adverte que é necessário um preparo cuidadoso para que ocorra a inclusão, alguns fatores são assinalados tais como: necessidade de que cada educador conheça seus próprios limites pessoais e de formação e se saiba em que medida pode contribuir para inclusão da criança deficiente; incluindo as condições e limites de cada escola para que sejam examinados.

Defende-se que os projetos educacionais façam uma dialética teoria/prática, numa constante avaliação do que ocorre com a criança deficiente. É necessário que haja a inclusão para que a sociedade tenha lugares mais produtivos para que todos possam aprender e com garantia de uma vida melhor para todos. Uma sociedade com diversidade torna-se mais ideal para termos igualdade de oportunidades (SANTOS, 2010).

No Brasil com a promulgação da Constituição Federal Brasileira (1988) a discussão sobre o tema se aprofundou, o Estado passou a assumir e a oferecer o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, de preferência nas redes regulares de ensino. Mas, apenas a partir de 1990 as políticas públicas de inclusão tiveram início no País, só adquirindo direitos a uma educação gratuita a partir de 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando políticas de ampliação e crescimento do atendimento público educacional avançam no Território brasileiro.

O processo de inclusão no Brasil também sofreu bastante influência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (NEE), realizada no ano de 1994 em Salamanca (Espanha), na qual Voivodic (2004, p. 24) diz que “foi firmado um compromisso com a educação para todos, ficando decidida a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no sistema comum de educação”.

A conferência veio com a intenção de incluir todos os indivíduos sem exceção. A Lei máxima deu início a algumas reflexões ocasionando a criação de diversos trechos legais. Dois anos depois da promulgação da Constituição (1988), em 1990, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, (art.54, inciso III) que precisa ser citado.

A LDB de nº 9.394/96 faz uma dedicatória à educação especial os artigos 58, 59 e 60 em seu capítulo V. Ressaltando que em 1961 houve homologação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), Lei nº 4.024/61, a qual traz que a educação da pessoa com NEE passou a ser enquadrada no sistema geral de educação e com dez anos depois com a Lei 5.692/71. A LDB 5.692/71 pode garantir um melhor tratamento às pessoas que tinham algum tipo de deficiência e não teve acesso as escolas em idade apropriada por esse motivo poderiam ser matriculadas com atraso em alguma série.

O Parecer CNE/CEB nº 16/99 e a Resolução CNE/CEB nº 4/99 juntos dispõem uma educação profissional para pessoas com Necessidades Educativas Especiais. Os movimentos surgidos deram o aparecimento de vitórias no processo da educação inclusiva no País, com eles a vinda de documentos oficiais e/ou textos legais. As pessoas com deficiência tiveram a oportunidade de escolarização em instituições especializadas.

Outros movimentos foram surgindo logo depois, dando início a uma luta pelo direito de estudarem em escolas regulares. “Foi instalada, em 1950, em caráter experimental, a primeira sala de recursos em São Paulo para que deficientes visuais estudassem em classes comuns” (VOIVODIC, 2004, p. 24). Criando também em seguida classes especiais para indivíduos com Deficiência Intelectual. A educação inclusiva não é só destinada aos alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais), mas se prevê o atendimento a todos com uma educação de boa qualidade, acolhendo todas as pessoas, sem exceção, de maneira a oferecer, caso necessário, adaptações curriculares e de acesso para que os alunos com NEE possam melhor se desenvolver.

Vale, ressaltar que a sociedade inclusiva é aquela que oferece a seus membros acesso aos diferentes segmentos sociais de maneira que eles possam exercer sua cidadania com qualidade de vida. É a sociedade que se adapta para proporcionar condições de acesso ao: trabalho, lazer, saúde, educação, locomoção, dentre outros, a todos os segmentos sociais.

Segundo Ferreira (2011) A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada na ONU em 2008, é uma conquista importante os deficientes, mas ainda há divergências quanto à sua necessidade, pois alguns estudiosos acreditam que seria suficiente validar a Convenção dos Direitos Humanos (ONU, 1948) que abrange qualquer grupo social.

Para ela, este documento foi fundamental e impulsionador pois assegurou os direitos dos deficientes estabelecido nos princípios gerais da Convenção que são: 1. Respeito pela dignidade inerente e autonomia individual incluindo a liberdade para fazer as próprias escolhas e independência das pessoas; 2. Não-discriminação; 3. Participação total e efetiva e inclusão na sociedade; 4. Respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiências como parte da diversidade humana e da humanidade; 5. Igualdade de oportunidades; 6. Acessibilidade; 7. Igualdade entre mulheres e homens; 8. Respeito pelas capacidades em desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito do direito das crianças com deficiência de preservar suas identidades;

Esses princípios, presentes na CDPD, reforçam a dignidade das pessoas com deficiência moderando a abordagem dirigidas aos deficientes e consolidam uma mudança de paradigma, redefinindo o olhar sobre esses sujeitos, para não mais serem visto como ‘objetos’ de caridade, tratamento médico e proteção social; mas reconhecidos e tratados como iguais a quaisquer outros indivíduos, com direitos e deveres sociais.

Sobre os direitos do deficiente na sociedade brasileira, onde convivemos, temos inúmeros instrumentos que os asseguram legalmente, sendo os mais relevantes, os que estão embasados na Constituição Federal Brasileira de 1988 cujos objetivos fundamentais são: garantir que ‘todos são

iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...) a inviolabilidade de seu direito à vida, à igualdade, à segurança, promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação' (Art. 3º. - inciso IV-), punindo com o rigor da lei como está no Art.5º, qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Incluindo a LEI 7853/89, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- Lei 8069 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), o sistema social brasileiro devidamente engajado ao movimento de defesa do jovem deficiente, criou a Lei 7853/89, para garantir a integração social das pessoas com deficiência, tendo por normas gerais assegurar direitos básicos como: educação, saúde, lazer, trabalho e previdência social.

Esta lei, também válida para o mercado de trabalho, entre empregado e empregador, reforça ainda os direitos da criança e do jovem com deficiência à educação, estabelecendo como crime, passível de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa caso promova os seguintes atos: recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de um aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. (MEC/SEESP, 2001b p. 274).

A inclusão traz a ideia de igualdade de direito, respeito às diferenças. Segundo Voivodic (2004, p.22) durante as “décadas de 50 e 60, nos Estados Unidos, pais de alunos com deficiência fundaram organizações como a National Association for Retarded Citizens” (Associação Nacional dos Cidadãos com Retardo Mental), que luta pelos direitos de pessoas com deficiência mental (DM). Nesse processo de inclusão, um acontecimento internacional importante aconteceu em 1999, na Guatemala: a Convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiências, surgindo no País o Decreto nº3.956 de outubro de 2001, defendendo que todas as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades que as demais pessoas. Para a autora Carvalho (2004, p. 17):

A igualdade diz respeito aos direitos humanos e não às características das pessoas, enquanto seres que sentem, pensam e apresentam necessidades diferenciadas e que, por direito de cidadania, devem ser compreendidas, valorizadas e atendidas segundo suas exigências biopsicossociais individuais. Em decorrência, fazem jus à equiparação de oportunidades de acesso, ingresso e permanência, com êxito, na escola [...]. O processo de inclusão escolar é considerado histórico, portanto longo.

Ao lermos documentos citados acima, não os ignorar e apenas seguir sem avançar como se deve. Mas, que precisa ser algo lido, lembrado e praticado por todos sem distinção na sociedade,

rompendo obstáculos para chegar a um caminho esperado por pessoas que lutam por uma sociedade inclusiva e justa.

### 2.3 A EJA INCLUSIVA: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À SALA DE AULA

Ao se falar sobre os direitos das pessoas com deficiência, e a EJA inclusiva, foi destacada a necessidade da retomada histórica de momentos importantes de conquistas sociais feitas por este público, os estudantes jovens e adultos com deficiência, buscando perceber como a valorização de processos históricos e as políticas públicas desenvolvidas ao longo dos governos, podem ser fundamentais para se propor novos caminhos. Estudar a relação entre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), em um plano macro, e a necessidade de se estabelecer uma Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência como política focalizada, mostrou-se esclarecedor para a compreensão de que mesmo quando se fala em direitos humanos é necessário especificar as políticas públicas para grupos que foram historicamente excluídos.

Os encontros se encaminharam para o aprofundamento de discussões coletivas de temas como trabalho colaborativo,) flexibilização curricular, legislação, função do educador, entre outros. Os assuntos foram sempre abertos e propostos pelos próprios participantes do curso, o que reforçou o caráter participativo da formação.

A APAE e o CEFAP acreditam que é necessária uma mudança de olhar dos educadores das pessoas com deficiência, onde as aulas sirvam para promover não apenas maior sensibilização, mas também incentivar a mudança de práticas na sala de aula e no fazer dos educadores. Professores precisam diversificar suas práticas, buscando incluir todos nas atividades, e não apenas tentar encaixar seus alunos e alunas em um determinado currículo pré-estabelecido.

Nesse impulso inicial para a transformação de práticas pedagógicas sob a perspectiva de uma educação mais inclusiva, nota-se que cada grupo possui suas especificidades com relação aos conhecimentos compartilhados nos encontros, em busca de aumentar o protagonismo dos participantes valorizando o potencial individual de cada um, como cita Paganelli (2017): Menos “mito do herói” e mais protagonismo; menos superação e mais autonomia.

Paganelli defende que o lema da luta pelos direitos seja: “Nada sobre nós, sem nós”, possa impulsionar a escuta e a inclusão de todos em espaços comuns. Que proporcione uma saída de um isolamento para a criação de laços de pertencimento. Reforçando as políticas públicas, temos a Lei nº 8.213/91, prevê a contratação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, e em seu Art. 93, afirma que as empresa que possui mais de 100 colaboradores, precisa ter em seu quadro um

percentual específico de pessoas com necessidades especiais, ressaltando que é necessário que as empresas estejam preparadas para atender a esta lei.

As empresas contratam por meio de cotas estipuladas de acordo com o número de funcionários que possuem. Também é assegurado por lei o acesso da pessoa com deficiência a cursos de formação profissional, tanto em instituição pública quanto privada, que proporcione efetiva integração na vida em sociedade. A Lei Brasileira de Inclusão (13.146/15), em vigor desde 2 de janeiro de 2016, assegura que pessoas com e sem deficiência tenham a oportunidade de conviver umas com as outras, de forma igual, quebrando as barreiras atitudinais e minimizando, assim, o preconceito. As barreiras atitudinais, porém, nem sempre são intencionais ou percebidas. Por assim dizer, o maior problema das barreiras atitudinais está em não as removermos, assim que são detectadas.

Exemplos de algumas dessas barreiras atitudinais são a utilização de rótulos, de outras adjetivações, de substantivação da pessoa com deficiência. Também são barreiras atitudinais na sociedade aquelas que se apresentam na forma de: Ignorância: desconhecer a potencialidade da pessoa com deficiência; Medo: ter receio de receber uma pessoa com deficiência; Rejeição: recusar-se a interagir com a pessoa com deficiência; Menos-valia: Avaliação depreciativa da capacidade, sentimento de que a pessoa com deficiência não poderá ou só poderá em parte; Piedade: sentir-se pesaroso e ter atitudes protetoras em relação a pessoa com deficiência, atribuindo-lhes uma pseudo-participação.

Para Cicas (2018, p. 47), especialista em Educação Inclusiva do Instituto Rodrigo Mendes (SP): “Se antes o foco estava no estudante com deficiência, hoje é necessário buscar um olhar para as práticas pedagógicas de modo a contemplar toda a turma, não utilizando a especificidade de um estudante como desculpa para a exclusão”. E segue afirmando: “Se somos sujeitos em constante transformação, não faz sentido definir a pessoa apenas por uma de suas características ou por seu diagnóstico”. Complementando que, “são principalmente as diferenças presentes em uma sala de aula que podem questionar e, portanto, melhorar o sistema educacional”.

Na educação inclusiva, a pessoa vem antes da deficiência, por esse viés, podemos desenvolver projetos e programas que valorizem a inclusão do Deficiente Intelectual na sociedade. Esse estudo com os sujeitos da APAE, além de servir como base para a criação de uma cartilha de produção de papel reciclado artesanal, certamente, levantará a autoestima das pessoas com deficiência e assim possam se sentir capazes de atuar no mercado de trabalho.

## 2.4 O MEC E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), a Educação Especial constitui-se em modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, responsável pela organização e oferta dos recursos e serviços que promovam a acessibilidade, eliminando, assim, as barreiras que possam dificultar ou obstar o acesso, a participação e a aprendizagem.

Conforme disposto no Decreto N° 7. 611/2011: “Art. 1º - O dever do Estado com a educação das pessoas público alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino. § 1º - Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. § 2º - No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. § 1º - Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades/superdotação. § 2º - O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas

das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas”.

Dessa forma, o atendimento educacional especializado - AEE visa promover acessibilidade, atendendo as necessidades educacionais específicas dos estudantes público alvo da educação especial, devendo a sua oferta constar no projeto Político pedagógico da escola, em todas as etapas e modalidades da educação básica, afim de que possa se efetivar o direito destes estudantes à educação.

Para realizar o AEE, cabe ao professor que atua nesta área, elaborar o Plano de Atendimento Educacional Especializado – Plano de AEE, documento comprobatório de que a escola, institucionalmente, reconhece a matrícula do estudante público alvo da educação especial e assegura o atendimento de suas especificidades educacionais.

Neste liame não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE se caracteriza por atendimento pedagógico e não clínico. Durante o estudo de caso, primeira etapa da elaboração do Plano de AEE, se for necessário, o professor do AEE, poderá articular-se com profissionais da área da saúde, tornando-se o laudo médico, neste caso, um documento anexo ao Plano de AEE. Por isso, não se trata de documento obrigatório, mas, complementar, quando a escola julgar necessário.

Importante é salientar que, o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico. A exigência de diagnóstico clínico dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, para declará-lo, no Censo Escolar, público alvo da educação especial e, por conseguinte, garantir-lhes o atendimento de suas especificidades educacionais, denotaria imposição de barreiras ao seu acesso aos sistemas de ensino, configurando-se em discriminação e cerceamento de direito.

Dessa forma, a declaração dos estudantes público alvo da educação especial, no âmbito do Censo Escolar, deve alicerçar-se nas orientações contidas na Resolução CNE/CEB, nº 4/2009, que no seu artigo 4º, considera público-alvo do AEE: I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras.

Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Já o art. 9º dessa Resolução prescreve a elaboração e execução do plano de AEE, atribuindo-o aos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros, quando necessários. Além disso, cabe à escola, fazer constar no Projeto Político Pedagógico, detalhamento sobre: “II - a matrícula de alunos no AEE; III - cronograma de atendimento aos alunos; VI – outros profissionais da educação e outros que atuem no apoio”, conforme art. 10.

Aliado a isso cabe ao professor do AEE “organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais” (art. 13, inc. III). Tal detalhamento deverá ser individualizado, por meio do Plano de AEE, feito com base no estudo de caso.

Ressalte-se, por imperioso, que a elaboração de algum estudo de caso, não está condicionada a existência de laudo médico do aluno, pois, é de cunho estritamente, educacional, a fim de que as estratégias pedagógicas e de acessibilidade possam ser adotadas pela escola, favorecendo as condições de participação e de aprendizagem.

A fim de assegurar o direito incondicional e inalienável das pessoas com deficiência à educação essa área técnica, o laudo deve ficar à disposição, para informações complementares que se fizerem necessárias, como afirma Martinha Clarete Dutra dos Santos Diretora de Políticas da Educação Especial DPEE/SECADI/MEC(2010).

A inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas comuns de ensino regular ampara-se na Constituição Federal/88 que define em seu artigo 205 “a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, garantindo, no art. 208, o direito ao “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”.

Ainda em seu artigo 209, a Constituição Federal estabelece que: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006), promulgada no Brasil com status de Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº. 186/2008 e Decreto

Executivo nº6.949/2009, estabelece o compromisso dos Estados-Parte de assegurar às pessoas com deficiência um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena, com a adoção de medidas para garantir que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e possam ter acesso ao ensino de qualidade em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Para efetivar o direito da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme marcos legais supracitados, faz-se necessária a definição, formulação e implementação de políticas públicas educacionais em atendimento às especificidades de tais estudantes.

Por esta razão, o Educa Censo coleta informações sobre a condição física, sensorial e intelectual dos estudantes e professores, fundamentado no artigo 1 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006 e no artigo 5º do Decreto nº5296/2004.

Com base nesta declaração, identifica-se o número de estudantes que necessitam de material didático em diversos formatos de acessibilidade, assim como, demais recursos de tecnologia assistiva, tais como: scanner com voz, impressora e máquina Braille, software de comunicação alternativa, sistema de frequência modulada, além de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais e do atendimento educacional especializado.

### **3 RECICLANDO COM A ARTE EDUCAÇÃO E A ARTE TERAPIA**

A importância das práticas artísticas para a educação e socialização, que ampliam a capacidade cognitiva e o desenvolvimento da criatividade, tem sido estudada e constatada cientificamente ao longo do tempo. Usar a arte como recurso terapêutico e socializante, tem contribuído não apenas para o processo educativo, como também para a inclusão no ambiente escolar, familiar e social, visto que o indivíduo que consegue se expressa artisticamente, ganha autoconfiança e reconhecimento da sociedade como um ser criativo e produtivo.

Quando essa expressão está pautada no aproveitamento e reciclagem de materiais, proporcionando cuidado com o meio ambiente, ganha maior destaque no viés social, porque revela preocupação com a comunidade, através da sua arte colocando à disposição sua capacidade criativa.

Estimular as habilidades artísticas tem sido uma das funções do ensino da Arte nas escolas regulares. Para as escolas especiais, que lidam com pessoas com deficiência, esse estímulo passa a ser exercer maior importância, pois permite o desenvolvimento e o resgate da autoestima e possibilita a inclusão do indivíduo na sociedade.

Buscar estratégias e realizar adaptações para que os alunos com deficiência possam expressar sua criatividade numa dimensão artística, é papel da arte educador que escolhe esse público como instrumento de sua realização profissional, criado para estes sujeitos as condições e oportunidades necessárias ao desenvolvimento de suas habilidades.

No caso da reciclagem de papel, de modo artesanal, usando como esteio a arte educação e a intervenção terapêutica, a Arte terapia age através da estimulação sensorial, da expressão artística e do desenvolvimento da criatividade, que ajuda a despertar e organizar os conteúdos internos do indivíduos (CARNEIRO, 2010), ampliando sua percepção e capacitando-o a expressar seus sentimentos, seja no processo de “rasgar e triturar” o que lhe incomoda, ou na fase de selecionar o que lhe agrada: cor, perfume e textura, reconstruindo sua psique, à medida em que refaz a folha de papel, produz uma folha nova, com base nas suas escolhas e comandos internos.

Adaptar essas atividades artísticas às condições físicas e psicoemocionais de cada aluno, é uma prioridade da Arte Educação, com viés terapêutico, principalmente quando aplicada com alunos especiais, buscando perceber, através das modalidades expressivas, o potencial do ser humano, permitindo que o mesmo se desenvolva como indivíduo capaz e socialmente ativo.

Embora essa adaptação não seja fácil, por depender também do querer do indivíduo, ela é possível quando o Arte Educador se propõe a valorizar o conhecimento anterior que o aluno traz de

suas vivências, especialmente o aluno com deficiência matriculado na EJA, cuja defasagem idade/série é mais claramente percebida, principalmente entre os alunos de baixa renda, que pouco ou nenhum acesso tiveram aos materiais artísticos e à apreciação da arte em geral: teatro, cinema, musicais, etc.

Proporcionar a esses sujeitos maior convívio com o universo artístico é tarefa da Arte Educação, ampliando os parâmetros educacionais a partir da observância da necessidade desse contato e desenvolvimento da criatividade, onde o indivíduo melhora sua autoestima sua cognição, através da valorização de si mesmo.

O público alvo da Educação Especial está apto a usar o contato com a Arte como ponte e fonte para sua socialização e atualmente podemos contar com inúmeros estudos científicos e trabalhos acadêmicos que pesquisam e revelam a importância da produção artística para todos, incluindo os deficientes, salientando que, estar produzindo arte, expressando-se artisticamente é uma prática saudável e necessária pra o equilíbrio e bem estar das pessoas.

Como afirmou o poeta cearense Ferreira Goulart (1969): “A Arte existe porque a vida só não basta”, afirmação esta que encontra respaldo nas palavras da Arte Educadora Ana Mae Barbosa que revela: “A arte não está separada da economia, política e dos padrões sociais que operam na sociedade. Ideias, emoções, linguagens diferem de tempos em tempos e de lugar para lugar e não existe visão desinfluciada e isolada”. (BARBOSA, 2006, p. 33)

Ou seja, não basta apenas viver, e sim viver com Arte, ainda que fora dos padrões sociais impostas que limitam a criatividade. Daí a busca em reforçar essa herança artística, levando em consideração o meio ambiente e nossa relação com esse meio, (BARBOSA, 2002, 56). Essa autora também considera a forte influência dos movimentos de Arte comunitária na Arte Educação formal, o que, para ela, garante o futuro da humanidade, que sempre utilizou a Arte para expressar sentimentos e emoções. Esse posicionamento indica que ao aplicar a Arte terapia no processo de aprendizagem, além dos recursos artísticos podemos utilizar os estímulos psicológicos e a carga emocional dos sujeitos.

Compreende-se que as práticas artístico-terapêuticas quando inseridas na educação especial, estimulando funções cognitivas e habilidades, a partir da adaptação de recursos e estratégias de ensino, pode facilitar e propiciar melhor aprendizagem, porque através da expressividade e do exercício da criatividade o ser humano desenvolve o autoconhecimento, o conhecimento do outro e do mundo que o cerca, descobrindo seus talentos e reconhecendo suas limitações, para daí crescer como pessoa e como cidadão e ampliar sua capacidade como indivíduo em evolução.

Embora seja necessário promover uma adaptação e adequação de recursos para os alunos com deficiência, a atividade artística precisa ser estimulada assim na Educação Especial, considerando o deficiente em seus aspectos individuais e sociais, observando-o sob o âmbito histórico, cultural reconhecendo que este aluno é capaz de aprender, desde que o professor compreenda e elabore atividades respeitando suas especificidades.

A inserção da Arte Educação na Educação Inclusiva brasileira, deve ter por base uma revisão histórica do ensino da Arte, observando os avanços e recuos que essa disciplina sofreu ao longo do ensino no Brasil, em suas obras, Ana Mae, expõe que o ensino da Arte no Brasil, está classificado em três momentos conceituais e didáticos que são: o tradicional, o modernista e o contemporâneo. O modelo de transmitir técnicas artísticas- Técnico- durou até 1948, quando foi implantado o processo expressivo e o fazer artístico foi retomado com base nas novas tendências educacionais do “expressionismo”. No início da década de 70, com a criação da LDB- Lei de Diretrizes e Bases- houve a unificação das propostas educativas: técnico e expressionista, sendo considerada uma proposta modernista.

Defendendo a inclusão dos alunos em todas as escolas, temos a nossa Lei maior, a constituição, que no âmbito do MEC- Ministério da Educação e Cultura declara que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnica ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 2006, p. 18)

Se essa lei vale para a inclusão das crianças com deficiência nas escolas, também deve valer para o jovem adulto deficiente que, às vezes na maioridade, ainda busca aprender, estudar, e se qualificar para o mercado de trabalho - público alvo dessa dissertação- direito que lhe é respaldado e garantido na Declaração de Salamanca (1994), onde o indivíduo que apresenta necessidades intelectuais, busca seus direitos nas políticas públicas, como revela o documento:

Todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tantos estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 21)

Cabe ressaltar que, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (Brasil, 2001), o conceito de Educação Inclusiva implica numa proposta de Projeto Político

Pedagógico (PPP) e numa implantação de metodologia e avaliação específicas, ou seja, ações que favoreçam a integração social dos educandos e, para que isso ocorra, é necessário qualificar o professor, oferecendo recursos para seu preparo profissional especializado para lidar com o público de alunos especiais.

A qualidade profissional desses educadores, assim como o local ensino, devem ser prioridade, criando um espaço onde possa existir o “diferente”, sem perder o contato com estudantes diversos. Investir na qualificação dos professores e adaptar o local para receber alunos especiais, é um desafio que o sistema educacional está enfrentando e precisa encarar.

Ao escolher trabalhar com Educação Especial o professor deve estar ciente que, além de qualificar-se profissionalmente precisa estar inserido emocionalmente com o processo de aprendizagem dos seus alunos, como afirma Boato (2007, p. 52) “nada conseguirei com meus alunos se me mantiver neutro, não envolvido, se não houver amor”.

Buscando esse envolvimento, nesse processo de aplicar a Arte terapia como recuso de inclusão dos alunos com deficiência intelectual, da EJA matriculados na APAE, através da produção artesanal de papel reciclado, usei como embasamento teórico a “abordagem triangular” proposta pela Arte Educadora Ana Mae Barbosa na década de 1990, que propõe: ver, fazer e se informar, onde afirma que a construção do conhecimento em Arte ocorre quando há a possibilidade de experimentar, codificar e contextualizar criando um tripé entre: ação-emoção-razão, que gera a consolidação do aprendizado a partir da ampliação do poder cognitivo.

Segundo Barbosa (1991), a arte capacita o ser humano a não se sentir um estranho em seu meio ambiente, nem estrangeiro em seu próprio país. Essa inserção do indivíduo em seu lugar de pertencimento, tira o sujeito da despersonalização, trazendo-o para uma identificação cultural e o desenvolvimento individual. Para esta autora, por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, mas também aprender sobre a realidade que o cerca, o meio ambiente onde está, desenvolvendo maior capacidade crítica, podendo até se sentir capaz de mudar, transformar e intervir nessa realidade, que foi por ele analisada.

Arte Educadora chama essa proposta de abordagem triangular, porque interliga as vertentes do triângulo: conhecer; apreciar; fazer, equalizando por meio da cognição, a razão, a emoção e a intuição (criatividade). Para a realização desse propósito, de trazer a reciclagem de papel sob o aspecto arte educativo, foi necessário despertar o envolvimento com os estudantes, contextualizar os alunos sobre a necessidade de cuidar do meio ambiente, da responsabilidade de cada um como ser social, capaz de cuidar e preservar o espaço no qual vive. Feito isso, o passo seguinte foi fazer

experimentar a feitura do papel reciclado, a produção e materialização do produto, num envolvimento material, físico de pôr a “mão na massa” como se diz popularmente.

Depois de produzir as novas folhas de papel, a partir do que seria descartado, realizamos o terceiro passo do processo que é a codificação, ou seja, o desenvolvimento da criatividade, produzindo algo com o papel reciclado: cartões, blocos de anotações, caixas, etc.

A partir dessa abordagem, notamos que os alunos se mostram mais à vontade para interagir durante as oficinas, pois se sentiram capazes, não apenas de aprender a fazer algo novo, como também de criar e transformar a própria realidade.

Como afirma Barbosa (1995) o resultado da contextualização, feitura e apreciação de uma obra, é sempre maior que a proposta inicial, que seria acrescentar conhecimentos artísticos. Através da pesquisa, e da produção, o processo pedagógico se instala e a capacidade cognitiva se amplia, pela condição que o fazer revela que é poder expressar sua subjetividade, conste fundamental criando saberes, valorizando o conhecimento, onde o conjunto de saberes prévios do aluno influencia diretamente nessa aprendizagem.

Com base nessa proposta de Barbosa (1995), podemos considerar que, para ensinar Arte na EJA é fundamental pois para esses jovens e adultos, que carregam um amplo universo de conhecimentos práticos e uma série de conceitos sobre aspectos de sua realidade, colaborando com o processo de aprendizagem, pois incorpora estes saberes prévios, na representação dos objetos que trazem como conteúdo simbólico e expressivo de sua criatividade, contextualizando o conhecimento entre as necessidades e demandas do cotidiano

### 3.1 BREVE HISTÓRICO DA ARTE TERAPIA E SUAS APLICAÇÕES NA INCLUSÃO SOCIAL

Sobre as origens da Arte Terapia, segundo vários autores, entre eles a percussora da Arteterapia no Brasil: “esta forma de ajudar o sujeito a se autoconhecer e auto gerenciar suas emoções, teve origem na Antroposofia, escola filosófica criada pelo educador, artista e filósofo Rudolf Steiner (1861-1925), que coloca o ser humano integral, como foco de estudos e cuidados”. (SILVEIRA, 2001, p. 53)

Com base nesses pressupostos, sob a denominação de terapia artística, a arte passou a ser usada como instrumento de reequilíbrio emocional. Entre 1876 e 1906, a produção artística, foi usada na Europa por criminalistas e psiquiatras para diagnosticar doenças mentais. A partir de 1923, a Arte

passou a ser prescrita como tratamento médico, por profissionais da área de saúde mental tais como: Dra. Ita Wegman (Suíça) e Dr. Husseman (Alemanha).

Também nesse início do Sec. XX, (1928) o psiquiatra e psicólogo Carl Gustav Jung, revelou que as imagens simbolizavam o inconsciente e aplicou em seus pacientes, a prática artística como forma de tratar traumas e outros conteúdo internos. Apenas em 1941. O termo Arteterapia, foi criado e este procedimento sistematizado pela educadora norte americana, Margareth Naumberg (1890-1983), num trabalho denominado: “Arte Terapia de orientação dinâmica”, baseado na Psicologia Analítica de Jung.

No Brasil, esta técnica começou a ser usada em 1946, pela médica psiquiatra, Dra. Nise da Silveira, com seus pacientes do Centro psiquiátrico D. Pedro II, no Rio de Janeiro, obtendo resultados tão satisfatórios de melhora no quadro clínico, que gerou a criação do Museu do Inconsciente, com obras dos internos. A partir dessa experiência exitosa, foram surgindo cursos nessa área, mas de forma não institucionalizada.

Em 1996, 50 anos depois, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP-, inaugurou o primeiro curso de pós-graduação em arteterapia, que forma profissionais aptos a tratarem através da arte, os pacientes/clientes, que buscam o reequilíbrio psíquico e emocional, sejam estes ditos “normais” ou com algum grau de deficiência, geralmente focados na (re)inclusão social.

A atual pesquisa visa ainda ampliar a percepção de que, o processo de reciclagem artesanal, usando cores, texturas e fragrâncias, envolvendo e gerando reações sinestésicas nos participantes, consegue despertar em todos os sujeitos questionamentos pessoais que foram relacionados terapeuticamente, requisitando de cada um deles, maior elaboração da ansiedade, da paciência, da capacidade de conter a impulsividade, desenvolvendo o autocontrole, além do estímulo à criatividade, qualidade que, segundo Silveira (2001, p. 57) “são das mais necessárias aquisições emocionais para a convivência (e sobrevivência social)”.

Sobre o posicionamento socioeducacional, enquanto instrumento de reabilitação emocional do sujeito, Silveira (2001) defende que o autoconhecimento e o auto controle, adquirem papel fundamental na inclusão social do Deficiente Intelectual. Estar consciente de suas habilidades e capacidade de autocontrole das suas emoções, faz parte do processo de inclusão, busca permanente do Deficiente Intelectual, muitas vezes segregado do convívio social, até mesmo entre seus familiares, quando estes desconhecem como agir com essas pessoas que têm limitações cognitivas, mas não são doentes mentais ou “malucos”, como alguns, que ignoram essa deficiência, costumam chamar.

Nesse aspecto, a partir de Dantas (2018), podemos perceber que é fundamental investir no preparo dos docentes que lidam com o estudante com deficiência, especialmente os que estão matriculados na EJA, seja em escolas inclusivas ou Escolas de Educação Especial, que disponibiliza recursos pedagógicos e de acessibilidades (Brasil, 2008. p.22) pois estes alunos, estão em busca de maior autonomia e carecem de orientação qualificada, que possibilite maior segurança nas suas escolhas de atividades profissionais.

Ser um professor inclusivo, especialmente os que atuam na EJA, com deficiente intelectual, requer deste profissional, mais do que simplesmente “boa vontade”. É necessário permanecer atento e interessado, sempre em busca de qualificação, mantendo-se bem informados sobre as leis que tratam da inclusão do deficiente, que regem o meio social, reconhecendo o direito à educação, seja do estudante com deficiência, com transtorno global de desenvolvimento, com alta habilidade/superdotação, etc., nas classes regulares de ensino, como consta no artigo 1º da CEB/CNE, nº4/2009) onde estão as diretrizes sobre os sistemas de ensino que devem matricular estes estudantes, de forma igualitária.

Da Costa (2010) afirma que uma sociedade mais justa e equitativa deve buscar mecanismos de inclusão, que permitam a cada indivíduo desenvolver-se enquanto sujeito/ cidadão, tendo acesso a todos os benefícios que essa sociedade deve e pode proporcionar, incluindo sua vontade de ser produtivo e proativo socialmente. Entre estes mecanismos inclusivos, que permitem maior preparo e qualificação profissional da pessoa com deficiência, o primeiro estágio é o aprendizado escolar, onde o estudante pode contar com o apoio pedagógico da instituição de ensino e dos profissionais que com ele atuam, direta ou indiretamente. A partir dessa inclusão escolar, todas as outras são possíveis: inclusão social, profissional, no mercado trabalhista, etc.

Quando questionados sobre a expectativa de inclusão no mercado de trabalho, a partir da aprendizagem de reciclar e produzir papel artesanalmente, a maioria do grupo revelou que o ofício de papeleiro, para eles, é uma chance não apenas de inclusão nesse mercado, mas de obter renda, mesmo sem estar num emprego formal. Como exemplo temos AL, que disse: “eu gostei de aprender e ser uma papeleira, pra fazer papel e vender nas lojas e nas feiras de artesanato, mas quero também ensinar isso pra meus parentes, meus vizinhos, para todo mundo”.

Essa fala revela que o aprendizado de papel reciclado, pode proporcionar maior socialização, facilitando a inclusão do deficiente intelectual, no mercado profissional, como um cidadão capaz e produtivo e como ser sociável, multiplicador de seus aprendizados. E, o estudo atual sugere que esse

processo de aprendizagem, torna-se mais facilitado quando realizado numa escola especializada, como a APAE, onde esses sujeitos estudam e a pesquisa foi realizada.

### 3.2 PROCESSOS DE RECICLAGEM TERAPÊUTICA DA ARTE TERAPIA NA APRENDIZAGEM DO ALUNO DA EJA

A reciclagem é o termo geralmente utilizado para designar o reaproveitamento de materiais beneficiados como matéria-prima em um novo produto. Vários materiais podem ser reciclados e os exemplos mais comuns são o papel, o vidro, o metal e o plástico, sendo o papel o mais fácil de ser reciclado artesanal e domesticamente.

As oficinas de reciclagem artesanais, por si só, já são terapêuticas porque como espaço de criatividade, têm-se mostrado eficientes para acolher o sujeito, contribuindo para seu bem estar. No que se refere à relação com a comunidade e o meio ambiente, percebe-se também que as oficinas de reciclagem têm aprimorado as relações do usuário com o seu círculo social, por meio das relações sociais, dando ênfase à preservação do meio ambiente haver uma inclusão realística do usuário por meio do trabalho, indo ao encontro da reabilitação psicossocial.

No caso da reciclagem de papel, de modo artesanal, usando como esteio a arte educação e a intervenção terapêutica, a Arte terapia age através da consciência de si mesmo, da estimulação sensorial, da expressão artística e do desenvolvimento da criatividade, que ajuda a despertar e organizar os conteúdos internos do indivíduos (Carneiro, 2010), ampliando sua percepção e capacitando-o a expressar seus sentimentos, seja no processo de “rasgar e triturar” o que lhe incomoda, ou na fase de selecionar o que lhe agrada: cor, perfume e textura, reconstruindo sua psique, à medida em que refaz a folha de papel, produz uma folha nova, com base nas suas escolhas e comandos internos.

Observou-se com os participantes das oficinas que, quanto mais folhas eles produziam, melhor se adaptavam e aprendiam a manipular o material, liberando a criatividade e adquirindo mais segurança na confecção das novas folhas, conseguindo separar aquelas que seriam usadas para impressão (mais finas e lisas) das outras que iriam usar como base para confeccionar caixas ou fazer cobertura de objetos (de gramatura mais grossa).

Essa condição de poder selecionar o tipo de folha que estavam produzindo, desde a manipulação das polpas, até a manufatura do produto final, só foi possível, a partir dessa repetição, dessa tarefa repetida, que aprimora a competência e desenvolve as habilidades, como afirma Lima (2004).

Seguramente a reciclagem faz parte da qualidade de vida do Planeta e a participação de cada indivíduo pode fazer a diferença no meio ambiente onde está inserido. Reciclar é, basicamente, modificar as propriedades de uma substância, redimensionar a estrutura de um material ou ressignificar o uso de um objeto. Reciclando, podemos modificar não apenas o que é considerado “lixo”, algo que deva ser descartado, como também algo subjetivo, mas que esteja inserido na sociedade, quais sejam: condicionamentos, crenças e culturas

Quando usada com viés terapêutico a reciclagem é capaz de promover preservar e auxiliar a recuperar o equilíbrio psicofísico do sujeito, quando este entre em contato com a dimensão holística que esse processo propõe, reaproximando-o da própria essência, a partir do autoconhecimento, (NEVES; ORMEZZANO, 2013). Um dos caminhos pelo qual foi desenvolvida a reciclagem como instrumento terapêutico, é a expressão através arte terapia.

Essa forma de terapia expressiva que utiliza o processo criativo para melhorar o bem-estar físico e psicológico do paciente, chama-se Arteterapia. Os seres humanos têm usado a arte como forma de expressão e comunicação há anos. No entanto, a Arte terapia só foi reconhecida no início do século passado quando profissionais da saúde, como por exemplo o psicólogo suíço Carl Gustav Jung, e aqui no Brasil, a médica psiquiatra Nise da Silveira, perceberam que os pacientes que sofriam de transtornos mentais conseguiam se expressar através da arte, assim, começaram a explorar mais a arte como uma forma de terapia e hoje existem profissionais formados nessa área.

A Arte terapia pode ajudar pacientes que sofrem de transtornos mentais, na reabilitação de prisioneiros, na recuperação de pessoas que sofreram estresse pós-traumático ou abuso sexual, no tratamento do autismo e Alzheimer, ajuda na recuperação de pessoas com depressão e com outros distúrbios psicológicos, mas pode-se dizer que qualquer um pode se beneficiar da arte terapia.

Através da arte terapia os pacientes resolvem conflitos psicológicos, melhoram suas habilidades cognitivas e sociais, resolvem problemas comportamentais enquanto desfrutam de uma terapia agradável e minimamente invasiva. De acordo com estudos realizados ao longo do desenvolvimento científico de inúmeros benefícios que a Arte terapia traz, podem ser catalogados como:

- \* Permite que a pessoa expresse seus sentimentos, pensamentos e emoções
- \* É uma forma eficaz de ajudar pessoas que tenham dificuldade de expressão;
- \* Promove o autoconhecimento emocional e regula o comportamento;
- \* É útil nas áreas de reabilitação, educação e saúde mental;
- \* Promove a melhoria na qualidade de vida;

- \* Eficaz no trato de problemas sensoriais, motores e de adaptação social;
- \* Ajuda no desenvolvimento de estudantes com dificuldade de aprendizagem;
- \* Reduz o estresse e a ansiedade, podendo ser usada no tratamento de fobias.
- \* Diminui sintomas de transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH);
- \* É muito eficaz no tratamento de pessoas com distúrbios alimentares;
- \* Fortalece a autoestima e ajuda os pacientes que sofrem de depressão;
- \* Tem se mostrado eficaz em ajudar pacientes que sofrem de doenças terminais.

(Païn e Jarreau, 1996)

Uma das premissas da Arte terapia é, promover o bem-estar do sujeito ressignificando suas emoções e ressignificar, consiste em reciclar os conteúdos internos que, geralmente, afloram através do contato com os materiais oferecidos. No caso do material apresentado, para a atividade terapêutica: o papel, que é maleável e remete à flexibilidade, e a reciclagem terapêutica revelada em estudos, mostra que a manifestação artística pode desenvolver esse bem-estar.

### 3.3 RECICLANDO COM A ARTE EDUCAÇÃO

Segundo a arte terapeuta, Maria Cristina Urrutigaray (2004), através da atividade artística, o sujeito é capaz de transformar a própria realidade, promovendo a percepção, organização do pensamento e a compreensão do momento circunstancial e a ordenação do próprio pensar. Ainda segundo esta terapeuta, o fazer artístico possibilita um desbloqueio de emoções conscientes, facilitando que o sujeito retome sua força vital e resgate seu equilíbrio emocional. Se este fazer incluir a reciclagem, fazendo o indivíduo enxergar-se como agente participativo da sociedade, no sentido de ajudar no cuidado ambiental, suas emoções tomam maiores proporções.

É nesse viés que esta pesquisa tenta entender como o sujeito com deficiência intelectual matriculado na EJA, através da Arte terapia com papel reciclado, pode vivenciar um processo de inclusão como estudante e, posteriormente como profissional de reciclagem: papeleiro. A pesquisa, sendo aplicada nas coletas de material a partir das consignas respondidas pelos os sujeitos além das entrevistas e das oficinas, refazendo as folhas com aquelas que seriam lixo, mas que foram transformadas em nova folhas de papel, através do processo de reciclagem, exercitaram sua criatividade, na confecção de objetos a partir desse papel artesanal por eles produzido dando novo significado ao seu papel na sociedade.

Sobre os profissionais da reciclagem de papel, especialmente os alunos da EJA, que trabalham durante o dia e estudam no noturno, afirma e, ao mesmo tempo, questiona a psicóloga Franciele Rocha

(2008, p.59) “Estes trabalhadores são verdadeiros agentes ambientais...o que está sendo feito para promover a qualidade de vida deles? ... e promover uma nova significação dos materiais com os quais eles trabalham? ”

Pelo viés da Arte terapia usando a reciclagem de papel como instrumento de resiliência da pessoa com deficiência e aluno da EJA, podemos agregar valor, tanto à tarefa realizada pelo sujeito quanto ao objeto que produz. A promoção de melhorias na qualidade da tarefa de reciclagem é uma forma de manter essa atividade em crescimento. Quando o material reciclado é variado, os sujeitos têm um leque de opções que podem despertar vários sentimentos como raiva, cansaço, ou entusiasmo e renovação e estes podem se resolver terapeuticamente se a arte terapia for aplicada.

Assim, aprender a reciclar papel, para o aluno deficiente da EJA, pode remeter à criar um novo papel para a sua vida pessoal ou profissional, cumprindo ciclos, ressignificando cada um deles. O ciclo da reciclagem artesanal terapêutica consiste em escrever nos papéis, expondo seus sentimentos e emoções (opiniões), rasgar se liberando dessas emoções e depois triturar o papel formando a polpa e neste colocar suas escolhas de cor, perfume e textura, demandando a tarefa de reestruturar a folha numa moldura e por fim, fechando o ciclo, refaz a folha que depois de seca e prensada, será o suporte onde reescreverá seu novo papel.

Esse processo de observar os ciclos da manufatura de papel reciclado, pode provocar em cada sujeito a revisão dos ciclos que todos nós vivenciamos e através dos quais adquirimos o que chamamos de aprendizagem, ampliando as percepções que também estamos cercados de vários ciclos: dia-tarde-noite, as quatro estações, plantar-regar-colher, nascer-crescer-morrer. Reconhecer que esses ciclos acontecem e se repetem ao longo das nossas vidas, traz para o inconsciente-individual e coletivo- a certeza que tudo passa e não devemos nos apegar a nada, aprendendo a deixar fluir, aproveitando o momento presente e o aprendizado que cada experiência traz.

Poder perceber os ciclos da vida e entender que pode fazer a diferença no meio ambiente, traz reflexões acerca de si mesmo e do seu papel social. O ato de reciclar papel, reflete na psique do sujeito, despertando sua capacidade de resiliência a partir de um novo aprendizado, percebendo-se como protagonista da própria existência como afirma Pnuma (2012, p.70) “Não somos vítimas passivas e desamparadas das forças impessoais e deterministas da história, compreendendo que a natureza não só nos envolve como também nos contém...somos parte ativa atuante do meio onde estamos”.

Essa percepção do necessário cuidado de si mesmo e da natureza da qual faz parte, especialmente para o aluno as EJA com deficiência intelectual, nos estimula a aplicar a Arte terapia

com a reciclagem com papel reciclado, como forma de auxiliar na aprendizagem e ampliar a possibilidade de inclusão, através do processo de reciclar, além do papel físico, seu papel social. O desbloqueio do processo criativo promove consequente fixação do que é ensinado, com melhor assimilação do conteúdo e capacidade de atuar de maneira ética e consciente sentindo-se como parte integrante da sociedade, valorizando mais o sujeito do que a obra, como afirmam as arte terapeutas Païn e Jarreau (1996, p. 21): “obra de arte em si não interessa, o centro da gravidade é o sujeito em busca da imagem, de significação”.

O produto que é apresentado nesse processo de reciclagem, o papel, quando usado como instrumento terapêutico, pode ser associado ao papel social que exercemos, remetendo à utilidade e facilidade de manuseio e reaproveitamento, além da atividade da reciclagem revelar cuidado e preocupação com o meio ambiente, destacando o sujeito no meio social como um mediador ambiental, como citam Neves e Tostes (1992, p.93): “A participação da população na aplicação das leis e das políticas de defesa do meio ambiente é condição essencial ao seu sucesso...comprometida com seus direitos e riquezas ambientais”.

Os programas de Educação Ambiental dentro de uma perspectiva de conscientização popular, traduzem a necessidade de fomentar a reciclagem e, sendo o papel o produto que apresenta maior possibilidade para tal fim, sendo também o mais fácil e barato a ser reciclado artesanalmente, é de se estimular a produção e manufatura desse tipo de artesanato que pode promover a inclusão social quando exercida por pessoas com deficiência com a profissão de papeleiro, que podem se sentir agentes da proteção ambiental.

Essa também é uma proposta defendida por Pnuma (2017, p. 93) quando afirma que “a globalização e as pressões sobre nossos recursos naturais significam que escolhas individuais podem ter consequências globais” e para os deficientes da EJA, muitas vezes estigmatizados e ou marginalizados e ignorados globalizada, quando abraçam a escolha ser papeleiro, fazendo da reciclagem artesanal de papel um ofício, encontram a possibilidade e fortalecer seu papel social, estimulando outros indivíduos a também ressignificarem seu papel na sociedade.

Além de todos os benefícios que a Arte terapia pode trazer para proporcionar bem-estar ao indivíduo, a técnica de reciclagem, para os alunos da EJA, pode levá-los a reconhecer nessa atividade a capacidade de resgatar sua autoestima e auto confiança afastando as barreiras do aprendizado devido ao distanciamento social imposto, pela defasagem série/idade nas escolas e para deficientes intelectuais pela dificuldade cognitiva, mostrando ser de grande utilidade o uso dessa atividade,- a reciclagem- com sua potencialidade inclusiva.

### 3.4 A PRODUÇÃO DE PAPEL RECICLADO COM DEFICIENTE INTELLECTUAL E O OFÍCIO DE “PAPELEIRO”

Segundo Vygotsky (2001), “o ser humano é um ser visual”, mesmo os que são privados do sentido da visão, buscam “enxergar” com os dedos, de forma táctil, ou seja, tocando as superfícies e percebendo as formas. Essa característica humana nos permite tratar do outro terapêuticamente, sem que haja a comunicação verbal, ou seja, através das manifestações plásticas.

A Arte Educação, partindo do pressuposto da necessidade de uma alfabetização estética e da intrínseca carência de expressividade, inerente a todo ser humano, como afirma Vygostky (2005), vem revelar, através de estudos, como esta pesquisa aqui desenvolvida que, manter o aspecto criativo em atividade, faz toda diferença, tanto na formação de uma sociedade, quanto na construção individual de cada sujeito, ainda que este esteja parcialmente limitado em seus processos de cognição, como ocorre com os Deficientes Intelectuais, que muitas vezes, necessita apenas de estímulos do professor, para que o aprendizado se processe de maneira mais eficaz. Por isso, na concepção de Vygotsky (2003, p.77) temos:

[...] O professor é o organizador e o diretor do meio educativo social, assim como parte desse meio [...] A educação é realizada através da própria experiência do aluno, que é totalmente dominada pelo ambiente, onde a função do professor se reduz à organização e à regularização de tal ambiente.

Vemos em Moreira (2006, p. 105.) que “uma aprendizagem significativa acontece quando a nova informação ancora-se nos conceitos relevantes já existentes na estrutura cognitiva do aprendiz”. Nesse caso, como os sujeitos pesquisados são adultos, embora com alcance cognitivo limitado, devido sua condição de Deficiente Intelectual, é necessário conhecer e valorizar suas experiências anteriores, possibilitando ampliar seu repertório de conhecimentos além de dar sentido ao que se propõe ensinar, respaldado em Martins (1998, p. 128) quando afirma: que “A poética pessoal, assim como os processos criadores, a expressividade, a curiosidade e o gosto no apreender, serão desenvolvidos somente se fizerem sentido para o aprendiz”.

De acordo com Barbosa (2005, p. 37) o ganho que a Arte Educação proporciona, além do desenvolvimento da criatividade tão necessária, é a aquisição do conhecimento de forma lúdica, associando: teoria e prática, pois para essa Arte Educadora, Ana Mae, a abordagem triangular: ver, fazer e contextualizar, proporciona uma forma de inserir a educação numa proposta inovadora de

adquirir conhecimento, fazendo, realizando e, principalmente contextualizando. Segundo Read (2001, p. 116):

O objetivo da arte na educação, que deveria ser idêntico ao propósito da própria educação, é desenvolver no “aprendiz” um modo integrado de experiência [...] em que a percepção e o sentimento se movimentam num ritmo orgânico, numa sístole e diástole, em direção a uma apreensão mais completa e mais livre da realidade.

Ou seja, a valorização da criatividade que envolve o sujeito em busca de aprendizagem, deve ter seu espaço assegurado, nesse processo, tendo como base a afirmação de Vygotsky (2001, p. 98) que defende a necessidade de manter o aspecto criativo, em toda produção humana, já que, para ele, a arte vincula-se às possibilidades expressivas, aos vínculos com a vida, construindo pontes através das quais os sujeitos se comunicam, lembrando que a criatividade é um desses canais de comunicação do ser interno com a coletividade.

Acredita Carneiro (2010) que esse processo de alfabetização estética, que deve ser estimulado desde a infância, permanece necessário em qualquer estágio da vida, onde a arte seja utilizada como instrumento de aprendizagem, partindo da abordagem sugerida e desenvolvida por Barbosa (2006) que envolve: observação, contextualização e atividade prática, no processo, gerando maior fixação de conhecimento, algo bastante necessário, especialmente para os sujeitos na condição de Deficiência Intelectual, que apresentam variados graus de dificuldade para fixar o conhecimento adquirido. Assim, torna-se perceptível que, executar repetidamente uma tarefa, ajuda a compreender melhor o processo e também fixar o aprendizado, sendo que, quando esse processo envolve o prazer, o lúdico que a arte traz, a fixação ocorre de forma natural, tornando-se praticamente automático, sem esforço. (Fernandes, 1998).

O interesse profissional de cuidar do outro através da utilização dos recursos artísticos, remonta do final do séc. XIX, quando o psiquiatra e psicólogo suíço Carl Gustav Jung (2001), usou o desenho, a pintura, a colagem e outras artes plásticas, como instrumentos facilitadores da comunicação não verbal, dos seus pacientes, possibilitando a manifestação do inconsciente. Essa descoberta, gerou uma prática que mais tarde foi denominada arte terapia.

Além da abordagem estética, a produção de papel reciclado possibilita também uma abordagem terapêutica e, através desta, podemos alcançar conteúdos internos do sujeito em processo de cura e reequilíbrio, seja em grupo ou individualmente, como fez a precursora dessa prática no Brasil, a psiquiatra Nise da Silveira (1997, p. 78) que afirma:

O histórico da implementação da Arte terapia no Brasil, baseia-se no trabalho desenvolvido por Jung que passa pela carência de um instrumento terapêutico que usasse leitura de imagens, aliada á expressividade plástica, permitindo a manifestação de conteúdos internos, acreditando no potencial transformador da arte na psique humana.

Esse olhar amplificado sobre as possibilidades que o Universo artístico traz, através da representação dos símbolos, que facilitam o autoconhecimento e o reconhecimento das potencialidades humanas, está bem representado na reciclagem artesanal de papel, que mobiliza diversos aspectos do sujeito ,como afirma Ciornai (2000, p. 93):

A arte ajuda , facilita e oferece ao indivíduo novos caminhos onde as atividades artísticas proporcionam incentivos que conecta/educa os indivíduos com seus sentimentos, estimulando a imaginação, modificando seu olhar sobre a vida conectando o indivíduo com o todo.

Em consultório, a aplicação terapêutica da arte, em sua forma prática, desconhece limites materiais: papel, vidro, argila, ferro, gesso, massa acrílica, etc. O importante é descobrir o mais adequado ao paciente, a partir da propriedade do material e da habilidade do sujeito.

Entretanto, observa-se que o desenvolvimento dessa técnica de reciclagem artesanal de papel, independentemente do grupo ao qual é aplicada, sempre mobiliza os sujeitos à autotransformação, pelo caminho da desconstrução e reconstrução que essa prática propõe.

Parece ser uma proposta oportuna avançar no trabalho de pesquisa sobre inclusão dos Deficientes Intelectuais, através das entrevistas anteriores e posteriores às oficinas de reciclagem, partindo da demanda construída diante dos estudantes da EJA matriculados da APAE, que colocam em xeque os saberes e problematizam o aprendizado em busca da inclusão no mercado de trabalho. Segundo Diniz (2010) o ofício de papeleiro é uma possibilidade real de profissionalização para o Deficiente Intelectual, pois não exige alto grau de cognição. Mas, na presente pesquisa, paralelamente à Arte Educação, na produção um papel artesanal, busca-se também perceber como a Arte terapia, através desse processo de criação de papel reciclado artesanalmente pode melhorar a autoestima desses sujeitos facilitando a desejada inclusão.

O trabalho pedagógico em questão, não pode ser norteado apenas por diagnósticos, mas deve também ser facilitado por entrevistas com perguntas que faça o sujeito repensar seu papel enquanto estudante, profissional e cidadão, revendo sua organização interna e reelaborando com mais segurança seu projeto de vida a partir do autoconhecimento.

Como afirma Araújo (2008), despertar a sensação de segurança para aprender uma nova possibilidade de trabalho é fundamental para a constituição do indivíduo na sociedade. Para a pessoa com deficiência, mais ainda e, com o sujeito dessa pesquisa, pode ser algo bastante favorável à

aprendizagem, especialmente os estudantes com deficiência da EJA, desde que seja levado em conta suas diferenças individuais, adaptando os processos de produção artesanal às suas limitações. Agindo assim podemos superar as expectativas, respeitando, a singularidade de cada um independente do grau de deficiência cognitiva, atuando numa perspectiva inclusiva que implica em conviver com o desconhecido, com a descoberta, com “a tentativa e o erro”, num processo contínuo de aprendizagem, que sem dúvida reforça a possibilidade de inclusão.

#### 4. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: “PAPELIANDO”

O objetivo desse capítulo é mostrar como, através da Pesquisa- Ação com abordagem qualitativa, podemos analisar a utilização da Arte Terapia e da Arte Educação, através da produção de papel reciclado artesanalmente contribuindo na educação, formação, no mundo do trabalho e inclusão social do estudante da EJA com Deficiência Intelectual, assim como a manufatura desse papel, pode interferir positivamente na compreensão do seu papel social.

O processo de pesquisa teve como base oficinas de reciclagem artesanal, rodas de conversa e entrevistas, como sugere o método desenvolvido por Thiollent (1996, p. 38), denominado Pesquisa-Ação, assim pelo autor definido “É uma proposta metodológica, dentro de um contexto caracterizado por várias preocupações teóricas e práticas que incidem na busca de novas formas de intervenção e investigação, privilegiando a participação em vista da transformação da realidade”.

Entende-se, a partir dessa colocação, que a pesquisa-ação na abordagem qualitativa, como modalidade científica, é a que melhor se adapta a esse trabalho, pois se constitui na ação, onde o educador confirma a importância da prática no processo investigativo, articulando a teoria e prática, num processo de construção do conhecimento, onde a prática tem lugar privilegiado na pesquisa, e a investigação se converte na própria ação de intervenção social, na realidade estudada na prática educativa, acolhendo numa só modalidade de pesquisa: reflexão e prática; ação e pensamento, não mais considerando estes conceitos como opostos (THIOLLENT, 1996).

Ao utilizar vários teóricos da pesquisa-ação, e não apenas aqueles que abordam a Educação Especial ou a Educação Inclusiva, nota-se que essa forma de pesquisa, se adapta muito bem quando o objetivo é reunir a prática e a teoria, mesmo que o sujeito apresente déficit cognitivo ou não, ou seja, é uma forma de obter dados, de forma dinâmica e abrangente.

##### 4.1. PESQUISA QUALITATIVA

Desde a década de 1970, iniciou-se ampla discussão sobre os limites e possibilidades das diferentes posições diante do conhecimento psicológico, propondo-se a epistemologia qualitativa como teoria básica para produção de conhecimento (GONZALEZ REY, 2003). Baseando-se em Holanda (2002) foi revelado que a pesquisa qualitativa, por sua natureza de abrangência empírica ajuda a construir novos paradigmas, trazendo significativo avanço para as ciências humanas, pela aproximação entre pesquisador e pesquisado, permitindo maior subjetividade, num conjunto de processos, podendo mudar a depender do contexto onde o sujeito se expressa, e foi por essa

possibilidade de aproximação entre pesquisador e pesquisado que esse tipo de abordagem foi escolhido, pois o deficiente intelectual, em sua grande maioria, mostra-se carente de afeto e os diálogos com maior proximidade, facilitam sua interação.

Essa condução flexível, é uma das características da pesquisa qualitativa e o percurso desta depende do contexto onde está inserida, onde o pesquisador tem influência sobre a pesquisa e é por ela influenciado, numa complexidade de influência mútua, onde se estabelece na esfera do inter-humano, trazendo a história pessoal e o contexto cultural do pesquisador, como elementos de grande significado na pesquisa, expressando a rica plasticidade do fenômeno subjetivo, onde a pesquisa qualitativa é dirigida ao individual, buscando a compreensão dos fenômenos que somente surgem quando situados, destacando que, estas características, são comuns em outros modelos de pesquisas em ciências humanas, onde pesquisador e pesquisado geram um comprometimento no processo, sendo produtores de pensamento, quando ambos estão abertos para mudanças de ideias, a partir da confrontação e desenvolvimento de novas teorias, novos espaços de leitura da realidade.

Foi usada a pesquisa qualitativa buscando dar respostas aos aspectos da realidade que não podem ser quantificados, trabalhando com um universo de significados, motivos, aspirações, opiniões, simbologias, crenças, valores e atitudes.

Por suas características exploratórias a abordagem qualitativa, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, fazendo emergir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes de maneira espontânea. Quanto ao significado, a abordagem qualitativa tem interesse em observar: o modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas; o que elas experimentam, como interpretam suas experiências e como estruturam o mundo social em que vivem. Essa abordagem neste trabalho aplicada através do método de pesquisa-ação foi aqui amplamente discutida:

#### 4.1.1 A PESQUISA-AÇÃO COM OS JOVENS ESTUDANTES DA APAE

A escolha da pesquisa-ação, como metodologia, deveu-se por acreditar que uma pesquisa não deve ser aplicada apenas para investigar apenas aspectos acadêmicos e burocráticos, como na maioria das pesquisas convencionais. O foco desse trabalho, com base nessa premissa, foi exatamente desenvolver uma pesquisa através da qual se desempenhasse um papel ativo na realidade dos fatos observados e na dinâmica dos observados. O fato observado foi a apresentação de uma atividade profissional que possibilitasse a inclusão do Deficiente Intelectual no mercado de trabalho, na

profissão de papelheiro (reciclador de papel) e a dinâmica deles com a produção de papel reciclado artesanalmente sob as intervenções da arte terapia.

Desta forma, a Pesquisa-ação, reúne as características que propiciam intervir na realidade buscando, sobretudo, sua transformação. De acordo com Thiollent (2011, p. 14), essa modalidade de pesquisa além de facilitar a busca de soluções de problemas reais, supre uma demanda deixada pelos procedimentos convencionais de pesquisa. Ainda segundo o autor a pesquisa-ação se destaca principalmente “[...] em dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora”.

A pesquisa-ação no campo educacional se distingue das pesquisas convencionais porque seu foco está na produção de conhecimentos e ideias com vistas a transformar uma realidade, não se restringindo a uma simples descrição da situação. Nesse aspecto, existem situações que demandam conhecimentos que sejam também ações que não se limitem apenas a descrever ou avaliar uma situação, como por exemplo inclusão de estudantes com deficiência intelectual nas escolas regulares e, conseqüentemente, no mercado de trabalho que exige conteúdo educativo. Destarte produção de ideias nesse campo precisa se materializar em ações concretas, senão ficaremos apenas no campo do discurso acadêmico sem produzir transformações da realidade pesquisada, resultados satisfatórios.

Com base nas orientações metodológica da pesquisa-ação, Thiollent (2011, p. 85) argumenta que “[...] os pesquisadores em educação estariam em condição de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive no nível pedagógico” e acrescenta, “Tal orientação contribuiria para o esclarecimento das microssituações escolares e para a definição de objetivos de ação pedagógica e de transformações mais abrangentes” (Thiollent, 2011, p. 85).

A primeira etapa de toda pesquisa é uma revisão bibliográfica. Esta etapa é essencial para que se crie maior afinidade com o conteúdo que está pesquisando. Em campo, verificaremos os fatos e os fenômenos exatamente da forma como eles se manifestam. Nessa primeira fase, precisamos nos apropriar do conteúdo deixando as ideias aflorarem, e assim entenderemos em que pé está o problema e o tema pesquisado.

O método utilizado foi a pesquisa-ação, que na década de 1960, segundo Michel Thiollent (1985), seria uma proposta metodológica, dentro de um contexto caracterizado por várias preocupações teóricas e práticas que incidem na busca de novas formas de intervenção e investigação, privilegiando a participação em vista da transformação da realidade. Entendo a pesquisa-ação, como uma modalidade científica que se constitui na ação, onde o educador confirma a importância da

prática no processo investigativo, articulando a teoria e prática, num processo de construção do conhecimento, onde a prática tem lugar privilegiado na pesquisa, e a investigação se converte na própria ação de intervenção social, na realidade estudada na prática educativa, acolhendo numa só modalidade de pesquisa: reflexão e prática; ação e pensamento, não mais considerando estes conceitos como opostos.

Nessa relação entre a teoria e a prática está a base da compreensão moderna entre o sujeito que conhece e o que está para ser conhecido, e aí pode estar a chave do conhecimento. Esse foi um dos maiores estímulos para desenvolver esse estudo através das oficinas de reciclagem de papel artesanal, com os usuários com DI do CEFAP: aproximá-los do processo de autoconhecimento, despertando a resiliência a partir do refazimento do papel, desse (re) conhecimento racional de que é possível (re) fazer algo novo.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 1985, p. 14).

Estudos mostram que, a partir do início do século XX as ciências humanas se desenvolveram, refletindo sobre dilemas que caracterizavam a vida do mundo moderno, sob um pensamento positivista, entre a teoria e a prática, que apostavam na ruptura entre o sujeito e o objeto, se apropriando de modelos e métodos que tinham como garantia as ciências naturais o critério da verdade, não se distinguindo os momentos de pesquisa e as exposições do objeto: a pesquisa já era a exposição, e afastava qualquer possibilidade de interferência do sujeito, que deveria obedecer regras e procedimentos, confirmando uma realidade que podia ser: explicada, quantificada, comprovada e prevista, porque era controlada, construindo-se uma forma neutra de adquirir conhecimento, concebendo como verdade a realidade manifesta e a prática foi tomada como aplicação e utilidade.

As artes surpreendem pela revelação, reconhecendo o sujeito em outras dimensões, em significação histórica, conectando sentidos e significados nos processos de desenvolvimento, dando mais nexo ao conhecimento, a partir da síntese entre a experiência recriada pelo pensamento, vendo a objetividade histórica e natural como produtos da objetivação humana, onde teoria e prática são recíprocas, em práticas sociais que se apresentam na realidade vivida, influenciando diferentes programas de pesquisa, a partir da crítica às possibilidades, trazendo propostas de pesquisa e intervenção no campo social, chamada de pesquisa-ação.

Uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas implicadas no processo investigativo, visto partir de um projeto de ação social ou da solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva.

A pesquisa-ação se adapta a metodologias explicativas ou compreensivas (fenomenológica), como foi feito nesse estudo, numa crítica ao positivismo, acreditando ser a realidade algo subjetivo, exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/ coletivo. A participação dos pesquisadores é explicitada dentro do processo do “conhecer” com os “cuidados” necessários para que haja reciprocidade/complementariedade por parte das pessoas e grupos implicados, que têm algo a “dizer e a fazer”. Não se trata de um simples levantamento de dados.

Acredita-se que a pesquisa-ação pode ser realizada por via de muitas abordagens e para esse processo foi fundamental, diante das possibilidades do sujeito (do conhecimento ou da ação) e dar significado à realidade, vinculando a pesquisa à ideia de mudança, investigando o conceito de pesquisa junto à ação, como resolução dos saberes das ciências humanas, postulando uma noção de totalidade, abrangendo a ação e experiência do sujeito, vindo na pesquisa-ação mais do que uma abordagem metodológica, mas sim um posicionamento diante de questões epistemológicas fundamentais, entre teoria e prática, reforma e transformação social.

Podemos entender que, ao utilizarmos a pesquisa-ação, devemos propor a teoria efetivada como prática, com vigor na crítica social, nas reformas educacionais, nas políticas públicas, nos conteúdos ensinados, nas teorias adotadas da prática cotidiana, tomando por ponto de partida a prática, mediada pela teoria, que requer uma grande mudança cultural, gerando um professorado mais crítico e reivindicativo, que não se torne vítima dos exageros do praticismo, alimentando a retórica reformista da educação, em repúdio à teoria e à cultura acadêmica, tornando a formação dos professores acelerada, banalizando a pesquisa, reduzindo sua autonomia e fragilizando seus recursos críticos, gerando a falsa noção de que essa atuação deva buscar a solução de problemas isolados na sala de aula ou escola, condicionando as mudanças e intervenções à resolução de problemas imediatos, assumir a decisão de se contrapor à uma realidade que ele, sozinho, não será capaz de transformar.

Por proporcionar uma maior possibilidade de retorno ao campo onde é aplicada, a pesquisa-ação tem sido escolhida nos processos investigativos de várias áreas: educação, social, científica e etc. Segundo Barbier (2002) a pesquisa-ação é um método investigativo que visa mudanças e

resoluções, a partir de uma ação coletiva entre os participantes numa relação interativa, considerando a totalidade de dinâmica a partir de um olhar multirreferencial.

A pesquisa-ação, segundo Elliott (1993) tem como principais características: a estratégia associada às pessoas envolvidas, foco nas atuações históricas e situações sociais percebidas como problemáticas e passíveis de mudanças; compreensão do que está ocorrendo a partir da perspectiva dos implicados no processo e elaboração discursiva sobre as contingências da situação e estabelecimento de inter-relações entre elas. Afirma ainda Elliott (1993), que quando a pesquisa-ação é tomada como instrumento investigativo, ocorre a melhora da ação prática, por instaurar um processo que se modifica em espirais de reflexão e ação, onde esse movimento inclui: aclarar e diagnosticar uma situação prática que se quer resolver, formular estratégias de ação, desenvolver essa estratégia e avaliar sua eficiência, ampliar a compreensão da nova situação e usar os mesmos passos para a situação prática

No caso da produção de papel reciclado artesanalmente, pelos estudantes do EJA com Deficiência Intelectual, a pesquisa-ação é usada para detectar os problemas da inclusão e do processo de trabalho renovado, apoiando-se em Barbier (2002) quando afirma que “foi mediante a ação que descobri, pouco a pouco, a que ponto a pesquisa-ação impunha outra visão das ciências humanas e sociais”, revelando que a inclusão social pode ser estimulada pela atividade produtiva, ao provocar um novo olhar sobre o papel do homem na sociedade, pois a pesquisa-ação instiga à mudança de postura do pesquisador que, diferentemente das orientações das pesquisas convencionais, para além da investigação e reflexo teórica, deve desenvolver uma ação no meio onde gerou a pergunta, a questão que motiva a pesquisa.

## 4.2 LOCUS DA INVESTIGAÇÃO- O CEFAP DA APAE/SALVADOR: DA IMPLANTAÇÃO AO COMPROMISSO COM A SOCIALIZAÇÃO E APRENDIZAGENS

**Fotografia 1 - CEFAP/APAE (Calçada)**



**Fonte:** Arquivo da Pesquisadora, 2019.

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Salvador, é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar assistência integral à pessoas com deficiência intelectual, oferecendo diversos serviços à comunidade, que propiciam viabilidade econômica e mostra que, tem muitas formas de melhorar a vida das pessoas com deficiência intelectual. Seja oferecendo cursos, serviços, oportunidades de trabalho ou apoio para familiares, a associação sempre encontra uma maneira de fazer a diferença, além de oferecer serviços na área de saúde para toda comunidade.

Em 3 de outubro de 1968, um grupo de pais, preocupados com o atendimento as crianças com deficiência intelectual, decidiu untar-se e formar uma associação. Tendo à frente o engenheiro Genes de Almeida Barbosa, esse grupo fundou a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a APAE Salvador.

Com sede provisória funcionando no antigo Instituto Pedagógico da Bahia, na Praça Almeida Couto, a APAE contou com a valiosa colaboração do membro da primeira diretoria: Luis Fernando Pinto. Mas, somente em maio de 1970, a APAE Salvador conseguiu alugar a sua primeira sede, um imóvel localizado na Rua Visconde de Caravelas, 168, Itapagipe. Naquela época, pouco se podia

fazer, já que a Instituição estava dando apenas os seus primeiros passos. Em outubro do ano seguinte, a APAE iniciou seus trabalhos na área pedagógica.

Com o auxílio da assistente social Maria Joaquina Neves e da professora Gildália Passos, 20 alunos começaram a receber orientação especializada. A partir daí a APAE desenvolveu-se e agigantou-se, sem perder de vista a sua proposta de despertar a consciência da comunidade a importância do atendimento ao deficiente. Em 1978, apesar da falta de recursos, com a ajuda da Secretaria do Trabalho foi inaugurado o primeiro centro de profissionalização. Dirigido a adolescentes, o centro começou a funcionar na Rua Lélis Piedade nº58. Nesta longa caminhada, a APAE contou com valiosas colaborações como a do Lions e do Rotary, que promoveram festivais, desfiles, chás e feiras para arrecadar recursos para a ampliação do atendimento.

Na década de 80, a instituição viveu momentos de grandes transformações. Com a ajuda do General Gustavo Rego Reis, então comandante da 6ª Região Militar, um dos padrinhos mais dedicados que a APAE já conheceu, em um trabalho conjunto com o governador Antônio Carlos Magalhães, conseguiu a doação de uma casa, na avenida Jequitaia, para a instalação da sede da Associação, que passou a atender, nesse período, 90 crianças. Em janeiro de 1987, já de posse de um terreno doado pelo ex-prefeito Fernando Wilson Magalhães, a APAE iniciou a construção da sua nova sede na Pituba. Formou-se, então, um grande mutirão, do qual participaram órgãos públicos, empresas e a comunidade, para que, em 20 de outubro de 1989, a nova sede fosse inaugurada.

Com duas unidades, a APAE pode dividir melhor suas atividades. Nas instalações da Pituba, foram colocados o Centro Educacional Especializado (CEDUC), para alunos de 2 a 16 anos, a Administração, o Laboratório de Análises Clínicas (Labac) e o Centro Médico (Cemed). O prédio da avenida Jequitaia, no bairro de São Joaquim/Calçada, passou a funcionar como o Centro de Formação e Acompanhamento Profissional (CEFAP), destinado aos aprendizes a partir dos 16 anos. A APAE Salvador presta serviço de educação e saúde à mais de mil alunos e aprendizes do CEDUC e do CEFAP diretamente, além de oferecer refeições, materiais escolares e uniformes. As famílias são igualmente atendidas em todos os programas da Instituição.

Nessas quatro décadas, a APAE Salvador vem contribuindo decisivamente para a inclusão das pessoas com deficiência intelectual na sociedade, fomentando debates para a consolidação dos seus direitos, e atuando na prevenção e tratamento de doenças que podem levar à deficiência intelectual. O objetivo da Instituição continua sendo o mesmo: atender a pessoa com deficiência intelectual com serviços de qualidade e o firme propósito de torná-lo cidadão. A atual estrutura organizacional da

APAE Salvador possui sete gerências, lideradas por uma Superintendente Executiva que se reporta à Diretoria Executiva. Os recursos financeiros que permitem a execução das atividades da Instituição são provenientes dos atendimentos na área de saúde, por intermédio do SUS, particular e convênios, além de doações da sociedade civil, realização de cursos, subvenções e convênios com instituições do poder público.

Esta Associação atualmente se divide em quatro centros de atividades: O CEDUC- Centro Educacional Especializado, que oferece à pessoa com deficiência intelectual, - de 03 a 16 anos- buscando desenvolver a capacidade criativa e estimular a participação ativa na vida social de crianças e adolescentes. O CEFAP- Centro de Formação e Acompanhamento Profissional, que desenvolve um programa de educação profissional para pessoas jovens e adultas com deficiência, que assegure seu ingresso no mundo do trabalho. Primeiramente os aprendizes são avaliados por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e pedagogos, sendo encaminhados para as atividades profissionalizantes. O programa é dividido em três etapas: iniciação, qualificação profissional, e colocação no trabalho. Grupo com o qual atuamos, aplicando oficinas e entrevistas para compor esta pesquisa.

O CEMED- Centro Médico que atende adultos e crianças através de convênios, particular e pelo Sistema único de Saúde (SUS), cuja receita é revertida para a manutenção da instituição e o atendimento à pessoa com deficiência mental carente, tendo sido certificada pela Norma ISSO 9001.

O LABAC- Laboratório de Análises Clínicas, associado ao Programa de Controle de Qualidade das Sociedades Brasileiras de Análises Clínicas (SBAC). Além de receber da SBAC o certificado pela Norma ISSO 9001, atendendo adultos e crianças, deficientes ou não, por convênios, particular e SUS.

Os aprendizes do CEFAP, são sujeitos com Deficiência Intelectual, Síndrome de Down e Autismo, matriculados na escola e em cursos que visam a profissionalização. Todos são assistidos e atendidos por profissionais de diversas áreas: professores, pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais, etc.

A definição das áreas de atuação das escolas, enquanto instituições, têm sido o foco do Séc. XXI, selecionando os setores: científico, cultural e social. Segundo Amorim (2007), o mundo se encontra numa crise estrutural e a escola, assim como outras instituições sociais, sofrem um abalo nas suas bases, afetadas também pela globalização econômica, como revela o geógrafo Milton Santos (1999), fato que contribui para a mudança de paradigma, com o surgimento de novas visões de mundo e participação de novos atores sociais, incluindo as pessoas deficientes.

Assim, agrupar alunos com deficiência intelectual com outros de idade cronológica inferior ou com o “mesmo nível de desenvolvimento”, ou relegá-los a atividades paralelas “mais simples”, ou, ainda, reduzir o tempo de permanência em sala de aula, sob a alegação de que não são capazes de acompanhar o restante do grupo, é exatamente o oposto do que deveria ser feito.

A infantilização e a subestimação da pessoa com deficiência intelectual podem ser as principais barreiras à sua inclusão. Ao fazê-lo, não só lhes negamos um direito que é legítimo e assegurado – o acesso à educação – como também a oportunidade de transformar e expandir seus horizontes e possibilidades através do desenvolvimento de sua capacidade intelectual (WINDYS, 2012). A partir dessa percepção, a APAE, e mais particularmente o CEFAP, investe na inclusão profissional da pessoa com Deficiência Intelectual, proporcionando maiores oportunidades ao aprendizado e, conseqüentemente, à inclusão no mercado de trabalho.

Durante a presente pesquisa, havia na instituição –APAE- um setor chamado CEFAP- Centro de Formação e Acompanhamento Profissional, que acolhia apenas os usuários. Depois o termo foi abolido, passando ser mais um “braço” da APAE porque, além de inserir o sujeito, busca também envolver a família do mesmo no mercado de trabalho.

Em 2019, o processo pedagógico nesse setor da instituição, que abrange os sujeitos da EJA, se dividia em três etapas: a iniciação profissional; a preparação ou qualificação e inserção no mercado de trabalho. Os usuários que chegavam, passavam por uma avaliação diagnóstica para saber em qual etapa, dentro do desenvolvimento deles, poderiam frequentar.

A primeira etapa de iniciação profissional se constituía de vivências práticas contextualizadas que estimulavam o desenvolvimento de suas potencialidades, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a investigação e a reflexão na realização da produção das atividades, com a perspectivas do desenvolvimento de competências e habilidades e para a vida e para o ingresso no mercado de trabalho

A etapa de preparação para o mercado de trabalho, chamada de qualificação, tinha o intuito de capacitar pessoas com deficiência intelectual para o mundo trabalho abordando a relação entre o trabalho e a cidadania, proporcionando o espaço para o desenvolvimento do autoconhecimento, fornecendo informações sobre o mercado do trabalho e o perfil profissional, ressaltando também, a importância da qualificação e construção de um projeto de vida, para o desenvolvimento dessas habilidades e posterior inserção no mercado de trabalho.

A colocação, que era a terceira e última etapa do processo, trazia a inserção propriamente dita, no mercado de trabalho, onde ocorriam atividades das habilidades e competências, através de aulas em grupo de aprendizagens em parceria com outras instituições, alicerçando teoria e prática.

No final de 2019, iniciou-se um processo de realinhamento da unidade, onde o foco continua sendo o ser humano, o sujeito adulto com deficiência, estudante da EJA, e seu desenvolvimento bio-psíquico-social, saindo dos trabalhos em sala de aula para as atividades em oficinas, direcionadas aos subgrupos da instituição, subprogramas que se dividem em duas fases: ampliação e potencialização das habilidades para o mundo do trabalho., focado na formação básica; e a qualificação para o mercado do trabalho visando não apenas mostrar as amplas possibilidades, abrangendo inclusive os usuários, que não têm condição física ou psicológica e que optam por não ser incluído no mercado de trabalho, assim com seus familiares, incluídos em subprojetos, relacionados aos centro de artes, estimulando e capacitando os usuários e suas respectivas famílias, através das oficinas e subprogramas que visam desenvolver suas capacidades e habilidades, e fazem a ponte de interação destes como o mercado de trabalho e a geração de renda.

O fazer pedagógico da APAE, vem corroborar com Dewey (1986), que afirmava: “Dê aos alunos algo para fazer, não algo para aprender; e o ato de fazer é como o incentivo por pensar; a aprendizagem resulta naturalmente”. Assim podemos discernir que é importante estimular que os alunos se sintam, e sejam verdadeiramente, protagonistas da própria aprendizagem tanto no plano individual, como no coletivo, levando os estudantes a transcender as fronteiras da física e se interessar por temas da vida contemporânea, como igualdade e respeito ao meio ambiente. Torna-se cada vez mais evidente a importância da criatividade como uma competência a ser desenvolvida no ambiente escolar.

Sobre as escolas especializadas, o Presidente da Federação das APAES da Bahia- (Feapaes-BA), Narciso Batista, em artigo do jornal A Tarde em 23.01.2021, citando o decreto 10.502/2020, que propõe a ampliação desse tipo de estabelecimento de ensino, analisa as fragilidades e retrocessos do referido decreto, afirmando que: “o Brasil tem milhares de instituições especializadas com várias denominações, há que se respeitar a história de cada uma e as demandas locais.

Muitos destes alunos estão na escola especializada com a justificativa de que a escola comum, não tem nem o mobiliário adequado para acomodação. Falta investimento em formação.

Segundo Batista, um professor de creche não teve curso de estimulação precoce, nem entende de anatomia corporal atípica” E continua: “O Movimento Apaeano, não descarta a continuidade de algumas escolas especializadas, porque alguns alunos podem ter mais comprometimentos

intelectuais, comunicacionais e sociais, necessitando de um apoio multidisciplinar.” E sugere um debate sobre as possibilidades de benefícios e ampliação de serviços para esse público mais vulnerável, reafirmando que a escola regular não exclui a escola especializada, que ele não considera como única opção para estudantes com deficiência.

No entendimento desse gestor, a Educação brasileira enfrenta desafios para criar e manter um sistema educacional de qualidade, principalmente para estudantes com grau de deficiência acentuada, que não se beneficiam quando incluídos em escolas regulares e que apresentam demandas de apoios múltiplos e inclusivos, defendendo enfim, que ambas: escolas comuns e escolas especializadas, devem coexistir para a melhoria da educação inclusiva.

Nesta instituição filantrópica são desenvolvidos programas de intervenção precoce, com uma equipe de terapeutas e educadores especiais, que podem tratar a situação específica de cada indivíduo, sendo úteis no tratamento da síndrome de Down, do autismo e da pessoa com algum comprometimento da sua intelectualidade. Assim neste espaço aplicamos a pesquisa.

#### 4.2.1 SUJEITOS DA PESQUISA: ESTUDANTES DA EJA NA APAE

A Deficiência Intelectual, erroneamente chamada Retardo Mental, é um quadro de inteligência e conjunto de habilidades gerais da vida abaixo da média, que se manifesta nos indivíduos antes dos 18 anos. É um distúrbio muito comum. No Brasil, segundo o último senso do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística cerca de 2 milhões de pessoas apresentam esses sintomas crônicos que podem durar anos ou a vida inteira.

Para se reconhecer e afirmar essa deficiência, é necessário um diagnóstico médico, que raramente se baseia em exames laboratoriais, clínicos ou fisiológicos, A função intelectual pode ser avaliada por um teste. O principal sintoma é a dificuldade de raciocínio e compreensão. As habilidades cotidianas que podem ser afetadas incluem certas habilidades conceituais, sociais e práticas. O tratamento pode ajudar, mas não curar. Educação Especial e Terapia comportamental podem melhorar bastante as condições de vida da pessoa D.I., como se costuma chamar o Deficiente Intelectual.

A Associação Internacional de Psicologia, define a Deficiência Intelectual, como um quadro psicológico onde a pessoa apresenta um atraso no seu desenvolvimento, dificuldades para aprender e realizar tarefas do dia a dia e interagir com o meio em que vive; sendo completamente diferente da doença mental que engloba uma série de condições cerebrais que causam alteração de humor e comportamento e podem afetar o desempenho da pessoa na sociedade.

Os Deficientes Intelectuais apresentam como características: funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, coexistindo com limitações relativas a duas ou mais das seguintes áreas de habilidades adaptativas; dificuldade de comunicação e autocuidado, habilidades sociais, segurança, funcionalidade acadêmica, lazer e trabalho. Comunicação: diz respeito às habilidades para compreender e expressar informações por meio de comportamentos simbólicos ou não simbólicos; Cuidado Pessoal: refere-se às habilidades que asseguram higiene pessoal, alimentação, vestuário, uso de sanitário, etc.

Habilidades Sociais: dizem respeito às trocas sociais com outros indivíduos. Utilização da comunidade: habilidades relacionadas ao uso apropriado dos recursos da comunidade; Saúde e Segurança: dizem respeito às habilidades para cuidar a saúde em termos de alimentação, identificação de tratamento e prevenção de doenças, cuidar da própria segurança, etc.; Habilidades Acadêmicas: habilidades cognitivas relacionadas à aprendizagem dos conteúdos curriculares (foco na aquisição. Lazer: diz respeito às habilidades para desenvolver interesses e participar de atividades de entretenimento individual e coletivo; Trabalho: refere-se às habilidades para manter um trabalho em tempo parcial/total; autogerenciamento. Geralmente a D.I. manifesta-se antes dos 18 anos de idade.

A inteligência é concebida como capacidade geral, incluindo “raciocínio, planejamento, solução de problemas, pensamento abstrato, compreensão de ideias complexas, rapidez de aprendizagem e aprendizagem por experiência” (FEAPAES, 2009) Déficits Específicos em: operações e/ou funções do processo cognitivo (dificuldade em generalizar, transferir e aplicar estratégias já aprendidas em situações e problemas diferentes em que foram adquiridas).

Embora seja algo desafiador, sem dúvida alguma, a inclusão das pessoas com deficiência, é uma necessidade real, pela qual a sociedade clama. Seja no âmbito escola ou profissional, a participação da família está presente constantemente no desenvolvimento desse sujeito e torna-se um estímulo importante para a comunicação do mesmo, tanto na socialização do aluno na escola com os demais colegas, quanto no trato geral. A família serve como mediação para as relações interpessoais no meio escolar e social. Os professores da EJA inclusiva, ao formular novas estratégias, desenvolvem atividades que favorecem a socialização dos alunos em sala. Essa parceria favorece a todos e ajuda na inclusão social. Isto é, o aluno não deve meramente ocupar um espaço na sala, mas receber estímulos para favorecer o convívio desse estudante com os demais colegas, dentro e fora da escola, realizando o fortalecimento da inclusão social. No meio escolar, a presença de profissionais preparados para receber a todos os alunos torna-se importante.

A expectativa desse trabalho é que o presente estudo contribua como fonte de pesquisa e construção de atividades, de reciclagem de papel, com Deficientes Intelectuais, ou não, tendo como produto final, a criação de uma cartilha de papel reciclado, onde, a partir dessa prática, outras turmas e classes possam formar multiplicadores desse processo, e as teorias apresentadas, sirvam para estudos futuros, lidas como um alerta sobre as problemáticas educacionais e sociais, relacionadas às pessoas com D.I. retirando a inclusão da área da utopia, tornando-a uma realidade possível de ser conquistada ao assumirmos nosso papel social como educadores.

A pesquisa aqui apresentada, tem como sujeitos, onze (11) estudantes jovens e adultos da APAE, com Deficiência Intelectual, buscando desenvolver suas habilidades, assim como qualificação para o mercado de trabalho, matriculados nos cursos do CEFAP.

O quadro abaixo apresenta os sujeitos da pesquisa e buscando preservar a identidade dos participantes das oficinas, adaptamos seus nomes a siglas para representar cada um com base nas escolhas de cores e perfumes que fizeram na feitura do papel reciclado, Por exemplo: o sujeito que escolheu a cor azul e o perfume de alfazema, foi designado por AA; o outro que optou pela cor verde e a essência de capim-limão foi descrito por VCL, e assim por diante. ; AmL, amarelo com cheio de lavanda; AmJ, quem escolheu a colorir de amarelo com perfume de jasmim ; VP = verde com patchuli e VJ, verde com jasmim; quem escolheu amarelo e essência de rosa, leva a sigla AR. A sigla LCL, ou VCL foi para quem escolheu a cor laranja ou verde com perfume de capim-limão; VmP ficou designado para quem escolheu a cor vermelha com essência de patchuli; RR e RL representaram quem escolheu a cor rosa e os perfumes de rosa e alfazema.

**Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa**

SIGLA	IDADE	GÊNERO	SÉRIE ESCOLAR
AA	40	Fem.	8º ano
AmJ	39	Fem.	9º ano
AmL	50	Fem.	9º ano
AR	21	Fem.	8 ano
LCL	40	Masc.	9º ano
RL	25	Fem.	7º ano
RR	19	Fem.	7º ano
VCL	20	Masc.	6º ano
VJ	18	Masc.	6º ano
VmP	52	Masc.	9º ano
VP	37	Fem.	7º ano

**Fonte:** Produzido pela pesquisadora, em 2019.

Observando os participantes da pesquisa sobre o aspecto emocional, os estudantes da EJA na APAE,- Escola Especializada para deficientes intelectuais , com síndrome de Down, autistas , entre outras condições cognitivas , se mostraram bem seguros e preparados, sugerindo que estudar num ambiente propício para suas necessidades físicas e/ou motoras, sendo assistidos por profissionais de várias áreas, qualificados e preparados para atender suas demandas individuais e sociais, proporciona maior estabilidade emocional e melhores resultados no aprendizado.

#### 4.3 DINÂMICA DA PESQUISA

Escolhido como campo de pesquisa o CEFAP/APAE, em algumas reuniões, as conversas com o corpo sócio-administrativo da instituição, trouxe informações valiosas colocando-se sempre disponível a colaborar durante os procedimentos, inclusive apresentando essas novas opções aos alunos e expondo para eles quais seriam os procedimentos

Dando sequência ao procedimento metodológico, foram realizadas cinco oficinas práticas além de três encontros de rodas de conversas e entrevistas informais com os participantes, através das quais pudessem expor suas ideias, sentimentos e emoções acerca de todo o processo, principalmente: como, porque e se, o contato com esta atividade trouxe algum diferencial na sua prática profissional e sua vida social.

Apresentaremos a seguir, o arcabouço da pesquisa, isto é, a partir de quais autores foram embasados os estudos e questionamentos. Estes autores pertencem aos quatro campos diferenciados de estudos: Arte Educação, Arte Terapia, Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva. Cada área tem uma perspectiva diferenciada sobre o indivíduo, assim, foi necessário buscar elos em comum entre estas, para que fosse construída, além de uma observação mais consistente, um resultado mais abrangente nesses estudos.

Falaremos também sobre a dinâmica da pesquisa que será baseada nas rodas de conversa, realizadas antes e durante as oficinas, onde produzem as folhas de papel reciclado, a partir dos papéis usados e rasgados, tingidos e texturizados a partir da escolha pessoal de cada estudante. Nestas oficinas, a participação maciça dos estudantes, foi observada com entusiasmo pelos familiares dos mesmos, que comentavam entre si e com os professores, os avanços obtidos, tanto na socialização quanto na produção artesanal apresentada. .

#### 4.3.1 ARCABOUÇO TEÓRICO DA PESQUISA

Por abranger quatro segmentos, inter-relacionados, quais sejam: EJA, Educação Inclusiva, Arte Educação e Arte Terapia, a pesquisa com abordagem qualitativa desenvolvida através da Pesquisa-Ação, buscou-se investigar como esses seguimentos poderiam trazer respostas à pergunta geradora do trabalho, contribuindo para alcançar os objetivos propostos.

O elo comum às quatro vertentes dessa pesquisa, foi a criatividade, termo encontrado em todos os canais pesquisados, como destacamos, a seguir. Para Amorim (2018) o ensino da EJA precisa ser bastante criativo, para adaptar-se à escola, onde alunos em busca de aprendizagem, enfrentando o desnível série/idade. Na Educação Inclusiva, Ferreira (2012) reconhece que a criatividade é um importante fator de inclusão quando o deficiente usa esse recurso para adaptar-se à condições do ambiente onde se encontra, principalmente no âmbito escolar. Segundo Barbosa (2007), em sua abordagem triangular- apreciar, fazer e contextualizar-, defende que a criatividade quando aplicada na Arte Educação é a porta para o conhecimento, usando o aspecto criativo na manufatura de objetos artísticos. Afirma a Arte Terapeuta Araújo (2010) que, o ser humano é naturalmente criativo, e saber usar essa qualidade, é um dos grandes estímulos, para o processo de autoconhecimento, capaz de resgatar a autoestima.

Nesse sentido, no papel de educadores, precisamos encontrar formas de manter vivas a mente criativa e a sensibilidade dos estudantes, especialmente os que apresentam limitações cognitivas, como os Deficientes Intelectuais. Ao invés de impor percursos engessados, que enfatizam a memorização de certas informações, devemos estimular a criatividade, em todos os níveis de ensino. Pesquisas sobre a criatividade humana revelam que os DI ao experimentar o fazer artístico como objeto de estudo, aprendem mais facilmente, pois não necessitam memorizar ou deter alguma informação, pois usam recursos criativos no processo de aprendizagem. Barbosa (2006) destaca alguns ingredientes que considera imprescindíveis, na Arte Educação, como desafiar os estudantes para a solução de problemas, expô-los à prática e ao risco e tolerar erros. Segundo ela, se não formos instigados, dificilmente teremos a chance de ser criativos.

Parece haver hoje um certo consenso de que a criatividade que favorece a inclusão escolar e que a reprodução dos padrões de ensino que preponderaram no mundo ao longo dos últimos séculos são insuficientes para que viabilizemos uma Educação Inclusiva abrangente e de qualidade. Melo (2012), cita como exemplo de exercício de criatividade e inclusão, explorando inclusive o tema da sustentabilidade, a iniciativa de professores da APAE paraense, de levar alunos Jovens e Adultos com Deficiência ao Instituto Federal do Pará para visitar o projeto Oikos voltada à propagação da cultura de reciclagem. Ali os estudantes puderam confeccionar raquetes com materiais reutilizáveis, como

isopor e garrafas plásticas, e participar de atividades teatrais relacionadas à educação ambiental. Os benefícios desse exercício de criatividade, foram percebidos quando, ao voltarem para a sala de aula, observou-se nos sujeitos maior interesse e disponibilidade em aprender algo novo.

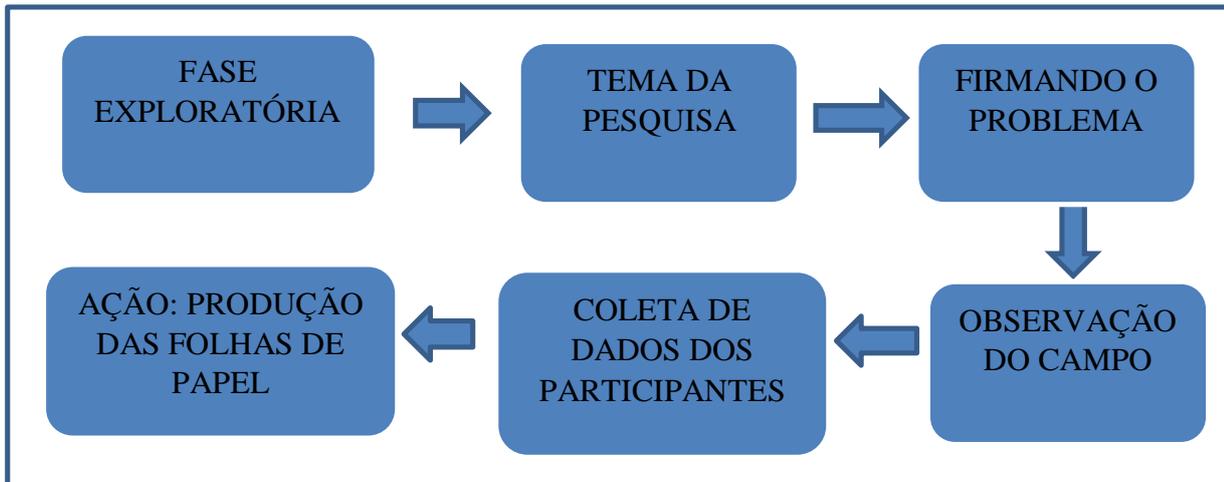
A compreensão da aprendizagem através das artes seja na infância ou na idade adulta é espontaneamente permeada pela capacidade de criar. Essa percepção detectada em muitos estudos sobre a cognição, revelam quão importante é associar Arte Educação ao arcabouço teórico dos projetos educacionais que é enriquecido quando se pode observar através da Arte Terapia, os avanços no aprendizado.

#### 4.3.2 PROCEDIMENTO DA PESQUISA

Buscando entender como foi desenvolvida a pesquisa, descreveremos o passo-a-passo das oficinas, realizadas com onze (11) jovens e adultos com Deficiência Intelectual estudantes da APAE- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, matriculados no CEFAP- Centro de Formação Acompanhamento Profissional, instituição que está situada em prédio anexo à Igreja dos Órfãos de São Joaquim, na Av. Frederico Pontes, 343 – no bairro da Calçada, na cidade do Salvador/Bahia.

As oficinas, são a parte prática da execução do projeto, onde os estudantes põem, literalmente, “a mão na massa, isto é, escrevem as consignas, rasgam, trituram, tingem, criam texturas para as novas polpas de papel e produzem as folhas de recicladas. Enquanto executam essas demandas, eles são observados, seja no âmbito comportamental, quando psicológico: a postura e interação com os colegas e sua reação emocional/pessoal, durante as atividades. Nesse processo, foram realizadas cinco (05) oficinas, cada uma com suas peculiaridades: nalgumas fizemos um relaxamento inicial, como por exemplo, durante a escrita das consignas, visando maior conexão consigo mesmo; noutras usamos a música relaxante/estimulante para as atividades mais lúdicas; na oficina de trituração de polpas, o barulho do liquidificador usado, impedia a escuta de música. E assim, as oficinas tiveram sua dinâmica individual, mas sempre satisfazendo o objetivo de cada uma delas, que era a aquisição do autoconhecimento e aprendizagem das diversas etapas da produção terapêutica de papel reciclado.

**Figura 1** - Etapas da pesquisa-ação



**Fonte:** Produzido pela pesquisadora, em 2019, com base em Thiollent (2011).

A partir dos pressupostos de Thiollent (2011, p. 54), que torna explícito que “o planejamento de uma pesquisa-ação precisa flexibilidade, onde possamos definir os pontos de partida e chegada porém valorizando o percurso e tudo que ocorrer nesse intervalo”, percebemos que ele aponta para multiplicidade de caminhos, variando com as circunstâncias e demandas dos participantes, que nos deu a base para a descrição de cada fase apresentada no organograma.

Na fase exploratória definiu-se a situação problema com suas variáveis, estudando sua viabilidade junto às gestoras do CEFAP/APAE, definindo também como a aplicação da pesquisa-ação poderia servir de intermediária. Nesse contexto, firmamos o acordo que garantiu a pesquisa no local, tendo como respaldo legal o Termo de Autorização assinado pela responsável da entidade (Apêndice 1).

Durante a segunda fase onde se definiu o tema da pesquisa, este foi partilhado com os alunos que, por serem adultos, não houve necessidade de apresentar aos seus responsáveis o Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento, (Apêndice 2), sendo assinado pelos onze (11) sujeitos participantes, todos com DI- Deficiência Intelectual- que se comprometeram a colaborar. Entretanto, para preservar sua identidade, seus nomes foram substituídos por siglas, que consistiam nas iniciais das cores e das essências que escolheram para colocar nas folhas recicladas que produziram.

A partir da terceira fase, firmamos o problema que consistia em entender, como a produção de papel reciclado sob o viés da Arte Terapia e Arte Educação poderá colaborar na inclusão do estudante da EJA com deficiência intelectual, no mercado de trabalho. Durante dois encontros em rodas de conversa, os participantes responderam, por escrito, um breve questionário com cinco perguntas básicas no intuito de conhecer: a relação deles com a escola; o que eles sabiam acerca da

origem e reciclagem do papel; suas ideias sobre a preservação ambiental e quais suas expectativas para entrar no mercado de trabalho como papeleiro (Questões no Apêndice 3).

As fases seguintes: observação de campo, coleta de dados e produção de papel, ocorreram nos demais encontros, onde além da manufatura dos papéis, os estudantes foram observados durante as atividades manuais, onde os diálogos e reações durante todo o procedimento foram coletados e anotados até que a produção das folhas recicladas fosse devidamente concluída e fechássemos os encontros com uma breve entrevista, perguntando como havia sido o processo para cada um.

Nos instrumentos de pesquisa utilizados: observação, questionário inicial e final, entrevistas informais, percebemos as seguintes características:

### OBSERVAÇÃO

A observação foi utilizada, para avaliar a capacidade de interação do sujeito, tanto com o material, o papel, quanto com os colegas, levando-se em conta o interesse no que era apresentado, a empatia com a classe e o comportamento diante da aula expositiva sobre a reciclagem. Sempre observando as reações dos sujeitos diante dos materiais e situações apresentados, foram apresentados livros e slides para ilustrar como ocorre a reciclagem industrial e a artesanal (que seria praticada) entregando à classe amostras de folhas recicladas produzidas por outras pessoas e objetos criados a partir dessas folhas. De posse dessas folhas os participantes sentiram a textura e a resistência do material, conhecendo melhor o produto que iriam materializar. Esta observação das reações e posturas dos sujeitos participantes da pesquisa, fez parte de todas as etapas da pesquisa, não apenas com o olhar pedagógico e terapêutico mas, principalmente, com a visão do pesquisador na perspectiva da pesquisa-ação, que busca coletar dados relevantes ao estudo realizado, com o distanciamento necessário do observador.

### QUESTIONÁRIO

Considera-se o questionário um instrumento de percepção bem abrangente, desde que as perguntas feitas sejam curtas e assertivas. No questionário aplicado, destacaram-se os seguintes elementos: a importância que os estudantes conferem à escola, seu conhecimento prévio sobre a manufatura do papel, sua experiência profissional no mercado de trabalho, sua opinião sobre o papel do cidadão nos cuidados com o meio ambiente e sua expectativa de trabalhar como papeleiro.

Os questionários foram entregues, depois da primeira roda de conversa e desta fase, participaram os onze estudantes além da professora de Artes, que quis estar presente, não apenas para estimular a participação dos alunos, mas principalmente para auxiliar aqueles que tem dificuldade no processo de escrita ou capacidade limitada de expressar suas ideias e opiniões.

As cinco (5) perguntas do questionário foram as seguintes: (tanto do questionário inicial, quanto final)

- 1) O que essa escola representa para você?
- 2) O que você aprende nessa escola?
- 3) Você trabalha ou gostaria de trabalhar?
- 4) O que é o meio ambiente para você e como você ajuda a preservá-lo?
- 5) Qual sua expectativa ao aprender fazer papel reciclado?

Outras questões surgiram ao longo dos encontros, das rodas e conversas e nas oficinas de produção de papel, que foram anotadas e discutidas durante o processo, buscando-se sempre responder as dúvidas e questões de ordem prática, na medida da necessidade de cada participante.

### ENTREVISTA

Partindo do conceito de entrevista semiestruturada, onde se define o momento em que o entrevistador realiza uma série de questionamentos ao entrevistado sem a necessidade de seguir rigorosamente uma lista de perguntas previamente estruturadas. (BOURDIEU, 1999), as entrevistas aplicadas nessa pesquisa, foram de caráter informal, antes das oficinas e depois delas, visando conhecer um pouco do mundo pessoal do sujeito, investigando com leveza sobre suas referências familiares, preferências de cores, times de futebol, etc, a fim de que se sentissem acolhidos individualmente, criando um vínculo social entre o sujeito e a pesquisadora

Nestas breves entrevistas, aplicadas antes das oficinas e depois das devidas apresentações nas rodas de conversa, é possível preparar algumas questões que permitiram abordar o histórico do entrevistado considerando suas habilidades sem seguir uma ordem específica. Além da lista de perguntas em mãos, de acordo com a conversa, surgem questões informais, abertas às ideias que o sujeito queira trazer. Segundo Thiollent (2011), em alguns casos, o entrevistador pode apenas utilizar uma lista de tópicos gerais a serem abordados, possibilitando uma conversa despreocupada e informal, o que foi aplicado com esses sujeitos, levando em conta as limitações da deficiência intelectual.

Além de perguntas abertas, outras características da entrevista semiestruturada são: ambiente menos formal: criando um cenário mais amigável para a conversa. Sem tempo determinado: a entrevista semiestruturada é mais fluída e, quanto mais disponível para conversar está o candidato, melhor será o processo. Sobre as combinações de perguntas, é possível deixá-las mais abertas em um roteiro, embora tenha grande importância sentir o clima da conversa, para levantar outras questões que não estejam predeterminadas.

Esse tipo de entrevista foi usada para obter uma percepção mais individualizada do sujeito, conhecendo melhor sua história pessoal e suas expectativas próprias. Foram considerados como

elementos importantes: a idade, o gênero, as experiências anteriores de trabalho (se houve), etc. A entrevista semiestruturada, foi utilizada de forma individual, isto é, antes e após as oficinas, onde a entrevistadora coloca-se disponível para ouvir aqueles interessados em saber mais sobre o processo de reciclagem, a profissão de papelero ou falar sobre suas questões pessoais. Dos onze alunos, todos quiseram ser entrevistados, demonstrando a necessidade que os Deficientes Intelectuais têm de serem ouvidos, serem notados e socialmente aceitos.

No presente estudo, além de observarmos a integração dos sujeitos através do processo de produzir arte (papel artesanal), entrevistamos cada participante das oficinas, para que, além de lhes permitir a expressividade, conhecer suas intenções e estudar suas reações internas diante das propostas e questões apresentadas: reciclagem (física e emocional) e autoconhecimento.

Reconhecendo a importância da entrevista como uma técnica de coleta de dados subjetivos, fizemos um misto de diversos tipos de entrevistas como: projetiva; com grupos focais; história de vida; aberta e semiestruturada. Escolhendo os aspectos de cada uma destas, que mais se adaptavam ao grupo e acrescentando dados ao processo, avaliando as vantagens e desvantagens, de cada uma, lembrando o método científico utilizado por Bourdieu (1999, p. 91), considerando que “a entrevista é um exercício espiritual. É olhar o outro e se colocar no lugar do outro”.

A culminância e partilha dessas entrevistas, procurou levar o sujeito a escutar opiniões diversas sobre o ato de reciclar, tendo por base textos, artigos e livros que ajudem a refletir sobre a educação, especialmente para jovens e adultos – em busca de oportunidades de inserção social - partilhando os questionamentos do poder da educação, através da mobilização interna que o fazer proporciona, a partir da produção artesanal de papel, podendo reciclar seu papel de educando e sujeito social.

Essa abordagem final, com entrevistas, associada à prática de reciclagem artesanal de papel, que também remete ao gesto de se revelar e transformar, a partir da elaboração de concepções individuais e coletivas, é o diferencial nessas oficinas, onde a Arte terapia com papel reciclado, poderá ser uma ferramenta estruturante para os estudantes com deficiência matriculados na EJA.

## OFICINAS

Para possibilitar a parte prática da pesquisa, foram utilizadas oficinas terapêuticas, que são definidas como atividades grupais realizadas geralmente em serviços que tenham como objetivos a socialização, expressão e inserção social, geralmente coordenadas por profissionais que “buscam a integração social e familiar, como facilitadores da manifestação de sentimentos ou problemas,

desenvolvimento de habilidades corporais e a realização de atividades produtivas e o exercício coletivo da cidadania” .(BRASIL-MEC 2004,p.20).

As oficinas, geralmente, não são impostas e sim oferecidas para uma participação de livre escolha. Estas são regulamentadas pela portaria nº 189 em 1991, (BRASIL, 1991) e têm a escuta como uma das principais ferramentas, através da qual para o profissional que coordena, é possível perceber o significado da experiência do sofrimento para a pessoa que fala naquele momento, naquele contexto (RAUTER, 2000).

Existem diversas modalidades de oficinas terapêuticas: oficinas expressivas, oficinas geradoras de renda e oficinas de alfabetização. As oficinas expressivas são espaços em que os usuários podem trabalhar com a expressão plástica, como no caso a produção de papel reciclado; a expressão corporal como a dança e o teatro; a expressão emocional, com poesias, contos, fotografia, músicas, etc. (RAUTER,2000). As oficinas geradoras de renda são para a criação ou para complementação financeira através da aprendizagem de alguma atividade específica, tais como: culinária, marcenaria, artesanato em geral, como a reciclagem de papel etc. (BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, as oficinas criam vínculos entre o oficineiro e os usuários, permitindo que estas pessoas, quando escutadas e acolhidas, sob um olhar atento e comprometido do profissional dirigente, compartilhem em formas de linguagem verbal ou não verbal (em falas, formas, atos), suas experiências, vivências, suas histórias pessoais, e sentimentos, podendo considerar estas oficinas como formas de promoção de autonomia e de reinserção social do sujeito (LIMA, 2004), como por exemplo as oficinas de alfabetização que abrangem os que não tiveram acesso à educação formal ou não continuaram os estudos aprenderem a escrita e a leitura e, dessa forma, (re)construírem sua cidadania e como se relacionam no mundo (PÁDUA, 2010).

As oficinas foram utilizadas depois de ter sido apresentada toda a parte teórica sobre a reciclagem artesanal e as informações sobre a profissão de papeleiro. Serviram, principalmente, para dar oportunidade de cada aluno praticar o que fora apresentado através de imagens. Colocar “a mão na massa”, literalmente, para sentir a textura da polpa, que permite a manufatura do papel, misturar à esta as cores selecionadas, sentir o perfume escolhido por cada um, gera um processo sinestésico que estimula a cognição, considerada de grande importância para a socialização do Deficiente Intelectual. (RAUTER, 2000).

Durante todo o processo de pesquisa, essa foi a fase na qual os estudantes mostraram-se mais interessados: todos ficaram excitados diante da possibilidade de produzir sua própria folha de papel,

a partir de suas escolhas de cor, perfume e textura, transformando esses momentos de prática, os mais significativos para eles.

Para criar um clima de relaxamento, geralmente, usamos música ambiental, com a escolha feita a partir do gosto musical da turma ou alguma canção que tivesse a ver com a temática, como a canção “Aquarela”, do compositor Toquinho, que fala sobre “numa folha qualquer...” ou ainda “Papel Marchet” de João Bosco, que remete ao uso artesanal o papel.

Sem cronogramas fixos, as oficinas seguiram abertas para as intervenções dos participantes, orientadas de acordo com o que surgia nos diálogos. O processo avaliativo ocorreu a partir das rodas de conversa durante as oficinas e através da verificação da qualidade do produto apresentado (o papel) com qualidade de impressão e aproveitamento, para ser apresentado ao mercado de papelaria.

**Quadro 2-** Planos das oficinas (Parte I e II)

<b>PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO</b>			
<b>Como a técnica de reciclagem artesanal de papel pode contribuir com a inclusão no mercado de trabalho o Deficiente Intelectual estudante da EJA, a partir do resgate da autoestima, num grupo de 11 estudantes da CEFAP/APAE, promovendo a inclusão social?</b>			
<b>OBJETIVO GERAL DE INVESTIGAÇÃO</b>			
<b>Compreender como a Arte Terapia e a Arte Educação através da produção artesanal de papel reciclado, contribui para a inclusão social do aluno da EJA com Deficiência Intelectual</b>			
<b>Objetivos</b>	<b>Conteúdos</b>	<b>Procedimento didático</b>	<b>Recursos utilizados</b>
Debater com os D.I. seu direito de estar no mercado de trabalho,( papeleiro) e da preservação do meio ambiente favorecendo a sua inclusão social	Lei da Inclusão do deficiente no mercado de trabalho. Lei de proteção Ambiental Artigos e livros de Arte Educação e Educação Inclusiva	Responder questões da entrevista. Rasgar os papeis escritos Produzir folhas de papel reciclado Reescrever suas ideias nos novos papeis	Papel, lápis ou caneta e papeis usados para cortar, água, liquidificador, telas de nylon em moldura de madeira, tintas, essências e varais.

**Fonte:** Produzido pela pesquisadora, em 2019.

**Quadro 3** - Cronograma de execução

PARA QUE FAZER	O QUE FAZER	PERÍODO	PROCEDIMENTOS	INSTRUMENTOS
Introduzir o estudante no mundo da reciclagem de Papel	Entrevista informal Abordagem e convite aos estudantes	1 encontro	Trocas de informações sobre: Arte, o papel da EJA	Estudo em livros e artigos da Web. Encontros pessoais.
Socializar informações sobre a profissão de papeleiro e o autoconhecimento	Oficina 1: Questionários	1 encontro	Encontros grupais, sobre os tópicos apresentados	Papéis e canetas
Mobilizar o poder criativo de cada estudante	Oficina 2: Cores, perfume e texturas	1 encontro	Colorir (tingir) perfumar e texturizar a polpa obtida	Liquidificador, balde com água. Folhas secas, tintas de tecido, essências e fixador, etc.
Ativar a resiliência, a partir da manufatura do novo papel	Oficina 4: Modelagem e secagem.	1 encontro/	Modelar, a polpa de papel, e secar no Kami (tecido não tecido-tnt)	Molduras com nylon e vazadas Kami e varais
Trabalhar o sentimento de Paciência e diminuir a expectativa.	Oficina 5: Secagem Prensagem.	1encontros/ 2 turnos	Secar, descolar, prensar e aparar as novas folhas	Prensas (manuais ou elétricas/ferro.)
Exercitar a criatividade escrita e a partilha entre os colegas	Reescrita de textos	1 encontro	O papel do estudante na sociedade.	Papel e caneta
Estimular a fala, desenvolver a expressividade	Entrevistas	1 encontro	Informações sobre o que achou da experiência, como se sente depois desse aprendizado.	Papel, caneta, gravador

**Fonte:** Produzido pela pesquisadora, em 2019.

**Quadro 4 -** Quadro da execução das oficinas

O QUE FAZER? (Tipo de ação)	PARA QUE FAZER ? (Objetivo)
<p>OFICINA 1- Responder ao questionário escrito e a entrevista, inicialmente com 05 perguntas que abordam a visão do sujeito: sobre si mesmo, sobre seu papel na família, na comunidade escolar e na sociedade em geral. Sobre seu direito de estar no mercado de trabalho</p>	<p>Incentivar o estudante a externar através da escrita e verbalização, seus processos internos, sua visão de mundo, trazendo à tona sentimentos, traumas (antigos ou recentes), seus conteúdos emocionais e também suas expectativas sobre emprego.</p>
<p>OFICINA 2- Rasgar manualmente e triturar as folhas de papel no liquidificador para produzir a polpa que será reutilizada.</p>	<p>Compreender a necessidade de desapegar-se, liberar-se do passado, “deixar ir”. Reconhecer a possibilidade de ser e fazer diferente, de estar no mundo e fazer parte produtiva deste universo.</p>
<p>OFICINA 3- Colorir e texturizar a polpa de papel produzida. Nessa oficina, como opção, essa polpa poderá ser perfumada também.</p>	<p>Despertar a criatividade, aumentar a capacidade de transformar. Reconhecer a necessidade de mudanças e de adaptabilidade.</p>
<p>OFICINA 4- Mergulhar a polpa nas bacias, formatando as folhas de papel na moldura, pendurando as páginas para secagem em tecido não tecido (conhecido por kami) numerados.</p>	<p>Desenvolver a autocrítica no processo de errar, aprender a fazer e refazer, interpretando o erro como parte do processo de aprendizagem e preparo para o trabalho em equipe.</p>
<p>OFICINA 5- Após a secagem, descolar as folhas e prensar para tornar reutilizável. Essa pr Reescrever as questões anteriormente apresentadas e outras que surgirem, com o tema.ensagem poderá ser em ferro de passar.</p>	<p>Controlar a ansiedade, desenvolvendo a resiliência, na espera da secagem. Compreender o processo e preparação de nova uma nova forma de ser e estar. Revelar as expectativas e as sensações apreendidas por parte de cada um, resgatando o potencial individual e grupal</p>

**Fonte:** Produzido pela pesquisadora, em 2019.

#### 4.4 COLETA DE DADOS

Seguindo as indicações da Pesquisa Ação, entrevistamos e pesquisamos onze (11) usuários da CEFAP e através das rodas de conversa, que antecederam as oficinas e dos diálogos acontecidos durante todos os encontros, além da entrevista semiestruturada, do questionário e informações da coordenação da APAE, colhemos dados quantitativos e qualitativos. Entre os quantitativos, destacamos os segmentos aqui discriminados por: gênero, orientação sexual, classe social, faixa etária, grau de escolaridade, experiência profissional e social e opção religiosa.

Quanto ao gênero dos participantes da pesquisa, sete (7) são do gênero feminino e quatro (4) do gênero masculino, todos declarados heterossexuais, inclusive entre eles, havia um casal de namorados. A classe social predominante dos pesquisados era classe média baixa, todos com moradia entre familiares.

A distribuição da faixa etária ocorreu assim: quatro (4) sujeitos entre 18 e 21 anos de idade; cinco (5) dos 22 aos 40 anos e apenas 2 (dois) usuários acima dos 50 anos. Sobre a escolaridade, todos os pesquisados são alfabetizados, mas a classificação destes nas séries escolares, foi assim detectada: dois (2) estudam no 6º ano; três (3), estão no 7º ano; Dois (2) frequentam o 8º ano e quatro (4) estão concluindo ou já concluíram o 9º ano do Ensino Fundamental II, tornando-se aptos para iniciar o Ensino Médio.

Quanto à experiência profissional, apenas dois (2) destes sujeitos, trabalham regularmente: um homem, numa borracharia como “lavador de pneus”, segundo seu depoimento, e uma mulher numa padaria, como auxiliar de produção. Destes sujeitos apenas dois (2), não acessam as redes sociais virtuais, através de aparelhos celulares, tablets, notebooks e computadores e mídias sociais, como Whatsapp, Facebook e Instagram, alegando “não gostar dessas modernidades”.

Sobre a religião ou crença desses sujeitos, a pesquisa revelou que: seis (6) professam a religião Católica; três (3) são Cristãos Evangélicos e dois (2) seguem culto afro-religioso (Umbanda). Vale lembrar que esses dados, foram obtidos tanto pelos profissionais da CEFAP, que disponibilizaram as fichas dos estudantes, quanto pelas conversas informais em grupo, e entrevistas individuais ocorridas durante os encontros.

## 5 RESULTADOS DA PESQUISA: RECICLAGEM, ARTE E INCLUSÃO

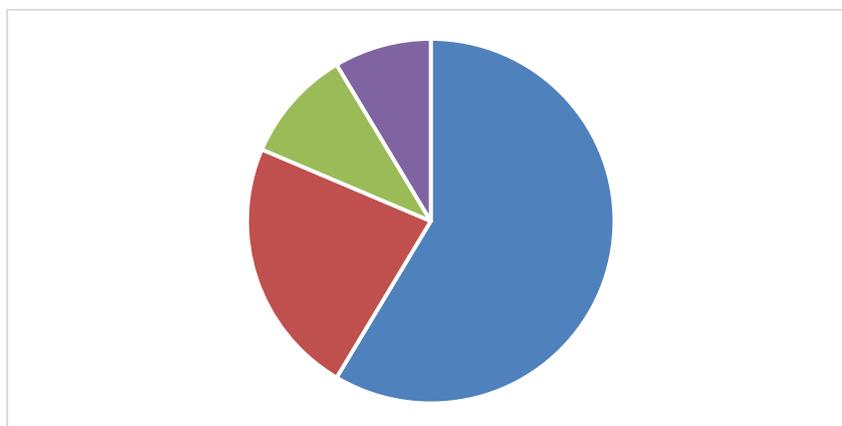
A atual pesquisa, tem por objetivo geral, compreender e responder à questão central: como a produção artesanal de papel reciclado, sob o viés da Arte Terapia e a visão da Arte Educação pode contribuir para a inclusão do Deficiente Intelectual da EJA no mercado de trabalho.

Para tanto, foram selecionados onze sujeitos adultos, matriculados na APAE, pesquisados através de entrevistas, questionários e oficinas, buscando responder essa questão principal com profunda e ampla fundamentação teórica nas diversas áreas pertinentes à pesquisa, quais sejam: Arte Educação, Arte Terapia; Educação Ambiental, Educação Especial Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos. Todas fundamentadas e interligadas para viabilizar a pesquisa revelando as possibilidades e probabilidades de que a aplicação destes postulados, é capaz de promover a inclusão dos Deficientes Intelectuais no mercado de trabalho.

Quanto aos objetivos específicos, apresentamos três, respondidos nos capítulos que seguem, a partir das pesquisas e leituras específicas de cada área envolvida, como apresentados na introdução deste trabalho, quais sejam: Aplicar a Arte terapia como instrumento potencial na socialização do estudante da EJA com Deficiência Intelectual; Descobrir, como a Arte Educação, desenvolvendo a criatividade desses sujeitos, pode auxiliá-los no aspecto cognitivo de aprendizagem; Elaborar como produto final um manual didático (cartilha ilustrada), para professores, com as atividades do plano de formação executado, buscando despertar no Deficiente Intelectual da EJA, sua capacidade de participar socialmente do processo de cuidado ambiental do Planeta, a partir da reciclagem artesanal e doméstica de papel, gerando trabalho e renda.

A oficina realizada gerou um nível de satisfação muito grande entre os sujeitos da pesquisa. Todos queriam participar, como mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 1:** Participação nas oficinas



**Fonte:** Produzido pela pesquisadora, em 2019.

## Legenda

**Azul** = Conheciam a reciclagem artesanal de papel e sentiram-se bem durante as oficinas

**Vermelho** = Interessados em ser papeleiros

**Verde** = Sentiram dificuldade em fazer as folhas recicladas

**Violeta** = Sentiram dificuldade de escrever sobre si mesmo

O gráfico revela que apesar de já conhecerem a possibilidade de reciclagem artesanal de papel, os estudantes da APAE, não sabiam que quem exerce esta atividade, profissionalmente, é chamado de papeleiro e esta profissão pode gerar renda ou inseri-lo no mercado de trabalho. Também pode-se ver nesse gráfico que, a partir do conhecimento desta profissão e possibilidade de rendimento com esta atividade profissional, despertou-se maior interesse no aprendizado da reciclagem, mesmo que alguns, tenham sentido certa dificuldade na execução do processo, seja física, na manufatura do papel ou emocional, no ato de falar sobre si mesmo, que pode desencadear o processo de autoconhecimento.

No quesito experiência de trabalho, apenas dois sujeitos responderam afirmativamente sobre já ter trabalhado ou estar trabalhando. A maioria disse que gostaria muito de trabalhar e está em busca de maior qualificação para entrar ou voltar ao mercado de trabalho.

Apenas um deles estava efetivamente trabalhando, como auxiliar de vendas, uma loja de roupas, no bairro da Calçada, enquanto o outro afirmou que há pouco tempo fora demitido de uma borracharia, onde era auxiliar desse serviço. Nota-se que o trabalho é, para esses sujeitos, mais do que uma fonte de renda, para prover suas necessidades materiais ou adquirir maior independência financeira. Trabalhar, para eles, é provar sua capacidade, afirmando sua presença na sociedade, resgatando da sua autoestima.

A partir do questionamento de como a produção artesanal de papel reciclado com o viés da Arte Terapia e da Arte Educação pode auxiliar na inclusão social e no mercado profissional, da pessoa com Deficiência Intelectual, foi utilizada a metodologia de análise interpretativa de Michel Thiollent, observando os dados coletados nos questionários inicial e final. Estes elementos foram catalogados e examinados, favorecendo a análise e embasando as perguntas contidas nos questionários e nas entrevistas informais.

O material analisado foi obtido a partir de questionários, entrevistas e rodas de conversa onde os diálogos, foram gravados e/ou anotados durante os encontros realizados na sala de arte do CEFAP/APAE, na Avenida Jequitaiá, no bairro da Calçada (Cidade Baixa), em Salvador/BA,

contando com a participação de onze (11) sujeitos com Deficiência Intelectual (DI), matriculados na EJA da escola da APAE.

**Fotografia 2:** Estudantes respondendo aos questionários da pesquisa



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2020.

Após a leitura intensa do material coletado, com as respostas antes e depois das práticas arte terapêuticas, os encontros, e as oficinas de produção de papel reciclado artesanal, observando as reações dos sujeitos à luz do aporte teórico selecionado, chegou-se aos seguintes elementos de análise: A) o mundo do trabalho e a presença do papel na/da escola, B) a conscientização de seu papel social na questão ambiental usando a criatividade individual. Estes elementos, foram analisados a partir das falas dos sujeitos, que trazem não apenas sua visão de mundo, mas corroboram com os estudos dos teóricos das áreas correlatas aqui estudadas.

No elemento Mundo do trabalho a partir da presença do papel na/da escola abordamos a busca da inclusão profissional desses sujeitos, tendo observado que todos demonstraram interesse em trabalhar, para ser capaz de obter sua própria renda, lembrando que, através do desenvolvimento e qualificação no ofício de produzir papel artesanal, esses indivíduos podem sentir-se mais capazes de exercer a profissão de papeleiro -: produtor de papel reciclado artesanalmente- podendo oferecer ao mercado consumidor objetos confeccionados com este papel ou as próprias folhas para impressão, vendidas em lojas de artesanato, papelarias e para escritórios. Pierre Bourdieu em seu livro, *A miséria do Mundo* (1999), afirma que a busca pela inclusão no mercado de trabalho é, em última instância, o resgate do ser socialmente produtivo.

Sobre a reciclagem artesanal de papel, como atividade geradora de renda e oportunidade de inclusão no mercado de trabalho, reconhecemos que quando o aproveitamento do papel é utilizado como uma das opções de cuidar do meio ambiente, seja através da reciclagem industrial, ou doméstica (artesanal) em ações individuais, pode-se admitir que, essa prática é socializante não apenas ponto de vista econômico, gerador de emprego e renda, mas também da própria transformação pessoal.

Na presente pesquisa, esta colocação se mostrou real, na atitude interessada e postura participativa dos sujeitos da APAE, em busca de aprender a reciclagem artesanal, colaborando mutuamente entre si, para que este aprendizado não ficasse restrito entre eles. Um exemplo desse argumento é a fala de um dos alunos mais empolgados, identificado como VCL, quando questionado após concluir as oficinas, qual seu objetivo com a aquisição deste saber da produção de papel artesanal, de forma simples e doméstica. Disse ele:

Eu sempre quis saber fazer papel reciclado! Agora que aprendi, vou pedir pra minha turma juntar papel na casa deles e trazer pra mim, que depois eu ensino como é que faz! Vou virar papeleiro e professor! (risos)<sup>1</sup>

**Fotografia 3:** Estudantes preparando a polpa de papel para reciclagem, colocando cor e textura



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

---

<sup>1</sup> A transcrição dos diálogos é fidedigna, preservando na escrita a fala dos participantes

O posicionamento deste e de outros participantes da pesquisa, só vem corroborar com a ideia de que a reciclagem artesanal de papel, além da natural vertente ambientalista, pode ser um instrumento socializante, na medida em que agrupa pessoas em torno de um mesmo objetivo: reaproveitar o papel, dando um novo destino a esse material, antes destinado ao descarte, favorecendo a inclusão social, quando produzido por alunos ou profissionais com deficiência, confirmando que todo sujeito é capaz de intervir, nesse caso positivamente, no meio onde está inserido.

Podemos destacar ainda que, um dos objetivos que a Arte terapia propõe, é desenvolver o sujeito no aspecto psicoemocional e, na atual pesquisa, respaldando a participação dos estudantes da APAE foi utilizado, com o aval de cada participante, todos adultos e responsáveis por si mesmo, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. (Apêndice 2).

Como afirmam vários estudiosos da Educação Inclusiva, em sala de aula, os alunos da EJA de modo especial os deficientes intelectuais, devem ser estimulados a buscar aprender e a participar das atividades propostas. Alguns podem se desenvolver melhor na sala de recursos multifuncionais (SRM), outros necessitam de atendimento educacional especializado (AEE), sendo direcionados por questões de comunicação e adequação curricular, o mais importante é permitir que seja trabalhada a evolução motora e cognitiva em cada um.

Para que esses avanços aconteçam, é fundamental a atuação da gestão escolar na esfera familiar, criando uma intervenção em rede junto às áreas de Saúde (incluindo Terapias), Educação e Assistência Social. O acolhimento durante as aulas, mostra-se fundamental, principalmente quando o objetivo é preparar o indivíduo para ser inserido no mercado de trabalho, onde será necessário desenvolver maior capacidade de socialização.

**Fotografia 4:** Formatando as folhas de papel: socialização de materiais



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

No elemento Conscientização de seu papel social na questão ambiental usando a criatividade individual, podemos notar que despertando a consciência ambiental, através do desenvolvimento da criatividade, observa-se que, entre os estudantes da EJA na APAE, houve muito interesse em ser um “defensor, um cuidador do meio ambiente, ressaltando a necessidade cidadã de cuidar do espaço que ocupa, desde sua residência, individualmente, até no meio onde faz trocas sociais, como bem nos lembra Lourdes Cedran, em sua Cartilha do Papel Artesanal (1997): “o meio ambiente é a casa da gente e, enquanto o ser humano não souber assumir sua responsabilidade e compromisso com o meio onde vive, seremos sempre reféns dessa falta de estrutura ambiental que ainda maltrata todo o Planeta”

Então, a técnica proposta: reciclagem artesanal de papel, está compatível com os sujeitos deficientes intelectuais pois, apesar dessa condição, eles estão capacitados intelectualmente para compreender seu papel no mundo, elaborar, escrever e reelaborar suas questões internas, respondendo às entrevistas, escrevendo suas ideias, e também para produzir o papel artesanal, usando sua criatividade e inventividade

Nesta perspectiva a análise teve como base os pressupostos da abordagem triangular, teoria apresentada pela Arte Educadora Ana Mae Barbosa (2007), em seu livro “Tópicos Utópicos” sendo observado que, durante as oficinas os sujeitos desenvolveram bastante seu potencial criativo, escolhendo cores e texturas e perfume na confecção das folhas de papel, produzindo algo diferenciado a partir do exercício da criatividade que, como defende a Arte Terapeuta Celeste Carneiro (2004), afirmando que qualquer atividade artística reequilibra as frequências cerebrais e a psique humana, provocando bem-estar emocional e psicofísico, benefício fundamental, especialmente para os Deficientes Intelectuais que, frequentemente, reclamam da dificuldade de integração social, mas que encontraram na reciclagem artesanal de papel um meio de renda através do qual não será exigido dele maior contato pessoal, podendo distribuir seu produto em lojas de artesanato e papelarias, sem precisar estar em contato direto com o público

#### 5.1 ARTE TERAPIA COM PAPEL RECICLADO: O OFÍCIO DE PAPELEIRO, DO MUNDO DO TRABALHO, NA /PARA A ESCOLA

Enquanto produzia mais uma folha de papel reciclado, o estudante LV disse: Ainda não tenho trabalho, mas quero muito trabalhar, e vou conseguir sendo papeleiro. Essa foi sem dúvida a frase mais presente e significativa dos comentários informais e nos questionários, em resposta à pergunta sobre as perspectivas futuras desses estudantes da APAE, participantes da atual pesquisa, que

promoveu oficinas artesanais de papel reciclado, associando à arte uma possibilidade de trabalho e renda buscando ainda despertar a consciência de si mesmo, do seu papel social e da necessidade de autonomia do Deficiente Intelectual da EJA.

**Fotografia 5:** Formatação da nova folha de papel, entre as molduras.



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

No presente estudo, a partir de teóricos da EJA entre eles: Antônio Amorim, Tânia Dantas; da Educação Especial na EJA, Windys Ferreira; da Educação Inclusiva, Débora Diniz e Terezinha Miranda; e da Arte Terapia: C.G.Jung e Dra. Nise da Silveira, foi criado um questionário com itens que possibilitaram aos sujeitos a expressão sobre si mesmo, seu papel na família, na escola, no mundo profissional e no meio social.

Refletindo sobre a EJA e a reciclagem inclusiva-podemos perceber através dessa pesquisa que, o Deficiente Intelectual, como qualquer cidadão, vive num processo contínuo de desenvolvimento e quando encontra estímulos que ampliem sua capacidade criativa, produzem respostas cognitivas mais positivas, apresentando-se como indivíduos socialmente engajados, transformadores do meio onde habitam.

A EJA é uma das ferramentas estimuladoras dessa categoria de indivíduos: adultos com Deficiência Intelectual que, além de viverem na condição de baixa capacidade cognitiva, vêm associada à esta, a defasagem idade/série, provocando atraso na escolaridade, que define a necessidade de ter um acompanhamento escolar específico, que possa conduzi-lo por caminhos mais seguros de aprendizado e despertar do conhecimento latente em todos nós, manifestado nas

habilidades e competências que podem ser desenvolvidas ao longo das experiências de cada indivíduo.

**Fotografia 6:** jovens e adultos da APAE numa roda de conversa sobre reciclagem de papel



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

Quando um jovem adulto encontra, para além do círculo familiar, ou seja, no círculo escolar, o apoio necessário para seu desenvolvimento cognitivo, apesar da defasagem serial e da baixa capacidade de fixar o que está sendo ensinado, torna-se perceptível uma significativa melhora na socialização e ampliação das possibilidades de inserção no mercado de trabalho, a partir da aquisição de conhecimentos que tornem este cidadão um ser produtivo, na perspectiva de despertar/ampliar/criar novas possibilidades (conhecimentos) que elevam a melhoria da qualidade de vida.

O desafio da inclusão no mercado de trabalho, é semelhante à batalha pela inclusão escolar, onde vivemos numa sociedade que não está preparada para acolher o Deficiente Intelectual, como uma pessoa capaz de se adaptar e produzir socialmente, assim como a maioria das escolas e dos profissionais da educação, ainda não estão capacitados para atender as especificidades dos estudantes com deficiência, algo complexo e que exige muito interesse e empenho, como lemos em Araújo e Conceição (2018) que a escola especializada é um espaço onde o professor reflexivo e comprometido pode intervir positivamente na formação desses estudantes.

O trabalho aqui apresentado, propõe que este profissional, que vai atuar como facilitador ao aprendizado da reciclagem artesanal de papel, busque também o autoconhecimento, a partir das

possibilidades de expansão de consciência que a arte terapia traz e do impulso à criatividade que a arte educação promove.

Reconhece-se que este processo torna-se mais plausível quando contamos com o apoio de escolas com recursos destinados a aplicação de projetos educacionais, que visem a inclusão dos estudantes, e os recursos apresentados, estão disponíveis e atualizados, de acordo com o público que irá se utilizar desse material, como encontramos na Sala de Artes do CEFAP/APAE: desde liquidificador industrial, para bater as polpas de papel, até varais para secagem das folhas produzidas.

Poder contar também com profissionais da área da saúde como psicólogos e assistentes sociais, ajuda a compreender as demandas dos sujeitos com deficiência, que matriculados na EJA, buscam através da educação, a inclusão no mercado de trabalho.

Nesse aspecto, nota-se a importância de salas de recursos multifuncionais, não apenas em escolas especializadas, mas também nas escolas inclusivas, onde os estudantes com deficiência ou não, possam ter acesso a práticas e oficinas que possibilitam o aprendizado através do “fazer”, transformando teoria em prática, mostrando como as salas de recursos multifuncionais contribuem para o fortalecimento da inclusão.

**Fotografia 07:** Manufatura das folhas a partir das polpas de papel tingidas



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

Dar visibilidade ao deficiente intelectual, mostrando-o à sociedade como alguém capaz e produtivo é uma das premissas do presente estudo, que defende a existência e valorização de um sujeito resiliente com condição de conhecer suas potencialidades e vencer suas limitações, contando

com escolas e profissionais que entendam, defendam e atuem dentro das normas e leis inclusivas, preparando esses sujeitos, não apenas para inserção do mercado de trabalho, mas também para a convivência social, para a vida.

Sobre o papel que a escola exerce em suas vidas, 80% dos sujeitos pesquisados, afirmaram que o CEFAP é um lugar especial onde têm muito o que aprender, e destacam que estão ali matriculados com o objetivo de se qualificar profissionalmente e conseguir um emprego, se inserir no mundo do trabalho, que alguns chamam de meio de sobrevivência, como afirmou AJ:

Eu acredito que a reciclagem pode me dar dinheiro, vendendo as coisas que estou aprendendo a fazer aqui.

A proposta de trabalhar com papel reciclado com deficientes intelectual além da abordagem terapêutica, envolve o papel educacional que se torna relevante à medida em que propõe também a inclusão no mercado de trabalho, e/ou desenvolver a capacidade de criar produtos que possam gerar renda.

Enquanto sujeitos com deficiência e estudantes da EJA, estas pessoas, ao participarem de grupos com o viés inclusivo podem, a partir desse processo, descobrir novas possibilidades, como no caso um novo ofício – o de papeleiro- ou uma nova profissão - empreendedor ambiental- levando adiante uma proposta que favoreça sua atuação social, através da inclusão no mercado de trabalho, e que também possa ampliar sua visão de mundo, para além das suas limitações e deficiências, revelando que a capacitação profissional e a inserção social de cada indivíduo está intrinsecamente ligada ao autoconhecimento na gestão de suas emoções e ao estímulo do aprendizado, que o prazer de mais conhecer vibra latente em cada um de nós. .

## 5.2 RECICLANDO PAPÉIS SOCIAIS: CRIATIVIDADE, CONSCIÊNCIA DE SI, E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Este estudo destacou a importância das práticas artísticas para a educação e socialização, que ampliam a capacidade cognitiva e o desenvolvimento da criatividade, área da capacidade humana que tem sido estudada e constatada cientificamente ao longo do tempo.

Usar a arte como recurso terapêutico e socializante, tem contribuído não apenas para o processo educativo, como também para a inclusão no ambiente escolar, familiar e social, visto que o indivíduo que consegue se expressar artisticamente, ganha autoconfiança e reconhecimento da

sociedade como um ser criativo e produtivo, algo necessário para todos, e de modo especial, para o Deficiente Intelectual que, por não apresentar características físicas que revelem a condição de déficit cognitivo, muitas vezes é confundido com doente mental.

Quando o sujeito consegue expressar suas questões internas através da arte, e essa expressão está pautada no aproveitamento e reciclagem de materiais, revela um potencial cuidado com o meio ambiente, ganhando maior destaque no viés social, porque revela preocupação consigo mesmo e com a comunidade, através da sua arte, e pode colocar à disposição da coletividade, sua capacidade criativa. Sobre o poder do desenvolvimento da criatividade, a expectativa dos alunos, em torno do aprendizado está fortemente presente, como afirmou VCL:

[...]quero aprender a reciclar papel e com minha imaginação, fazer coisas novas, criar. Eu gosto muito de criar. Desenhar. Imaginar.

Deixando explícita que, para ele, exercer a criatividade é mais importante do que ganhar dinheiro. Nesse aspecto podemos aplicar o olhar terapêutico da psiquiatra Dra. Nise da Silveira que, nas décadas de 30/40, aplicava aos doentes mentais do Hospital Geral do Rio (RJ), as técnicas da arte terapia, conseguindo acalmá-los de tal forma que, aos poucos, foram sendo liberados do uso de medicamentos fortes e de tratamentos invasivos, contendo surtos psicóticos através do acompanhamento com a arte terapia, levando-a a provar e afirmar categoricamente: “criar é um gesto curativo”.

Quanto à educação ambiental, esta tem o poder de tornar consciente em cada cidadão, o dever de cuidar do Planeta, como sua própria casa, isto é, preservando e agindo como sujeito responsável pelo bom andamento e cumprimento das leis que regem o meio ambiente e a sociedade em geral, tornando-se um multiplicador de atitudes socioambientais que promovam maior bem estar para todos.

Ao serem perguntados sobre seu papel na preservação do meio ambiente, depois de saberem a importância da preservação ambiental todos se sentiram mais determinados a ter maior cuidado com meio onde vivem.

Seguindo a lógica dos três R: redução, reutilização e reciclagem, temos que a redução e a reutilização, possam ser praticadas por qualquer indivíduo, sendo que essa última, a reciclagem, está diretamente ligada aos processos de reciclagem industrial ou numa ação prática através, do artesanato, podendo ser incentivadas por meio de ações educativas que visem a atitudes de consumo mais consciente por parte da população, como afirmam os entusiastas da Educação Ambiental.

Dentro dessa perspectiva de conscientização popular , os programas de Educação Ambiental, traduzem a necessidade de fomentar a reciclagem , e sendo o papel o produto mais fácil e barato de ser reciclado artesanalmente, e de se prever maior estímulo na produção e manufatura dessa atividade artesanal que, além de rendosa economicamente, pode promover a inclusão social , quando exercida por pessoas com deficiência, em busca de qualificação profissional, como papeleiro, desempenhando a função de agente de proteção do meio ambiente, como defende Pnuma (2017), em sua proposta de reciclagem e monitoram neto ambiental, ao observar que a globalização e as pressões sobre nossos recursos naturais significam que escolhas individuais podem ter consequências globais.

Os sujeitos pesquisados revelaram um certo grau de conhecimento sobre as questões ambientais, da necessidade de cuidar do Planeta: “não poluindo as ruas jogando o lixo no lugar certo, sem sujar as praias”, como afirmou AMP. Para todos eles, a reciclagem é uma forma de preservar as árvores e também colaborar com a limpeza da cidade, disse VL. A consciência de ser uma pessoa que cuida do meio onde vive, foi defendida por todos, reforçando seu papel social.

**Fotografia 8:** Resgate da autoestima ,mostrando sua 1ª folha de papel reciclado



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

No processo da Arte Educação desse projeto, a maioria dos participantes, se mostrou curiosa para o aprendizado seja em grupo ou individualmente. Antes das referidas oficinas práticas, durante as rodas de conversa, falavam sobre suas expectativas e curiosidades do processo de reciclagem artesanal, como citou VCP:

Eu só quero ver como um papel vai ser batido no liquidificador e com folhas e tal...mas depois de ser colorido, vai ficar lisinho pra escrever???

Esta curiosidade só foi satisfeita após todo o processo, quando as folhas produzidas depois de secas, foram prensadas (algumas com ferro doméstico, outras na prensa mecânica para gravura), adquirindo uma textura lisa, que possibilitava tanto a escrita manual quanto a impressão em impressora comum (não industrial), o que despertou nos sujeitos a satisfação das expectativas iniciais, mostrando variadas possibilidades de uso das folhas por eles produzidas.

No presente estudo podemos ainda observar que, aprender a reciclar papel de forma artesanal, liberando a criatividade e expressividade na produção de novas folhas, totalmente diferenciadas daquelas que seriam lixo, caso não passassem por essa intervenção de reciclagem artística, tende a desenvolver no sujeito, seja este Deficiente Intelectual ou não, um novo olhar para suas habilidades e competências, que estão latentes em cada indivíduo e, quando expressas de forma criativa, criam novas oportunidades de crescimento pessoal e social. Esse novo olhar sobre suas capacidades, pode ser observado na fala de uma das participantes da pesquisa, AML que disse:

Ah, pró, eu tava achando muito chato ficar só conversando! Eu gosto mesmo é de fazer coisas, meter a mão na massa! Ficar só falando é muito sem graça!

Ela ,geralmente, costumava chegar atrasada na sala, durante os encontros de rodas de conversa, onde, na maior parte do tempo, permanecia em silêncio, revelando muito pouco de si mesma, com baixa interação entre os colegas mas, a partir das primeiras oficinas de produção, mudou seu comportamento, passando a chegar cedo , interagindo e conversando bastante, conseguindo produzir muitas folhas e fazendo questão de mostrar essa produtividade, como forma de revelar sua capacidade criativa, ampliando sua expressividade.

Sobre a Arte Terapia, que está intimamente relacionada com a Arte Educação, através do aspecto cognitivo que une essas vertentes da arte, envolvendo aspectos mentais e psicológicos dos sujeitos: a Arte Educação visando o aprendizado e desenvolvimento cognitivo, tendo a Arte Terapia, foco no equilíbrio do campo psicoemocional. Em ambas a capacidade criativa e a expressividade através desta, está intimamente ligada às habilidades latentes ou explícitas de cada ser humano.

### 5.3 IMPACTOS SOCIOPEDAGÓGICOS EFETIVADOS (VISÃO DOS PARTICIPANTES E DA PESQUISADORA)

Durante as oficinas os alunos demonstraram bastante interesse e pro atividade, entretanto, foi no processo de formatar e reescrever as consignas/respostas e reflexões nas novas folhas recicladas que eles revelaram maior alegria, por verem concretizado, materializado algo construído a partir do próprio esforço e aprendizado, usando a criatividade como instrumento de bem-estar e a produtividade como fonte de trabalho e possibilidade de renda. Numa das oficinas, por exemplo, AA comentou: “Que coisa linda que eu fiz, viu como sou sabida!”. Vou fazer cartões e ganhar dinheiro com isso!”. Essa perspectiva de produtividade, resgatou a autoestima desmitificando a ideia de que ser deficiente é indicativo de improdutividade inércia, acomodação ou falta de criatividade.

**Fotografia 9:** Estudante e sua polpa produzida para reciclagem de papel



**Fonte:** arquivo da pesquisadora, 2019.

Como enfatiza Vygotsky: “não é por acaso que, desde a Antiguidade, a arte tem sido considerada como um meio e um recurso da educação”. Destaca-se ainda que este ensino artístico, voltado para educação, pode utilizar diferentes linguagens, dentre estas, apresentamos a reciclagem artesanal de papel. (VYGOSTKY, 2011, p. 64)

Desta forma a abordagem terapêutica teve também como objetivo orientar os usuários acerca do caráter ecológico e o impacto da reciclagem para a qualidade de vida e saúde do meio onde vive, levando informações que estimulem a tomada de consciência, e ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos para que possam participar, ativa e positivamente na sociedade.

A importância do cuidado emocional, que arte terapia propõe, tem por base o despertar das potencialidades, para além das limitações que a deficiência traz. Nessa perspectiva, a fala de um participante adulto, VP (45 anos), revela a visão que tem o estudante da EJA, em busca de inclusão no mercado de trabalho:

Eu já trabalhei muito, mas só fazendo coisa que não gostava...Agora tô gostando de reciclar papel, acho que se eu aprender direitinho como fazer, posso ganhar dinheiro com isso em tornar capaz de gerar renda pra minha família!

**Fotografia 10:** Orientando a formatação de polpas para produção de novas folhas



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

Assim, podemos perceber nesse atual estudo, que a aplicação de oficinas produção de papel reciclado foi usada não apenas para a confecção de um produto, ou para ensinar a fazer reciclagem, mas também busca perceber como tal procedimento afetou o aspecto cognitivo e emocional dos participantes, estudantes da EJA, na APAE, observando, como afirma Ciornai (2000) que o ato de rasgar e triturar o papel a ser reciclado, já funciona terapêuticamente, por envolver a catarse pessoal de livrar-se de algo incômodo, o que pode servir como canal de autoconhecimento e proporcionar bem estar, a partir da produção de papel reciclado, aplicada e observada em seu viés terapêutico

As oficinas ocorreram em cinco encontros com duração média de 130 minutos (cerca de 1 hora e meia) onde o processo de manufatura das folhas de papel reciclado cumpriu em suas distintas fases: rasgar e triturar os papéis “velhos” produzindo as polpas; tingir e texturizar essas polpas; dar

forma às polpas em telas de nylon fino, criando novas folhas de papel com texturas e perfume escolhidos pelos participantes; responder a pesquisa usando as novas folhas de papel produzidas por cada um.

Os dados colhidos através dos questionários, foram acrescidos de informações, obtidas através das conversas e trocas de dados que ocorrem naturalmente durante as oficinas, notadamente porque os alunos com D.I. se expressavam bastante, interagindo positivamente entre si, estimulando a criatividade dos colegas, elogiando as escolhas, e auxiliando nas dificuldades. Apenas alguns poucos (os dois mais jovens) agiram com certa competitividade, tentando mostrar maior capacidade no manuseio dos materiais. De uma maneira geral, houve muita interação e estímulo interpessoal, provocando maior interesse na aquisição de conhecimentos pra exercer o ofício de papeleiro, interesse também demonstrado na reescrita das questões apresentadas.

Observou-se que as cores e essências escolhidas, revelaram características da personalidade dos participantes. Por exemplo, os mais extrovertidos escolheram cores mais vibrantes e essências excitantes como o vermelho, amarelo e laranja e o cheiro de patchuli, enquanto os mais introvertidos optaram por cores mais suaves, como o azul, o verde e as essências de alfazema ou lavanda.

Ficou perceptível, durante as oficinas que, entre estes Deficientes Intelectuais, é bem abaixo da média o grau de competitividade. Eles demonstraram alto grau de cooperação, reação que pode ser atribuída à necessidade de integração e interação social que os caracteriza, em oposição aos autistas que, de uma maneira geral, buscam isolar-se socialmente, os DI querem ser aceitos e buscam interagir compartilhando experiências.

Seja nas rodas de conversas, na escrita das entrevistas coletivas ou na produção das polpas e folhas de papel, eles opinavam nas respostas dos colegas, na colocação das folhas para bater no liquidificador, na formatação das massas nas molduras, enfim, auxiliavam-se mutuamente durante em todos os encontros, muitas vezes elogiando e estimulando os colegas quando estes demonstravam alguma dificuldade

Nesse clima de harmonia e descontração os sujeitos revelaram-se bastante interativos, ao serem questionados sobre a possibilidade de se tornarem papeleiros, apenas dois participantes disseram não ter interesse em trabalhar com essa produção, para algum estabelecimento comercial, mas sim buscavam apreender para si mesmo, como forma de hobby ou produção de caráter autônomo. Numa dessas conversas, VL disse: “não quero mais essa coisa de sempre ficar pedindo grana pra minha mãe. Quando eu for papeleiro vou ter meu próprio dinheiro”!

**Fotografia 11:** Jovem produzindo polpa para produção de papel reciclado



**Fonte:** arquivo da pesquisadora, 2019.

Essa busca de independência financeira, para o jovem ou adulto com Deficiência Intelectual, geralmente é fruto da cobrança social e do isolamento familiar onde, algumas vezes, são vistos como incapazes, por suas limitações cognitivas, ou físicas, como: dificuldade de fixar conhecimento o tremor das mãos.

Outras respostas significativas surgiram quando foram abordados sobre o conhecimento que possuíam sobre a origem do papel e como ocorre o processo da reciclagem industrial e artesanal. A maioria sabia que matéria prima do papel é a madeira (as árvores, como disseram), mas desconheciam o processo de industrialização dessa madeira até se transformar no objeto (papel) que eles estavam usando, o que posteriormente foi mostrado em vídeo específico do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=rFqpkisScM> como é fabricado o papel.

Ainda sobre a reciclagem industrial, poucos conheciam o processo em sua complexidade que envolve: conscientização da sociedade na seleção correta dos papeis e papelões usados; coleta em grande, média e pequena escala; insumos econômicos aplicados na coleta e produção de novas folhas de papel e devolução destas folhas recicladas, ao mercado consumidor.

Antes das oficinas, todos disseram desconhecer a profissão de papeleiro. Embora já conhecessem a técnica de reciclagem artesanal de papel, não sabiam que há possibilidade de profissionalização desse ofício, podendo realizar contrato com papelarias e lojas de artesanato, para fornecimento de folhas de papel reciclado, com qualidade de impressão, ou produtos e objetos confeccionados ou decorados com esse papel, tais como: cartões, caixas, cadernos, agendas, luminárias, etc.

Durante os encontros, especialmente aqueles dirigidos à escrita das perguntas, abordando suas expectativas profissionais e pessoais, ocorreu a partilha de experiências vividas, com bastante interatividade entre todos. Surgiram, inclusive, aconselhamentos, como quando LCL revelou que, ao escrever algo errado num papel, não se contentava em simplesmente, apagar o erro, mas arrancava a página do caderno ou descartava a folha no lixo. Mas agora, ao tomar conhecimento do custo ambiental que esse gesto provoca, não faria mais isso, ao que AJ aconselhou: “é melhor apagar mesmo, mas se tiver muitos erros, dá pra arrancar a folha e reciclar depois”! Ou seja, o grupo já começou a observar e desenvolver um sentido maior na necessidade de reciclagem e reaproveitamento o papel.

**Fotografia 12:** Jovem observando a polpa batida no liquidificador para produzir papel



**Fonte:** arquivo da pesquisadora, 2019.

A atual pesquisa revelou que o jovem da EJA com D.I., tem variados graus de percepção: uns são mais atentos às mudanças e dispostos a acompanhar as propostas de transformação, em outras

palavras, mais aptos ao aprendizado, entretanto todos foram bastante colaborativos e concentrados no processo de aprendizagem.

Apenas dois (2) do grupo de onze (11) participantes, demonstraram certa apatia numas das oficinas de produção das folhas, estes também não escolheram texturas para “enfeitar” as páginas recicladas, optaram apenas por cor e perfume. Talvez pela timidez, se colocaram arredios ao processo e não quiseram arriscar mudanças, que é a simbologia que a textura diferente revela: a possibilidade da transformação.

Apesar desse episódio particular, intrínseco à natureza ou estado de humor variável de cada pessoa, o grupo foi unânime ao afirmar que, ver o papel que antes era lixo ser transformado em algo útil, é gratificante e prazeroso como afirmou VP: “eu achei massa poder pegar um troço que tava pra jogar fora e transformar num bloco de anotações, pra poder usar de novo”!

Essa satisfação de sentir-se coadjuvante no cuidado com a natureza e protagonista da própria história, foi uma fala constante entre os participantes do grupo, sugerindo inclusive a possibilidade de ensinar aos seus familiares, parente e vizinhos, assumindo o papel de multiplicadores da reciclagem, sendo essa uma das propostas da pesquisa: saber como a reciclagem artesanal de papel poderia intervir, positivamente na inclusão do Deficiente Intelectual no mundo do trabalho.

As oficinas de produção que ocorreram em cinco dias. Nos três encontros para escrita e as rodas de conversa, com leituras de textos sobre a reciclagem, criou-se um vínculo saudável entre os participantes, preparando os sujeitos para a produção artesanal de papel, com o viés terapêutico, abrindo o caminho para o autoconhecimento, através de uma catarse de sentimentos e emoções, ao rasgar os papéis, preservando os originais, triturando as cópias que produziram a polpa que seria transformada: tingida, perfumada e texturizar para formar novas folhas.

**Fotografia 13:** Sujeitos rasgando papéis para posterior reciclagem



**Fonte:** arquivo da pesquisadora, 2019.

Durante o processo de rasgar os papéis, foi solicitado aos estudantes, que cada um pensasse (mentalizasse) em algo que eles gostariam de tirar do seu caminho do que desejasse libertar. Ali foram registradas conversas sobre sentimentos ou “coisas” das quais os estudantes queriam se libertar, situações sobre as quais eles falaram durante as oficinas e posteriormente listaram, tais como: gente falsa, a falta de carinho, o preconceito, a impaciência, o medo, o complexo de inferioridade, a dependência financeira, a falta de trabalho, entre outras questões mais pessoais.

Nesse processo, os comentários foram bastante pertinentes, revelando o desejo que eles possuem em se tornarem pessoas autônomas e mais independentes financeiramente, como escreveu RR:

[...] pra mim, aprender a fazer papel reciclado representa uma oportunidade de ser útil, ser alguém na vida. Eu já trabalhei na fábrica de biscoitos Fortaleza, mas agora tô correndo atrás de algo melhor.

**Fotografia 14:** estudantes confeccionando cartões com o papel reciclado produzido por eles



**Fonte:** arquivo da pesquisadora, 2019.

Observou-se nesta pesquisa que, para o Deficiente Intelectual, o trabalho é mais do que ganhar dinheiro é provar a caridade de criar, produzir, fazer. Por não apresentar características físicas, a deficiência intelectual muitas vezes é confundida com preguiça, ignorância, má vontade, quando na verdade são as limitações cognitivas que os impedem de avançar no aprendizado e na permanência nos empregos onde são admitidos.

Ao reescrever nas novas folhas produzidas as mesmas consignas, após processo de produção e formação das folhas do papel reciclado, as respostas foram praticamente as mesmas, em relação à

escola e ao cuidado com o meio ambiente. Porém, nos quesitos sobre trabalho, eles se mostraram mais entusiasmados com a possibilidade de ganhar dinheiro com a profissão de papeleiro.

Quanto à ansiedade, ficou explícita que esta diminuiu, consideravelmente, à medida que o processo se desenrolou: rasgar, tingir (colorir), texturizar e formatar as novas folhas, gerou em cada um sentimento de que é possível transformar algo que não era mais útil, em algo aproveitável, como escreveu VP: “[...]o que era lixo virou um luxo só! Olhando pra esse papel novo, quem diz que isso aqui já foi usado, jogado fora no lixo, e agora é lindo assim!?”

**Fotografia 15:** Folhas de papel reciclado coloridas, secando no varal



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

Percebeu-se também que entre eles não houve competitividade ao produzir as folhas, houve muita colaboração uns com os outros, ajudando a abrir os frascos de anilina para colorir a polpa, a colocar a polpa na bacia, a formatar na moldura, ou seja, em todas as etapas da feitura do papel, houve uma ajuda mútua e ao chegar ao momento da partilha de ideias, ficou mais fácil, escutar o outro a se expressar, pois já havia se instalado entre eles a empatia, uma das características de todos os grupos onde o processo de reciclagem artesanal, remete à reciclagem comportamental, de enxergar o outro.

Como exemplo dessa observação, temos a fala de VL quando estava produzindo uma de suas folhas na cor verde com essência de lavanda:

Agora vou tirar com uma polpa bem fina, pra imprimir uma folha pra escrever uma carta pra minha madrinha (...). Depois vou tirar uma bem grossa pra forrar a caixa do perfume que vou dar pra ela! Vai ficar bonito combinar assim, né pró?

Apesar do pouco tempo de contato com o processo de produção de papel reciclado, a partir da trituração das polpas, o gesto de fazer várias folhas, repetidas vezes, de forma lúdica e prazerosa, já trouxe a percepção de poderia escolher qual tipo de gramatura ideal, mais fina ou mais espessa, para a confecção do objeto final, a partir dessa capacidade produtiva.

Nessa fase de separação das folhas produzidas, chamou a atenção os depoimentos de alguns sujeitos que, a princípio, se sentiam incapazes e ao receberem as folhas produzidas por eles, já prensadas, tiveram um outro olhar sobre si mesmo, como afirmou RR: “Agora sim, vou mostrar à painho que posso fazer uma coisa diferente, posso trabalhar como papeleiro!”

**Fotografia 16:** Jovem estendendo no varal folha de papel reciclado produzida por ele



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

Outro ganho emocional foi percebido diante da perspectiva dos estudantes sob o viés ecológico, vendo despertar neles a capacidade de cuidar da natureza, de se sentir ativo nos cuidados com o meio ambiente, como registrou VP, na prática da última oficina: “[...]olha aí como a gente pode fazer coisa bonita e útil, sem agredir a natureza! E se dirigindo à mim perguntou: “Isso é ser ecológico, né professora?”

Essas declarações eram sempre apoiadas pelos demais, como se esses sujeitos, falantes e mais desinibidos, fossem porta-vozes do grupo, manifestando o resultado positivo da experiência e a

expectativa geral de se tornarem profissionais da reciclagem de papel (papeleiros), com possível inclusão no mercado de trabalho, onde o cuidado ambiental também se destaca como uma das questões que o grupo elegeu da maior relevância, tanto no questionário inicial, quanto no final.

As respostas no questionário final, revelaram que, o exercício da criatividade, estimulando a atividade cerebral, trouxe ganhos no aspecto sócio emocional, onde os estudantes apresentaram ideias renovadas confeccionando cartões criativos e observando também o aspecto social da reciclagem, concordando que, cada indivíduo tem papel fundamental na preservação do meio ambiente, quando exerce este papel com consciência, e reflexão, o que interfere inclusive no campo emocional provocando maior capacidade de interagir socialmente e integrar-se no ambiente do trabalho e da produtividade.

**Fotografia 17:** Jovens formatando polpa para produzir nova folha de papel



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

De maneira geral, as respostas obtidas nos questionários, revelaram que a escola é um espaço onde eles se sentem bem, socializam conhecimento e fortalecem o afeto, inclusive, entre eles há um casal de namorados. Segundo esses sujeitos pesquisados, a escola é uma extensão do lar, onde a família têm acesso livre, sendo para eles um local de encontro e trocas. Afirmaram que gostam do espaço escolar porque ali não se sentem rejeitados, nem sofrem preconceito, pois estão acolhidos entre iguais.

A resposta sobre o aprendizado adquirido foi bastante variável, pois segundo os estudantes da EJA da APAE, o currículo diferenciado proporciona oportunidade de conhecer e aprender com diversidade. Por ser uma instituição voltada para o apoio profissional, além das disciplinas do

currículo básico, eles aprendem: informática; noções de padaria; marcenaria; confeitaria, etc. Cada estudante escolhe, os cursos profissionalizantes, a partir de suas habilidades, e preferências pessoais,

Na última pergunta desse questionário, notou-se que havia entre os pesquisados, muita expectativa para aprender a reciclagem de papel, como forma de ampliar a possibilidade de adquirir emprego e renda. A perspectiva de todos era aprender um novo ofício que pudesse favorecer sua entrada no mercado de trabalho.

Nas respostas do mesmo questionário, depois da execução das oficinas, observou-se poucas mudanças, exceto nas duas últimas questões, onde os sujeitos, após terem passado pela experiência de aprender a fazer folhas de papel reciclado artesanalmente, mostraram-se mais seguros com suas habilidades e confiantes diante da possibilidade de trabalhar no ofício de papeleiro.

**Fotografia 18:** Alunos respondendo ao questionário final, nas folhas de papel que produziram



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar, a partir da análise das abordagens realizadas, que os objetivos da pesquisa, foram satisfatoriamente alcançados, observando a validação prática das premissas apresentadas de pelos autores de cada descritor presente nesse trabalho, quais sejam: Arte Educação, Arte Terapia, EJA para o Deficiente Intelectual e a Reciclagem como instrumento de inclusão no mercado de trabalho.

No presente estudo, escolheu-se a produção de papel artenasal de papel, exatamente para através dos movimentos externos da reciclagem , mobilizar o sujeito internamente, estimulando assim o processo de autoconhecimento, através da manufatura de algo renovado, a partir do que seria descartado, situação que remete à exclusão social, vivenciada pelos deficientes intelectuais, em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho, respondendo aos objetivos gerais e específicos da pesquisa, embasando essas respostas em aportes teóricos profundos e abrangentes, em cada área correlata, com autores que oferecem em suas proposições, dados e material de análise, a partir de estudos e experiências. pessoais.

Estimular as habilidades artísticas tem sido uma das funções do ensino da Arte nas escolas regulares. Para as escolas especiais, que lidam com pessoas com deficiência, esse estímulo passa a exercer maior importância, pois permite o desenvolvimento e o resgate da autoestima e possibilita a inclusão do indivíduo na sociedade. Quando estes sujeitos são estudantes da EJA, que pouco contato têm com a Arte ao longo de sua trajetória estudantil, em descompasso de série/idade, torna-se ainda mais necessário possibilitar esse contato e desenvolver seu potencial criativo.

Partindo dessas premissas, a presente pesquisa propôs estudar como o uso da Arte em seu viés educativo e terapêutico, através da reciclagem artesanal de papel, pode ser usada como veículo de inclusão no mercado de trabalho, do deficiente intelectual matriculado na EJA, oferecendo não apenas o ensino dessa prática, mas também criando uma cartilha com a qual os sujeitos possam se constituir como multiplicadores do cuidado com o meio ambiente, já que a reciclagem de papel tem também esse viés ambientalista, que remete ao meio onde estamos todos inseridos, no processo de interação e desenvolvimento social.

Concordando com Lowenfeld e Brittain (1977) ao dizerem que “a arte pode contribuir imensamente para o desenvolvimento das pessoas, pois é na interação entre esta e seu meio que se inicia a aprendizagem”, a aplicação da arte terapia e da educação, como fontes desta pesquisa, trouxe profundas observações e algumas revelações, como por exemplo, que através do fazer artístico, os sujeitos são capazes de enxergar em si suas potencialidades e reconhecer suas limitações,

predispondo-se a superá-las, através da ampliação do conhecimento e da auto-gestão de suas emoções, funções que a arte educação e a arte terapia são capazes de desenvolver.

Considerando-se que o D.I. jovem ou adulto, em busca de inclusão no mercado de trabalho, encontra barreiras sociais, que podem estar associadas à sua dificuldade de socialização ou à sua baixa capacidade cognitiva, a reciclagem artesanal que pode ser praticada de forma doméstica, e se apresenta como uma alternativa viável de criar um produto de qualidade com apelo socioambiental, mas sem precisar do contato direto com o público, ou participar de um grupo, podendo produzir as folhas e encaminhar para a venda., o que determina a faixa de mercado com a qual ele poderá trabalhar: papelarias, lojas de decoração, feiras de artesanato, etc.

A partir das premissas colocadas no presente trabalho, voltado para a pessoas com deficiência, onde a arte terapia, a arte educação, a educação ambiental, estão embasadas nas leis da Educação de Jovens e Adultos, com foco na inclusão do deficiente intelectual, podemos acreditar que, estes campos de atuação social, quando entrelaçados, proporcionam novas perspectivas aos sujeitos que se propõem a aprender um novo ofício, no caso o de papeleiro- produtor de papel reciclado artesanalmente, como o qual além da inserção no mercado de trabalho e no mercado informal de produtor autônomo e multiplicador de práticas ambientalistas, pode, adquirir maior conhecimento de si mesmo, quando a função terapêutica da produção de papel for dirigida por profissionais da área de terapia.

**Fotografia 19:** Produtos confeccionados com folhas de papel reciclado



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2019.

Buscar estratégias e realizar adaptações para que os alunos com deficiência possam expressar sua criatividade numa dimensão artística, é papel do arte educador, podendo trazer um viés terapêutico quando é um profissional com especialização em arte terapia, que escolhe pesquisar e oferecer alternativas de aprendizado e instrumentos para o crescimento social, criando para estes sujeitos as condições e oportunidades necessárias ao desenvolvimento de suas competências e habilidades. Nessa perspectiva, reciclar papel artesanalmente é reciclar a si mesmo, resgatando a auto-estima e ampliando sua ação social.

Tornou-se claro nesta pesquisa que, para os deficientes da EJA, geralmente estigmatizados e afastados involuntariamente dessa sociedade globalizada, poder exercer seu papel social, a partir da escolha da reciclagem artesanal de papel, com o ofício de papeleiro, conseqüentemente, servirão de estímulo para que outros sintam-se capazes de ressignificar seu papel no meio social e profissional.

## REFERÊNCIAS

- AINSSCOW, M. **Necessidades especiais na sala de aula:** um guia para a formação de professores. UNESCO- Lisboa-Portugal, 2000.
- AMORIM, A.; ARAÚJO, M. A. F. P. **A escolarização de estudantes jovens e adultos com deficiência no município de Feira de Santana**, p.37-52 in **Dialogando com a Inclusão e EJA-EDUFBA-** Salvador. 2018
- ARAÚJO, M. M.; SANTOS, R. B. **Arteterapia Transpessoal** –1ª edição. Recife: Comunigraf, 2010.
- ARCURI, I. G. (org.). **Arteterapia:** um novo campo do conhecimento São Paulo: Vector, 2006.
- BARBIER, R.. **A pesquisa-ação.** Trad. Lucie Didio. Brasília: Plano Editora, 2002.
- BARBOSA, A. M. (Org.). **Arte- Educação:** leitura no Subsolo 4, São Paulo, Ed. Cortez, SP, 2005.
- BARBOSA, A. M. **Trajетórias da Arteterapia no Brasil**, In Anais do VII Congresso Internacional de Arteterapia. Madri- Espanha. Set.2013.
- BARBOSA, A. M. **Tópicos Utópicos-** 2ª edição. São Paulo: Ed. C/Arte, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** Tradução de Marco Estevão. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- BOATO, E. M. **A caminho de um ensino mais que especial.** São Paulo, Casa do Psicólogo, SP, 2007
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRANDÃO, C. R.; CAMPOS, M. M.; DEMO, P. **Quais as questões básicas, hoje, para um debate sobre pesquisa participante?** Revista, Iklém aberto- Pontos de vista- Brasília, ano 3, nº20, abr., 1984.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial.** Brasília. MEC, SEESP- DF,2001
- BRASIL, Ministério da Educação. Série **-Saberes e práticas da Inclusão:** recomendações para a construção de escolas inclusivas, 2ª edição, Brasília MEC, Secretaria da Educação Especial, DF, 2006.

CAMARGO, M. A. S. ROCHA, F. M. A **Arteterapia como instrumento de promoção da qualidade de vida dos profissionais da reciclagem.** - XVII Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL -8 a 11 de maio, SP -2018.

CARNEIRO, C. **Criatividade e Cérebro: um jeito de fazer Artezen.**- Rio de Janeiro: WAK Editora, RJ., 2010.

CEDRAN, L. **Cartilha do papel artesanal.** Páginas & Letras Editora, SP-1997.

CEDRAZ, A.; DIMENSTEIN, M. **Oficinas terapêuticas no cenário da Reforma Psiquiátrica:** modalidades desinstitucionalizantes ou não? - Revista Mal-Estar e Subjetividade, 5(2), 300-327. São Paulo - 2005

CELEGUIM, C. R. J.; ROESLER, H. M. K. N. **A invisibilidade Social no âmbito do Trabalho.** Revista Científica da Faculdade das Américas. São Paulo. Ano III. N.1, 2009.

CIBAS, K.; MICAS, L.; MOREIRA, A. Artigo originalmente publicado no blog “**Educação e etc.**” **Revista do Instituto Rodrigo Mendes** em 20/07/2018, disponível em inclusiva.

CIORNAI, S. **Percursos em Arteterapia.** São Paulo: Ed. Summus, 2004.

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- Publicada na ONU-2008- Disponível em [www.assinoinclusao.org.br/ downloads/convenção.pdf](http://www.assinoinclusao.org.br/downloads/convenção.pdf).

CORREIA, P. C. H.; DANTAS, T. R.; SOUZA, L. S.(Organizadoras). **Dialogando com a Inclusão e EJA.** Salvador: EDUFBA, 2018.

COSTA, R. X. (org). **Arteterapia e Educação Inclusiva.** Diálogo Multidisciplinar. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2010.

COSTA, R. X. **A socialização do deficiente mental através da arte.** Revista Integração, Brasília, ano 12, ed. esp., p.16-19, 2000.

DANTAS, T. R.; LAFFIN, M. H. L. F.; AGNE, A. A. A. (org.). **Educação de Jovens e Adultos:** pesquisa e formação. Editora CRV, Curitiba, PR. 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais** Espanha, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 12.dez.2019

DINIZ, D. **O que é deficiência.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

DIVERSA. Site licenciado e alimentado pelo © Instituto Rodrigo Mendes. Licença Creative Commons BY-NC-ND 2.5

ELIADE, M. **Imagens e símbolos.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991.

ELLIOTT, J. **La investigación-acción en educación.** Ediciones Morata, S.L., Madri/ESP,1993

- FERNANDES, A. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artmed, 1990.
- FERREIRA, C. A. L. **Pesquisa Quantitativa e Qualitativa: perspectivas para o campo da Educação**. Revista Mosaico, v.8,n.2, p.173-182, jul./dez.2015.
- FERREIRA, W. B. **De docente para docente. Conversas sobre prática de ensino para responder à diversidade na sala de aula**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.
- FERREIRA, W. B. **EJA & deficiência: estudo da oferta na modalidade EJA para estudantes com deficiência**. São Paulo: Summus Editoria, 2012, p.75-76.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra e Cultura da sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: caminhos e desafios**. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
- HISSA, C.E.V. (Org.) - **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte- Univ. Federal de Minas Gerais, 2008.
- HOLANDA, A. **Psicologia e Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Ômega Editora, 2002
- JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- LEAL, T. F. (Org.). **Alfabetizar letrando na EJA- Fundamentos teóricos e propostas didáticas**. Belo Horizonte; (Coleção Estudos em EJA) Autêntica Editora, 2010.
- LEONEL, W. H. S.; LEONARDO, N. S. T. **Concepções de Professores da Educação Especial (APAEs) Sobre a Aprendizagem e Desenvolvimento do Aluno com Deficiência Intelectual: um estudo a partir da teoria vigotskiana**. – Revista Brasileira de Educação Especial – Marília, SP- 2014
- LIMA, E. A. **Oficinas e outros dispositivos para uma clínica atravessada pela criação**. In C. M. Costa & A. C. Figueiredo (Orgs.), *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania* (pp. 59-81). Rio de Janeiro,2004.
- LIMA, S.; MENDES, E. **Escolarização da pessoa com deficiência intelectual: terminalidade específica e expectativas familiares**. – Revista Brasileira de Educação Especial-Vol.17, Nº2, Marília-SP- 2001.
- MACHADO, M. M. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea**. UNESCO Representação do Brasil, 2004.
- MARTINS, L. A. R. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MAZZOTA, M. J.S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, M. C. **Didática no ensino das Artes, a língua do mundo poetizar, fruir e conhecer arte.** São Paulo: FTD, 1998.

MEIRA, M. R. Oficinas de criação: um espaço quântico. In ORMEZZANO, Graciela (Org). **Questões de artes visuais**, p. 3 -202. Passo Fundo: UFP, 2004.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Deficiência e Inclusão: Estudos de textos da Declaração de Salamanca.** Disponível e: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em [12.dez.2019](#).

MIGUEL, A. P. F. **A Arteterapia ajudando a melhorar a autoestima da EJA.** Niterói: Univ. Cândido Mendes, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MIRANDA, M. G.; RESENDE, A. C. A. **Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo.** Revista Brasileira de Educação v.11. n.33, set/dez. 2006.

NAGEM, D. **Caminhos da Transformação, Transformar para Integrar:** da restauração à reciclagem. Monografia (Especialização em Arteterapia) ISEPE: Rio de Janeiro, 2006.

NEVES, S. M. **Práxis em Arteterapia: vivências em Educação e Saúde. Passo Fundo.** Universidade de Passo Fundo- RS, 2013.

OMOTE, S. A formação do professor de Educação Especial na perspectiva da inclusão, In BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Formação de Educadores: desafios e perspectivas.** p.153-170, Ed. UNESP, SP, 2003.

ORMEZZANO, G.; ARRUDA, L. Intervenção arteterapêutica com paciente oncológica idosa. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, p. 16-27, jul./dez Passo Fundo, RS, 2005.

PÁDUA, F. H. P.; MORAIS, M. L. S. **Oficinas expressivas: Uma inclusão de singularidades.** Instituto de Saúde/SES- Psicol. USP, vol.21 N°.2- Abr/Jun São Paulo, 2010.

PAGANELLI, Raquel. **Arte e inclusão social.** São Paulo: Revista do Instituto Rodrigo Mendes, 2012.

PAÏN, S.; JARREAU, G. **Teoria e Técnica da Arte Terapia: a compreensão do sujeito.** Ed. Artmed, Porto Alegre -RS, 1996.

PALAGANA, I. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social.** São Paulo, Summus, 2001.

PHILIPPINI, Â. **Transdisciplinaridade e arteterapia**. In: Ornazzano G, (org.) Questões de Arteterapia. 11-7. 2. Arteterapia.com.br. São Paulo: Associação Brasileira de Arteterapia; 2009. Disponível em: [http://www.arteterapia.com.br/O\\_que\\_é\\_Arteterapia..](http://www.arteterapia.com.br/O_que_é_Arteterapia..) Passo Fundo: UPF; RS 2004.

PNUMA, Painel Alto Nível do Secretário- Geral das Nações Unidas sobre sustentabilidade Global. **Povos resilientes, Planeta Resiliente**: um futuro digno de escolha. Nova York, Nações Unidas, 2012.

RAUTER, C. **Oficinas pra que? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas**. In P. Amarante (Org.), Ensaio, subjetividade, saúde mental, sociedade, (pp. 267-277). Fiocruz. Rio de Janeiro, RJ, 2000.

READ, H. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROCHA, F. **A Arteterapia como instrumento de promoção da qualidade de vida dos profissionais da reciclagem**. - Revista da UNICRUZ, Ano II, Rio de Janeiro-RJ, 2008

ROSSATO, S.P.M. **Queixa escolar e educação especial**: intelectualidades invisíveis. Dissertação (Mestrado em Psicologia-) –Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2010.

RUTZ, T. B. **Educação inclusiva e ensino da Arte**: percalços entre teoria e prática – Trabalho de conclusão de curso, (Graduação, Licenciatura em Artes visuais) Instituto de Artes Visuais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2010.

SANTOS, D. **Orientações didáticas em arte educação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

SILVA, S. M. C. **Psicologia escolar e Arte**: uma proposta para atuação e formação profissional. Ed. Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2005.

SILVEIRA, N. da. **O mundo das imagens**, Ed. Ática, São Paulo, 2001.

SOARES, L. **Avanços e desafios na formação do educador de jovens e adultos**. In. Machado, Maria Margarida (Org.) - **Formação de educadores de jovens e adultos**. BRASÍLIA: Secad/MEC, UNESCO, 2008.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999. pg. 240 – 250.

TOMMASI, S. B. (org.). **Pensando a Arteterapia, com arte, ciência e espiritualidade**. 1º edição. São Paulo. Editora Vetor, SP 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. Coleção “Temas básicos de...2ª ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, SP 1986.

URRUTIGARRAY, M. C. **Arteterapia e transformação pessoal pelas imagens**. 2ª Ed. Wak Rio de Janeiro, RJ. 2004.

VALLADARES, A. C. A. **A Arteterapia humanizando os espaços de saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

VIEIRA, C. C. **Contribuição da Arte e do Professor Arte terapeuta para Educação Inclusiva.** Revista Educação, Artes e Inclusão. V.13, n.2. Maio/Ago., 2017. ISSN-1984-3178.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar** -L.S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.). Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Ed. Ícone. São Paulo, SP: 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** Martins Fontes, São Paulo, SP, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da arte:** Ed. Martins Fontes, São Paulo, SP, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da pedagogia:** bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Ed. Martins Fontes, São Paulo, SP, 1991.

WITTER, G. **Psicologia da aprendizagem,** São Paulo: EPU, 1984.

ZANETI, I. **Além do lixo.** 1º edição. Brasília. Terra Una Editora, DF,1997.

**APÊNDICES**

APÊNDICE A  
TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COPARTICIPANTE



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae Salvador

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COPARTICIPANTE

Autorizo a pesquisadora Márcia Cristina Silva Barros a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado **“DO PAPEL RECICLADO AO PAPEL SOCIAL: A ARTE TERAPIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN NA EJA”**, vinculado ao Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, área de concentração em Educação, Trabalho e Meio Ambiente da Universidade do Estado da Bahia, Campus de Salvador. O projeto será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos. Assim, declaro estar ciente que a instituição é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e dispõe da infraestrutura necessária para garantir a segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa.

Salvador ..... 07 de Setembro de 2019

Assinatura e carimbo do responsável institucional  
Márcia de Carvalho Rocha  
Gestora de Assistência Social  
APAE

APÊNDICE B  
 MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS,**  
**MESTRADO PROFISSIONAL - MPEJA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.**

**I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: Márcia Cristina Silva Barros

Documento de Identidade nº: 1.114.843-83      Sexo: F ( x ) M ( )

Data de Nascimento: 09 de outubro de 1961      Estado Civil: Divorciada

Endereço: Rua Almeida Sande, nº 28- Edf. Citrino- Aptº 101- Barris

Cidade: Salvador - BA      CEP: 40.070-370

**II - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: **“DO PAPEL RECICLADO AO PAPEL SOCIAL: A ARTE TERAPIA E A ARTE EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES DA EJA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL”**, de responsabilidade da pesquisadora **MÁRCIA CRISTINA SILVA BARROS**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo: investigar como a Arte Terapia, e a Arte educação através da produção artesanal de papel reciclado contribuem para a inclusão da pessoa com Deficiência Intelectual na EJA.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer **benefícios**: aos participantes no que tange ao aumento da motivação no processo de socialização e ensino aprendizagem, através do despertar a criatividade, do exercício de cidadania e cuidado com o meio ambiente, além de inclusão no âmbito do trabalho.

Podemos prever como **riscos**: a possibilidade de danos à dimensão física dos participantes devido a pesquisa envolver atividades com aparelho eletrodoméstico (liquidificador) e tintas. Para tanto, buscaremos maior vigilância e assistência individualizada, durante o processo de trituração da polpa de papel no espaço da escola, sob a atenção e olhar da pesquisadora, organizando grupos menores com até 10 pessoas que participarão das oficinas, evitando possíveis danos físico por conta alguma desatenção do manuseio do aparelho ou das tintas.

Caso aceite o Senhor (a) realizará um questionário que será aplicado pela aluna Márcia Cristina Silva Barros, do curso de Mestrado em Educação de Jovens e Adultos. Devido à coleta de informações o (a) Senhor (a) poderá se sentir constrangido (a) ou desconfortável. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o (a) Senhor (a) não será identificado (a). Caso queira o (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) Senhor (a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o (a) Senhor (a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileiras o (a) Senhor (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado (a) por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

### **III. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS.**

**PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL:** Prof<sup>ª</sup> Patrícia Carla da Hora Correia

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-Ba. CEP: 41.150-000. Tel.: **Telefone:** 71 3117-2200, **E-mail:** [patricia@inclusaodahora.com.br](mailto:patricia@inclusaodahora.com.br)

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)**Inserir**

**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEP/510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

### **IV. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador sobre os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa “**DO PAPEL RECICLADO AO PAPEL SOCIAL: A ARTE TERAPIA E A ARTE EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES DA EJA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade. Como voluntário autorizo que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

....., ..... de .....de .....

---

Participante da pesquisa

---

Márcia Cristina Silva Barros  
Responsável pelo projeto  
Pesquisadora

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Patrícia da Hora Correia  
Orientadora

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia, aprovado sob número de parecer: \_\_\_\_\_ -- em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020, consulta disponível no link: <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

## APÊNDICE C

**QUESTIONÁRIOS PARA AS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS DO CEFAP/APAE**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**  
Departamento de Educação – DEDC – Campus I - Salvador  
Pró-reitora Ensino e Pós-Graduação Strictu Sensu  
Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos –  
MPEJA

**Questionários para as entrevistas com os alunos do CEFAP/APAE**

- 1- O que a escola representa para você
- 2- O que você aprende nessa escola?
- 3- Você trabalha ou gostaria de trabalhar?
- 4- O que é o meio ambiente para você e o que você faz para preservá-lo
- 5- Qual sua expectativa ao aprender fazer papel reciclado?

## APÊNDICE D

## PRODUTO DA PESQUISA



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**  
 Departamento de Educação – DEDC – Campus I - Salvador  
 Pró-reitora Ensino e Pós-Graduação Strictu Sensu  
 Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA



## PRODUTO DA PESQUISA

**Cartilha - o passo a passo para produzir papel reciclado artesanalmente. (Escrita preliminar)**

Concluindo esta vasta pesquisa e análise, o produto sugerido desse trabalho, é a confecção de uma cartilha, com a qual, qualquer pessoa, profissional do ensino ou não, possa aprender a produzir papel reciclado artesanalmente.

Nesta cartilha textos claros e desenhos simples, vão instruir e exemplificar como os indivíduos, mesmo com limitações cognitivas, podem produzir, com materiais comuns e domésticos, folhas de papel reciclado artesanalmente, usando esse material criado para confeccionar cartões, blocos de notas, forros de caixas, etc.

Os pontos principais dessa cartilha podem ser resumidos simplificadaamente assim:

**Material necessário:**

Balde com água;

Bacia grande funda;

Folhas de papel usadas (porém limpas sem gordura);

Liquidificador; (doméstico ou industrial)

Tinta em pó ou líquida;

2 molduras de madeira de tamanhos iguais: uma vazada e outra coberta com nylon (de trama fina);

Espunja grossa (pode ser bucha de lavar pratos, bem comum.)

Pedaços de tecido fino: morin ou kami, (cortados um pouco maior que a tela),

Varal para estender os tecidos.

**Modo de fazer:**

- 1- Colocar de molho em água limpa, durante 6 horas (ou mais) algumas folhas de papel
  - 2- Bater essas folhas em liquidificador, aos poucos, para não forçar o motor do eletrodoméstico.
- Nesse momento pode colocar a tinta em pó ou líquida e a textura, como: folhas secas, cascas de alho, cebola, linhas coloridas etc.

- 3- Bater aos poucos os papéis e colocar na bacia, acrescentando água suficiente para colocar criar uma pasta (polpa) mais fina (rala).
- 4- Colocar as duas molduras, uma sobre a outra: a vazada fica em cima da forrada com nylon.
- 5- Mexer com as mãos a água com a polpa na bacia, uniformizando mistura
- 6- Mergulhar as duas molduras juntas, com ambas as mãos e subir rapidamente.
- 7- Descansar, numa superfície plana, as molduras com a polpa entre elas, retirando com cuidado a tela vazada de cima da outra.
- 8- Colocar sobre essa polpa o pedaço de tecido ( cortado um pouco maior que a tela )
- 9- Pressionar, delicadamente, com a esponja o tecido sobre a polpa, retirando o excesso de água fazendo a polpa “grudar” ao tecido.
- 10- Vire a moldura para a posição vertical e bata, firme mas suavemente, a quina desta pra soltar o tecido da tela, carregando a polpa grudada.
- 11- Pendure o tecido num varal e aguarde secagem completa para retirar a folha de papel reciclado
- 12- Caso queira uma folha lisa, para impressão, depois de seca, passe com ferro de passar roupas.

Essa cartilha deverá ser ilustrada com desenhos e/ou fotos de cada passo do processo de manufatura do papel reciclado artesanal, mostrando que é um projeto inclusivo, possível ser realizado por qualquer pessoa, desde que possua mãos em perfeito funcionamento, ou seja, cadeirantes e, deficientes visuais (com apoio logístico) e deficientes auditivos, que saibam ler ou interpretar as imagens, também poderão produzir papel reciclado artesanalmente.